

# II Colóquio Internacional de Ciências Sociais da Educação

## **O GOVERNO DAS ESCOLAS:**

*atores,  
políticas  
e práticas*



## **LIVRO DE RESUMOS**

1, 2 e 3 de outubro de 2015

Universidade do Minho  
Instituto de Educação  
Departamento de Ciências Sociais da Educação

## ÍNDICE

EIXO 1 .....	15
GLOBALIZAÇÃO, EUROPEIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO.....	15
[1 OUT: 14,30/16,30; SALA 9; MESA 1.1] .....	15
<b>A globalização da educação e os contextos: respeito às diferenças ou atenuação das identidades?</b> E1 (2), Carolina Santos, Fátima Pereira e Amélia Lopes.....	15
<b>A globalização enlases e faces nos estudos das organizações educativas.</b> E1 (87), Carlos Antonio de Queiroz, Marly Alfaia Simões de Queiroz e Fabiane Maia Garcia .....	15
<b>As relações entre a União Europeia e o Mercosul e o processo de integração universitária mercosulina.</b> E1 (147), Verônica de Lourdes Pioto de Oliveira.....	16
<b>Da política educativa nacional e supranacional às práticas curriculares.</b> E1 (171), Carla Lacerda.....	16
<b>O Programa Novas Oportunidades e a aprendizagem ao longo da vida: efeitos da União Europeia em Portugal.</b> E1 (137), Daniela Silva .....	17
<b>Uma Nova Organização da Escola no quadro da Autonomia.</b> E1 (100), Carlos Ferreira da Silva .....	17
<b>Movimento cross-border entre Brasil e Paraguai na educação superior: efeitos (in) esperados da política supranacional.</b> E1 (130), Giselle Real .....	17
<b>Políticas Educacionais de Ampliação da Jornada Escolar: uma perspectiva comparada Brasil e Portugal.</b> (162), Marília Beatriz Ferreira Abdulmassih e Antonio Chizzotti.....	18
<b>Educação Prioritária e Governança da Educação: Textos e Con(textos,</b> E1, Mariana Dias e Maria Fátima Sanches.....	18
EIXO 1 .....	19
GLOBALIZAÇÃO, EUROPEIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO.....	19
[3 OUT: 09,00/11,00; AUDITÓRIO MULTIMÉDIA; MESA 1.2].....	19
<b>The complexity and the reconnection of interdisciplinary knowledge: Identity and scientific Thought in schools.</b> (78), Anne Ariadne Ponce de Leao, Rosiane Pereira Lima e Washington Napoleao Eufrazio.....	19
<b>A formação de professores no contexto das mudanças do ensino superior: uma perspectiva comparada entre Portugal e o Brasil.</b> E1 (127), Maria Rejane Lima Brandim e Marina Graziela Feldmann.....	19
<b>Agenda global e mercantilização da educação: algumas problematizações sobre as políticas educacionais de distribuição massiva de laptops educacionais no modelo.</b> E1(145), Viviane Grimm e Geovana Mendonça Lunardi Mendes .....	20
<b>Globalização, internacionalização e mobilidade acadêmica no ensino superior: um estudo do Programa Ciência sem Fronteiras na UFRB.</b> E1 (174), Alessandra Queiróz Almeida e José Augusto Palhares .....	20
<b>Quais os efeitos da globalização na Avaliação Externa de Escolas?</b> E1 (43), Joana Sousa e Natália Costa .....	21

<b>Public education: ad campaigns &amp; corporate sponsorships.</b> E1 (183), Isabel Farinha.....	21
<b>União europeia e Mercosul: Congruências na conceção de qualidade da educação superior.</b> E1 (147), Mary Ane de Souza .....	22
<b>Globalização e modelos transnacionais de educação e formação. Que competências e avaliação no currículo da formação inicial de professores?</b> E1, Sílvia de Almeida .....	22
<b>EIXO 2 .....</b>	23
<b>ORGANIZAÇÃO E GESTÃO PEDAGÓGICA DA ESCOLA/AGRUPAMENTO .....</b>	23
<b>[1 OUT: 14,30/16,30; SALA 10; MESA 2.1] .....</b>	23
<b>À Procura do Par Pedagógico Perdido: Repensando a Gestão Pedagógica.</b> E2 (29), Luís Santos e Joaquim Duarte .....	23
<b>Colaboração entre professoras em escolas do pré-primário e primário em Portugal.</b> (53), Joana Castro e José Manuel Matos.....	24
<b>Representações de professores sobre o papel do coordenador pedagógico na organização das atividades escolares.</b> (153), Maria Vitoria Silva e Sónia Teresinha De Sousa Penin .....	24
<b>A escola em ciclos: novos currículos e velhas práticas docentes?</b> E2 (47), Anuska Silva .....	24
<b>Organização e gestão escolar na formação do pedagogo: Reflexões sobre Diretrizes, Contextos e Práticas</b> E2 (163), Marta Croce e Francisnaine Oliveira.....	25
<b>A figura do encarregado de educação e a sua (des)conformidade com o regime das responsabilidades parentais do Código Civil.</b> E2 (49), Rossana Cruz .....	25
<b>A Ação Pedagógica do Diretor – O papel do Diretor na produção dos resultados escolares.</b> E2, Elisabete Abrunhosa and Virgínio Sá.....	26
<b>EIXO 2 .....</b>	26
<b>ORGANIZAÇÃO E GESTÃO PEDAGÓGICA DA ESCOLA/AGRUPAMENTO .....</b>	26
<b>[1 OUT: 16,45/18,45; SALA 2064; MESA 2.2] .....</b>	26
<b>Processos de liderança: impactos na produção de resultados de excelência.</b> E2 (77), Maria Fernanda Lopes.....	26
<b>Contabilidade e seu objeto de estudo: do patrimônio a necessidade de uma inserção social.</b> E2 (98), Luciana Sardeiro e João Pavão .....	27
<b>Acompanhamento pedagógico como ferramenta para a permanência e conclusão com êxito.</b> E2 (70), Vânia Nóbile .....	27
<b>Noções de emancipação através do trabalho: um estudo a partir das diretrizes curriculares nacionais da educação básica brasileira.</b> E2 (133), Gabriel dos Santos Kehler e Eucaris Joelma Rodrigues Ferreira.....	28
<b>Gestão e trabalho pedagógico na escola nos discursos de professores.</b> E2 (99), Liliana Soares Ferreira e José Iran Ribeiro .....	28
<b>Organização e gestão pedagógica da escola sob o olhar de licenciandos que participam de um programa de iniciação à docência- PIBID.</b> E1 (158), Marília Beatriz Ferreira Abdulmassih, Gláucia de Queiroz Signorelli Gonçalves e Vlademir Marim .....	29

<b>Desafios da gestão na escola: a atuação das professoras supervisoras do PIBID/UFSM/Pedagogia.</b> E2 (156), Nicole Veleda .....	29
EIXO 2 .....	30
ORGANIZAÇÃO E GESTÃO PEDAGÓGICA DA ESCOLA/AGRUPAMENTO .....	30
[2 OUT: 14,30/16,30; SALA 2065; MESA 2.3] .....	30
<b>Do governo das escolas ao governo dos indivíduos - políticas de construção do cidadão social.</b> E2 (7), Manuel Cabeça .....	30
<b>Gestão Democrática na Escola Estatal: Eleições, Práticas e Processos.</b> E2 (119), Ivanilso Silva .....	30
<b>Gestão pedagógica das escolas públicas paranaenses: entre as políticas educacionais e a redefinição governamental.</b> E2 (123), Eliane Cleide da Silva Czernisz, Maria José Ferreira Ruiz e Leise Cristina Bianchini .....	31
<b>Organização e gestão pedagógica da escola: das práticas escolares à lógica do seminário integrado do Ensino Médio Politécnico.</b> E2 (124), Andrelisa Goulart de Mello e Rosane Carneiro Sarturi .....	31
<b>Freinet e Freire: processo pedagógico como trabalho humano na gestão pedagógica da escola.</b> E2 (56), Flavio Boleiz Junior .....	32
<b>Democracia e participação na esfera da gestão escolar gerencialista: uma análise à luz da teoria política.</b> E2 (179), Daniela Terto e Magnus Gonzaga .....	32
<b>Projetos Educativos em Territórios de Intervenção Prioritária.</b> E2 (61), Mariana Dias e Maria Fátima Sanches .....	33
EIXO 2 .....	33
ORGANIZAÇÃO E GESTÃO PEDAGÓGICA DA ESCOLA/AGRUPAMENTO .....	33
[2 OUT: 16,45/18,15; SALA 6; MESA 2.4] .....	33
<b>A Gestão Curricular em Escolas do 1.º Ciclo de um Agrupamento de Escolas: Entre os Projetos, os Discursos e as Práticas.</b> E2 (80), Maria Adelina Martins .....	33
<b>A agregação de escolas e agrupamentos e a possibilidade de inovação e melhoria.</b> E2 (95), João Salgueiro .....	34
<b>A organização e gestão pedagógica inseridas na noção de contrato.</b> E2 (21), Henrique Ramalho .....	34
<b>A floresta como espaço de aprendizagem: um complemento à oferta educativa para a infância.</b> E2 (96), Emília Bigotte, Ana Coelho, Vera Vale, Aida Figueiredo, Marlene Miguéis, Isabel Duque e Luana Pinho .....	35
<b>Inclusividade e selectividade como problemas de justiça educativa: perspectivas de liderança em contextos escolares distintos</b> E2 (13), Aline B. Seça .....	35
EIXO 2 .....	36
ORGANIZAÇÃO E GESTÃO PEDAGÓGICA DA ESCOLA/AGRUPAMENTO .....	36
[2 OUT: 16,45/18,15; AUDITÓRIO IE (PEQUENO); MESA 2.5] .....	36

<b>Políticas públicas e educação infantil: um olhar para a gestão da lei 12.796 no contexto da escola.</b> E2 (143), Camila Moresco Possebon e Rosane Carneiro Sarturi.....	36
<b>A influência das políticas públicas no desenvolvimento infantil nas primeiras etapas da Educação Básica: limites e possibilidades.</b> E2 (148), Naila Cohen Pomnitz e Nathana Fernandes.....	36
<b>As políticas públicas educacionais e a realidade escolar: distâncias e aproximações.</b> E2 (189), Lílíana Ferreira e Vicente Calheiros.....	37
<b>A política educacional, projeto professor diretor de turma no campo educacional, projeto professor diretor de turma no campo educacional brasileiro entre o local e o global: a experiência do Ceará-BR.</b> E2 (215), Vagna Brito de Lima e Maria Zuleide da Costa Pereira .....	37
<b>As condições de trabalho na escola pública angolana: o conteúdo dos textos normativos e a realidade concreta das escolas.</b> E2 (55), Manuel Cruz Pedro .....	37
<b>EIXO 2 .....</b>	38
<b>ORGANIZAÇÃO E GESTÃO PEDAGÓGICA DA ESCOLA/AGRUPAMENTO .....</b>	38
<b>[3 OUT: 09,00/11,00; SALA 6; MESA 2.6] .....</b>	38
<b>O papel da autoavaliação no processo de melhoria organizativa.</b> E2 (10), Teresa Jesus Santos.....	38
<b>Da avaliação à intervenção: uma experiência de implementação das equipas educativas.</b> E2 (11), Zita Esteves, João Formosinho e Joaquim Machado .....	39
<b>Supervisão na avaliação de professores – dialogicidade ou padronização?</b> E2 (23), Maria Jacinto e Maria Sanches.....	39
<b>Avaliação de Escolas: os efeitos nos processos de mudança e melhoria da escola.</b> E2 (108), Ana Paula Correia, Isabel Fialho e Virgíneo Sá.....	40
<b>Repensar as Plataformas de Gestão em função dos padrões de qualidade das escolas.</b> E2(116), Rui Lourenço, Paula Farinho, Maria João Delgado e Eva Corrêa .....	40
<b>EIXO 3 .....</b>	41
<b>PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E A NOVA GESTÃO PÚBLICA NA ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL .....</b>	41
<b>[1 OUT: 14,30/16,30; SALA 6; MESA 3.1] .....</b>	41
<b>O que conta na hora de eleger o diretor.</b> E3 (5), Teresa Soares e Maria João de Carvalho	41
<b>O Papel dos Conselhos Gerais: do enquadramento legal às práticas em contextos escolares distintos.</b> E3 (34), Susana Batista.....	41
<b>O novo modelo de gestão das escolas públicas e as práticas de gestão do diretor: opiniões e perspetivas dos atores educativos de uma escola do norte de Portugal.</b> E3 (206), Fernanda Martins e Ana Paula Macedo .....	42
<b>A autonomia como construção na escola e a participação dos professores.</b> E3 (216), Alexandra Romero .....	42

<b>Tratamentos semânticos da noção de autonomia escolar em estudos acadêmicos brasileiros e respectivas implicações possíveis para a transformação educacional. E3 (185), Talitha Orestes .....</b>	<b>43</b>
<b>A gestão da educação municipal: autonomia e participação. E3 (113), Anita Dos Reis de Almeida, Ione Oliveira Jatobá Leal e Ivan Luiz Novaes .....</b>	<b>43</b>
<b>EIXO 3 .....</b>	<b>44</b>
<b>PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E A NOVA GESTÃO PÚBLICA NA ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL .....</b>	<b>44</b>
<b>[2 OUT: 14,30/16,30; SALA 2064; MESA 3.2] .....</b>	<b>44</b>
<b>Democracy in the School curriculum as well as for the promotion of partnership between school and community: a reality of public school in the city of Manaus E3 (72), Anne Leao .....</b>	<b>44</b>
<b>Conselho da Comunidade Educativa, Precioso ou Prescindível? - Análise do órgão máximo da direção das escolas da RAMadeira. E3 (181), Paula Olim .....</b>	<b>44</b>
<b>Conselho da Comunidade Educativa- figura de retórica ou retórica de figuras? E3 (217), João Estanqueiro e Virgínio Sá.....</b>	<b>45</b>
<b>Proposta teórica-conceitual para a análise organizacional do ensino doméstico. E3 (86), Álvaro Ribeiro .....</b>	<b>45</b>
<b>A comunicação como elemento estruturante da mudança nas organizações escolares na nova gestão pública. E3 (3), Susana Faria .....</b>	<b>46</b>
<b>A democracia participada das famílias no interior das escolas. E3 (103), Eva Gonçalves .....</b>	<b>46</b>
<b>A Vez e a Voz dos Pais E3 (10), João Faria.....</b>	<b>47</b>
<b>EIXO 3 .....</b>	<b>47</b>
<b>PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E A NOVA GESTÃO PÚBLICA NA ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL .....</b>	<b>47</b>
<b>[2 OUT: 14,30/16,30; AUDITÓRIO MULTIMÉDIA; MESA 3.3].....</b>	<b>47</b>
<b>Inquirindo a ação dos “peritos externos” nos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária de “segunda geração” E3 (17), Ana Gama .....</b>	<b>47</b>
<b>Relação dos Alunos com a Escola: Participação e Práticas de Envolvimento Institucional. E3 (31), Sílvia Parreiral.....</b>	<b>48</b>
<b>A evasão estudantil como um desafio para a democratização da educação superior no Brasil E3 (134), José Santos Junior e Giselle Real.....</b>	<b>48</b>
<b>Centralidades e periferias na intervenção educacional: a inserção escolar como problema de inclusão social e a escola como instituição parceira. E3 (35), Fátima Antunes e Rosanna Barros.....</b>	<b>49</b>
<b>Democratização da educação e relação público-privada no plano nacional de educação 2014-2024: confronto de lógicas. E3 (75), Marilda Costa .....</b>	<b>49</b>
<b>A qualidade de ensino no Plano Nacional de Educação (2014-2024): desafios à gestão da educação brasileira. E3 (81), Elisangela Scaff e Marília Fonseca.....</b>	<b>50</b>

<b>Gestão das Escolas em África: Análise Comparativa do funcionamento das escolas públicas de nível secundário em Cabo Verde e África do Sul.</b> E3 (102), Mbangula Katúmua .....	50
EIXO 3 .....	51
<b>PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E A NOVA GESTÃO PÚBLICA NA ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL</b> .....	51
[2 OUT: 16,45/18,15; SALA 2064; MESA 3.4] .....	51
<b>Verticalização, práticas e formação docente no Instituto Federal Farroupilha, câmpus São Vicente do Sul.</b> E3 (65), Antônio Carlos Minussi Righes, Márcia Eliana Migotto Araújo e Rosane Carneiro Sarturi .....	51
<b>A Avaliação do Desempenho Profissional Docente em Portugal e suas principais consequências.</b> E3 (106), Maria do Carmo Martins Moreira e Manuel António Ferreira da Silva .....	51
<b>A gestão escolar democrática na formação inicial do professor: os conhecimentos construídos nas licenciaturas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.</b> E3 (180), Vanessa Pereira e Neusa Batista .....	52
<b>O Estágio Supervisionado na Escola Pública Estadual: reflexões sobre a gestão pública e a participação dos professores no processo formativo.</b> E3 (118), Cláudia Tavares Amaral, Maria Geralda Oliver Rosa e Jussara Bueno de Queiroz Paschoalino.....	52
<b>O SINAES e suas implicações na educação superior brasileira.</b> E3 (187), Roberto A. Silva e Maria Angélica R. Martins .....	53
EIXO 3 .....	54
<b>PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E A NOVA GESTÃO PÚBLICA NA ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL</b> .....	54
[3 OUT: 09,00/11,00; SALA 9; MESA 3.5] .....	54
<b>Conselhos escolares como atores protagonistas da avaliação diagnóstica da escola pública brasileira.</b> E3 (79), Neusa Batista.....	54
<b>Desenhos e desenhos: conselhos municipais de educação em pauta.</b> E3 (186), Virgínia Coeli Bueno de Queiroz Matias e Rosimar de Fátima Oliveira .....	54
<b>Um estudo sobre os sistemas municipais de ensino no estado do Rio Grande do Sul – Brasil: inter-relações com a lei de gestão democrática e o contexto escolar.</b> E3 (144), Diego Dartagnan da Silva Tormes, Marilene Gabriel Dalla Corte, Rosane Carneiro Sarturi e Marina Lara Silva dos Santos Teixeira .....	55
<b>Políticas públicas democráticas nos sistemas municipais de ensino: interlocução entre escolas e conselhos de educação.</b> E3 (141), Andrelisa Goulart de Mello, Marilene Gabriel Dalla Corte, Joacir Marques da Costa, Marina Lara Silva Dos Santos Teixeira e Francine Mendonça da Silva .....	55
<b>O processo de [re]construção democrática do projeto político-pedagógico: interlocuções entre escola pública e o conselho municipal de educação.</b> E3 (136), Marilene Gabriel Dalla Corte, Marina Lara Silva Dos Santos Teixeira, Luciana Guilhermano Da Silva, Francine Mendonça da Silva e Diego Dartagnan da Silva Tormes .....	56

<b>Escola democrática no Brasil? Políticas públicas e conselhos municipais de educação – discursos e confluências.</b> E3 (135), Joacir Marques da Costa, Andrelisa Goulart de Mello, Ticiane Arruda da Silva e Marilene Gabriel Dalla Corte .....	56
EIXO 3 .....	57
<b>PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E A NOVA GESTÃO PÚBLICA NA ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL</b> .....	57
[3 OUT: 09,00/11,00; SALA 2064; MESA 3.6] .....	57
<b>Os contornos de um novo modelos de gestão da educação: A governança democrático em debate.</b> E3 (191), Taís Schmitz .....	57
<b>Planejamento gerencial, gestão pública e as políticas educacionais no Brasil.</b> E3 (182), Alda Castro .....	58
<b>As políticas educacionais dos anos 2000: uma análise do planejamento e gestão educacional no Brasil.</b> E3(184), Jailda Santos e Luciane Terra dos Santos Garcia .....	58
<b>Gestão gerencial e gestão democrática no programa nacional escola de gestores.</b> E3 (112), Maria José Ferreira Ruiz, Anieli Sandaniel e Eliane Cleide Silva Czernisz .....	59
<b>Nova Gestão Pública e a ênfase nos resultados: reflexões sobre a atual gestão educacional brasileira.</b> E3 (177), Daniela Terto e Alda Castro .....	59
<b>A governação da educação: redes e lógicas de ação.</b> E3 (178), Emília Vilarinho e Esmeraldina Veloso .....	60
EIXO 4 .....	60
<b>ESCOLA PÚBLICA, POLÍTICAS DE ESCOLHA E DESIGUALDADES EM EDUCAÇÃO</b> .....	60
[1 OUT: 14,30/16,30; SALA 2064; MESA 4.1] .....	60
<b>“Se essa rua, se essa rua fosse minha...” infância, direito e educação em espaços de vulnerabilidade social.</b> E4 (8), Roberto Sanches Mubarak Sobrinho .....	60
<b>Os exames do 4º ano no cotidiano das crianças: testemunhos dos actores educativos no campo dos media</b> E4 (15), Manuela Ferreira, Ana Diogo e Benedita Portugal Melo .....	61
<b>O governo da infância no filme como estrelas na terra.</b> E4 (157), Luiza Monteiro e Sônia Maria Rodrigues .....	61
<b>Infância, educação e direitos: um estudo com crianças nas feiras de Manaus.</b> E4 (31), Evelyn Lauria Noronha .....	62
<b>Ensino primário rural nas políticas públicas em Minas Gerais no período republicano (1899 a 1924).</b> E4 (18), Josemir Barros .....	62
<b>Transição dos Jovens e Adultos do Trabalho para a Escola.</b> E4 (36), Tatiana Rachel Andrade de Paiva and Marco Antônio Cavalcanti da Rocha Júnior .....	63
<b>O local na escola e a escola no local: tensões e desafios</b> E4 (12), Marisa Silva, Helena Araújo e Sofia Marques da Silva .....	63
EIXO 4 .....	64
<b>ESCOLA PÚBLICA, POLÍTICAS DE ESCOLHA E DESIGUALDADES EM EDUCAÇÃO</b> .....	64
[1 OUT: 16,45/18,45; AUDITÓRIO MULTIMÉDIA; MESA 4.2] .....	64



<b>A dimensão socioeducativa da escola: o papel da Educação Social na relação com as famílias e a comunidade</b> E4 (25), Paulo Delgado, Fátima Correia, Sílvia Azevedo and Teresa Martins .....	64
<b>A (in)visibilidade na escola rural na produção académica portuguesa.</b> E4 (45), Renilton Cruz .....	64
<b>Trabalho e educação na perspetiva dos jovens egressos da escola de ensino médio rural.</b> E4 (46), Renilton Cruz, Renata Cunha e Waldeyzi Willock .....	65
<b>A eficácia do programa TEIP: uma análise dos alunos com melhores e piores resultados escolares.</b> E4 (67), Tiago Neves, Gil Nata, José Pedro Amorim e Helder Ferraz.....	65
<b>Políticas de inclusão: uma reflexão a partir dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária.</b> E4 (90), Carla Cibebe Figueiredo.....	65
<b>Concepção de Sustentabilidade e as práticas de professores em formação inicial nas áreas rurais degradadas no Amazonas.</b> E4 (200), Ademar Santos e Jascqueson Oliveira .	66
<b>Ensino Secundário Profissionalizante em Cuiabá/MT (1889/1910),</b> E4, Nilce Vieira Campos Ferreira and Antônio Luiz do Nascimento. ....	66
<b>EIXO 4</b> .....	67
<b>ESCOLA PÚBLICA, POLÍTICAS DE ESCOLHA E DESIGUALDADES EM EDUCAÇÃO</b> .....	67
[2 OUT: 14,30/16,30; AUDITÓRIO IE (PEQUENO); MESA 4.3] .....	67
<b>As Reformas e os contextos sociais do ensino técnico e profissional em Portugal.</b> E4 (24), António Pinto, Paulo Delgado e Fernando Diogo .....	67
<b>O ensino profissional e a questão das desigualdades socioeducativas.</b> E4 (71), Manuel Silva e Carlos Gomes .....	67
<b>Ensino profissional na escola pública: igualdade de oportunidades ou uma outra forma de legitimação das desigualdades?</b> E4 (84), Ângela Oliveira e Manuel Silva.....	68
<b>Políticas Públicas de Atendimento da Educação de Jovens e Adultos no Brasil: desafios e potencialidades.</b> E4 (88), Valéria Velis .....	68
<b>Ensino Médio Politécnico no Rio Grande do Sul: Política Pública e o Jovem.</b> E4 (204), Márcia Araújo e Antônio Righes.....	69
<b>Desigualdades na educação superior brasileira: o ENEM como política de democratização do acesso.</b> E4 (132), Jonas de Paula Oliveira e Giselle Cristina Martins Real .....	69
<b>EIXO 4</b> .....	70
<b>ESCOLA PÚBLICA, POLÍTICAS DE ESCOLHA E DESIGUALDADES EM EDUCAÇÃO</b> .....	70
[3 OUT: 09,00/11,00; AUDITÓRIO IE (PEQUENO); MESA 4.4] .....	70
<b>Gestão do Fracasso Escolar: A escolarização de jovens pobres no Brasil, um estudo com base na tese de Mónica Peregrino e na teoria de Pierre Bourdieu.</b> E4 (76), Rosivaldo Pereira de Almeida .....	70
<b>Efeitos das políticas públicas de inclusão escolar na conduta docente no Brasil.</b> E4 (107), Alana Cláudia Mohr e Maria Inês Naujorks .....	70

<b>A evasão na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia: um estudo inicial.</b> E4 (125), Janete Santos e Leonor Torres.....	71
<b>Projetos não-formais de rádio escolar e o combate às desigualdades em educação.</b> E4 (172), Rachel Neuberger e José Augusto Palhares .....	71
<b>Desigualdades de Recursos e de Oportunidades na Educação: um estudo exploratório.</b> E4 (121), Inês Tavares .....	72
<b>Inclusão de estudantes com deficiência na educação superior: dificuldades na prática pedagógica.</b> E4 (128), Aline Matos e Susana Pimentel.....	72
<b>EIXO 4 .....</b>	73
<b>ESCOLA PÚBLICA, POLÍTICAS DE ESCOLHA E DESIGUALDADES EM EDUCAÇÃO .....</b>	73
<b>[3 OUT: 09,00/11,00; SALA 10; MESA 4.5] .....</b>	73
<b>As lógicas de mercado no “texto” da política educativa – a “escolha de escola” como objeto de análise.</b> E4 (20), Carlos Pires.....	73
<b>O jovem estudante do ensino-médio no contexto das escolas municipais de educação infantil da cidade de Santa Maria – Brasil: investigações sobre políticas públicas de qualidade.</b> E4 (73), Rosa Maria Bortolotti de Camargo e Rosane Carneiro Sarturi .....	73
<b>A escola de serviço público e a busca de resultados em contexto concorrencial: Um estudo de caso numa escola secundária.</b> E4 (193), Roberto Lopes .....	74
<b>As escolhas vocacionais dos alunos em contextos de desigualdade territorial.</b> E4 (152), Ernesto Martins e Susana Martins .....	74
<b>Estudar no ensino superior. A questão da igualdade de oportunidades de sucesso no Ensino Superior Público.</b> E4 (19), Fernando Diogo e Maria José Araújo .....	75
<b>Os efeitos do capital econômico, social e cultural no sucesso escolar dos alunos do Instituto Federal do Rio Grande do Norte campus Natal central.</b> E4 (27), Raimundo Nonato Camelo Parente e Maria José Casa-Nova .....	75
<b>EIXO 4 .....</b>	76
<b>ESCOLA PÚBLICA, POLÍTICAS DE ESCOLHA E DESIGUALDADES EM EDUCAÇÃO .....</b>	76
<b>[3 OUT: 09,00/11,00; SALA 2065; MESA 4.6] .....</b>	76
<b>Development index assessment of basic education: a study in de municipalities of Rio Grande do Norte (2007-2013).</b> E4 (195), Maria Rocha e Lincoln Moraes .....	76
<b>As políticas educativas na arena da educação: o futuro dos Infantários públicos.</b> E4 (212), Ana Gouveia.....	76
<b>“Apagão docente” no contexto educacional brasileiro: endereçamentos ao trabalho e identidade docente, a partir de uma política de formação.</b> E4 (126), Gabriel dos Santos Kehler, Eucaris Joelma Rodrigues Ferreira e Álvaro Moreira Hypolito .....	77
<b>O ensino da matemática no Curso de Pedagogia: a ludicidade como alternativa no ensino e na aprendizagem.</b> E4 (188), Jussara Bueno De Queiroz Paschoalino, Cláudia Amaral e Maria Geralda Oliver Rosa .....	77

<b>Quem se senta hoje nas cadeiras da sala de aula das nossas escolas? O fenómeno da medicalização da Educação</b> E4 (50), Sofia Castanheira Pais, Isabel Menezes e João Arriscado Nunes .....	78
<b>O fazer gestão na escola Farol: dilemas e táticas.</b> E4 (85), Danieli Tavares .....	78
<b>Teorias da aprendizagem: contributos para a compreensão do fracasso escolar.</b> E4 (138), Janete Santos.....	79
EIXO 5 .....	79
CENTRALIZAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO, AUTONOMIA E (HÍPER)BUROCRACIA.....	79
[1 OUT: 16,45/18,45; AUDITÓRIO IE (PEQUENO); MESA 5.1] .....	79
<b>Autonomia e governo das escolas: uma análise aos efeitos (des)centralizadores do contrato de autonomia.</b> E5 (22), Henrique Ramalho .....	79
<b>A ambivalência na instrumentação da ação pública quanto aos modos de regulação: A contratualização da autonomia das escolas revisitada.</b> E5 (120), José Hipólito Lopes.....	80
<b>O governo das escolas: Estado, Escolas e Município.</b> E5 (164), Filomena Correia.....	80
<b>A (des)construção da autonomia num agrupamento de escolas: discursos e práticas.</b> E5(197), Virgínio Sá e Daniela Silva .....	81
<b>A Autonomia Escolar e o Programa Mais Educação.</b> E5 (63), Elisangela Maria Pereira Schimonek .....	81
<b>As Consequências das Avaliações Externas em Larga Escala no Trabalho Docente.</b> E5 (210), Edna Martins Borges e Virgínio Sá.....	82
EIXO 5 .....	82
CENTRALIZAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO, AUTONOMIA E (HÍPER)BUROCRACIA.....	82
[1 OUT: 14,30/16,30; SALA 2065; MESA 5.2] .....	82
<b>O gerencialismo nas universidades portuguesas: quando o gestor substitui o professor.</b> E5 (82), Catharina Meirelles .....	82
<b>Os novos modos regulação e avaliação no ensino superior e suas implicações na profissionalidade docente: representações de sujeitos da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.</b> E5 (175), Alessandra Queiróz Almeida e José Augusto Palhares .....	83
<b>Organização administrativa de projetos em EAD: do Pró-Licenciatura à Universidade Aberta do Brasil.</b> E5 (109), Laura Wunsch e Eduardo P. C. Leite .....	83
<b>Políticas e modelos na governança do Ensino Superior em Angola.</b> E5 (101)Mário Pinto de Andrade, David Boio e Mbangula Katúmua .....	84
<b>Formação de professores em cursos a distância: interlocuções entre políticas públicas e práticas pedagógicas na educação básica.</b> E5 (161), Naila Cohen Pomnitz, Fernanda Cristofari Machado e Laura Wunsch.....	84
<b>A realidade de uma instituição escolar atípica. Contributos para a compreensão organizacional do IFRN a partir do ponto de vista dos alunos.</b> E5 (166), André Oliveira .	84
EIXO 5 .....	85
CENTRALIZAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO, AUTONOMIA E (HÍPER)BUROCRACIA.....	85

[2 OUT: 16,45/18,15; SALA 9; MESA 5.3] .....	85
<b>Modos de regulação das escolas de educação infantil do município de Belo Horizonte: entre: entre o controle e a autonomia.</b> E5 (59), Mércia Pinto e Adriana Duarte .....	85
<b>Planos Municipais de Educação (PMEs) metropolitanos e o Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas locais.</b> E5 (105), Donaldo Bello Souza e Alzira Batalha Alcântara .....	86
<b>O FUNDEB Brasileiro como instrumento de descentralização de recursos para estados e municípios: a valorização do magistério.</b> E5 (192), Fádyla Alves, Magna França e Janaína Barbosa.....	86
<b>A gestão educacional do plano de ações articuladas (PAR): o papel dos entes federados na trajetória do federalismo brasileiro.</b> E5 (198), Emmanuelle Arnaud Almeida Cavalcanti e Antonio Cabral Neto.....	87
<b>Agentes de implementação de políticas educacionais: atores, ideias e práticas.</b> E5 (190), Livia Reis.....	87
EIXO 6 .....	88
PODER LOCAL E EDUCAÇÃO.....	88
[1 OUT: 14,30/16,30; AUDITÓRIO MULTIMÉDIA; MESA 6.1].....	88
<b>A Autarquia e a Escola: dinâmicas de partilha na gestão dos recursos humanos.</b> E6 (4), Armando Paulo Felizardo e Maria João de Carvalho.....	88
<b>Adesão à transferência de competências na área da educação: O caso dos municípios de Viana do Castelo e de Esposende.</b> E6 (40), Luís Gaivoto .....	88
<b>Descentralizar para otimizar processos de ensino-aprendizagem.</b> E6 (69), Luis Castanheira e Carla Guereiro .....	89
<b>A regulação do poder central no processo da construção das Cartas Educativas e a homogeneização dos discursos.</b> E6 (155), Dora Castro, Irene Figueiredo e Fernando Diogo .....	89
<b>Planeamento da educação em municípios brasileiros: as ações de gestão educacional em âmbito local.</b> E6 (168), Regina Tereza Cestari de Oliveira .....	90
<b>A qualidade anunciada no plano nacional de educação como norte para ações da política pública brasileira.</b> E6 (209), Maria Alice de Miranda Aranda e Franciele Ribeiro Lima .....	90
EIXO 6 .....	91
PODER LOCAL E EDUCAÇÃO.....	91
[1 OUT: 14,30/16,30; SALA 0054; MESA 6.2] .....	91
<b>A Escola, o Movimento Social e a Política.</b> E6 (14)José Adelson Cruz.....	91
<b>A categoria cidadania no contexto escolar: endereçamentos discursivos na fabricação e consumo de identidades estudantil.</b> E6 (126), Gabriel Dos Santos Kehler e Joacir Marques da Costa .....	91
<b>Modernização urbana e a construção da cidadania no período do Estado Novo em Cuiabá – Brasil.</b> E6 (111), Gino Francisco Buzato e Elizabeth Sá .....	92

<b>Políticas Públicas para a Educação Infantil e os desafios do poder local frente à universalização.</b> E6 (139), Silviani Monteiro Sathres e Jucemara Antunes .....	92
<b>Direito versus obrigatoriedade para a Educação Infantil: um diálogo com a escola pública e os desafios do poder local.</b> E6 (140), Jucemara Antunes e Silviani Monteiro Sathres .....	93
<b>Desafio da ética das profissões: ‘ser bom profissional’ no desempenho docente do ensino superior.</b> E9 (160), Ernesto Martins .....	93
<b>“À mulher de César não basta ser honesta, tem de parecer honesta” – Uma análise institucional à luz de valores, relações de gênero e de poder.</b> E9 (207), Maria Custódia Rocha .....	94
EIXO 6 .....	94
PODER LOCAL E EDUCAÇÃO .....	94
[2 OUT: 16,45/18,15; SALA 10; MESA 6.3] .....	94
<b>Instrução pública local: CUIABÁ/MT/BRASIL (1889-1910)</b> E6 (16), Nilce Vieira Campos Ferreira .....	94
<b>Ação do governo local em políticas de educação profissional: o caso do PROEJA FIC em Salvador.</b> E6 (66), Gilmar Conceição.....	95
<b>A Formação Inicial de Professores do Ensino Básico e as TIC: Um cenário para a convergência das políticas e a sua concretização.</b> E6 (149), Rosana E. Martínez Barcellos, Carlinda Leite e Angélica Maria Monteiro .....	95
<b>O Plano de Ações Articuladas (PAR) e a qualidade no ensino fundamental público brasileiro: um olhar a partir das práticas pedagógicas em municípios de Mato Grosso do Sul, uma pesquisa em andamento.</b> E6 (154), Maria Isabel Soares Feitosa e Marília Fonseca.....	96
<b>Poder local e ensino de história regional no Maranhão.</b> E6 (194), Dayse Martins .....	96
EIXO 6 .....	97
PODER LOCAL E EDUCAÇÃO .....	97
[2 OUT: 16,45/18,15; Auditório Multimídia; Mesa 6.4] .....	97
<b>O papel do conhecimento na construção de políticas locais de educação</b> E6 (6), Clara Freire da Cruz e Luís Miguel Carvalho .....	97
<b>Gestão dos Recursos Públicos para a Educação Infantil: concepções dos secretários de educação e conselheiros do Fundeb em municípios do nordeste Brasileiro.</b> E6 (74), Patrícia Maria Simões, Juceli Lima e Manoel Zózimo Jr.....	97
<b>Elementos Políticos-Estratégicos na Formação Contínua dos Gestores Escolares: o caso do Programa de Desenvolvimento Educacional do Paraná (PDE/PR),</b> E6 (167), Marta Croce .....	98
<b>Relação Autarquia/Escola. A Construção do Projeto Educativo Municipal.</b> E6 (176), Miguel Oliveira .....	98
<b>Premiação e avaliação em larga escala: há lugar para a ciência dos atores?</b> E6 (189), Flávia Werle .....	98

EIXO 7 .....	99
PROJETOS DE ESCOLA/AGRUPAMENTO, LIDERANÇAS E CULTURAS DE AUTONOMIA ..	99
[1 OUT: 14:30/16,30; Auditório IE (pequeno); Mesa 7.1] .....	99
<b>A importância da liderança na formação de turmas como instrumento de combate ao insucesso escolar.</b> E7 (30), Paula Romão e Fátima Fradinho.....	99
<b>Práticas de liderança de coordenadores de departamento curricular.</b> E7 (169), Ana Isabel Freitas e Lídia da Conceição Grave-Resendes .....	100
<b>O Diretor de Curso na Universidade: Líder Pedagógico ou Gestor Administrativo?</b> E7 (41), Marta Oliveira .....	100
<b>Brincando de “ser sateré-mawé”: contextos lúdicos diversificados como elementos de construção das culturas infantis.</b> E7 (9), Roberto Sanches Mubarak Sobrinho .....	101
<b>Infância em Cena no Museu Amazônico</b> E7 (32), Evelyn Lauria Noronha, Carolina Brandão Gonçalves, Débora de Souza e Gyane Karol Santana Leal .....	101
<b>As Imagens de Ciências mediante as Crianças do Liceu de Artes e Ofícios Claudio Santoro – Manaus/Am.</b> E7 (110), José Cavalcante Lacerda Junior e Evelyn Lauria Noronha. ....	102
<b>A cultura da invisibilidade da violência nas escolas: omissão ou inoperância?</b> E7 (39), Alice Botler.....	102
<b>Escola indígena de povos indígenas: políticas de educação.</b> E7 (58), Marcia Montenegro e Roberto Mubarak .....	102
EIXO 7 .....	103
PROJETOS DE ESCOLA/AGRUPAMENTO, LIDERANÇAS E CULTURAS DE AUTONOMIA	103
[2 OUT: 14:30/16,30; SALA 10; MESA 7.2] .....	103
<b>Associação de Escolas e Mega-Agrupamento: da Autonomia Conquistada à Autonomia Confiscada</b> E7 (2), Luís Santos e Robert Wagner Santos.....	103
<b>Implementação de projetos de autonomia: entre discursos e práticas da liderança escolar.</b> E7 (131), Carla Martins e Cláudia Neves .....	103
<b>A (re)construção da cultura organizacional em mega-agrupamentos de escolas: tensões e contradições.</b> E7 (89), Mário Sanches e Leonor Torres.....	104
<b>Do Pé no Chão à Lei 10639/03: Análise da importância do ensino afro nas escolas de São Luís de Montes Belos / Goiás / Brasil.</b> E7 (151), Fernando Rodrigues.....	104
<b>A atuação da Universidade do estado do Amazonas junto à formação de professores indígenas.</b> E7 (97), Adria Simone Duarte de Souza e Célia Aparecida Bettiol .....	105
<b>Desenvolvimento de competências de sustentabilidade e cidadania nas comunidades ribeirinhas do município de Coari Amazonas: Um estudo com professores e alunos do ensino fundamental.</b> E7 (203), Jascqueson Oliveira e Patrícia Sá .....	105
<b>Formação autônoma e crítica em educação profissional de trabalhadores em saúde no Brasil: a escola pública democrática em risco?</b> E7 (91), Maria Inês Bomfim, Valeria Morgana Pezin Goulart e Lêda Zoraide de Oliveira .....	106
EIXO 8 .....	107

O/A DIRETOR/A EM AÇÃO: ESTUDOS .....	107
[1 OUT: 16,45/18,45; Sala 9; Mesa 8.1].....	107
<b>O Diretor entre muros: um estudo caso.</b> E8 (38), Élia de Sousa Alves .....	107
<b>O Diretor do Centro de Formação de Associação de Escolas e a Formação Contínua de Professores.</b> E8 (203), Jorge Cardoso, Lídia Grave-Resendes e Antónia Barreto.....	107
<b>O Diretor de Agrupamento de Escolas - entre a realidade e o sonho!</b> , E8 (54), Luísa Supico.....	108
<b>Da análise de Projetos de Intervenção aos Saberes e Práticas de Diretores de Escolas e Agrupamentos.</b> E8 (92), Filinto Lima, Elisabete Ferreira e Rui Trindade .....	108
<b>Movimento associativo dos diretores das escolas e agrupamentos - do trabalho solitário às práticas solidárias.</b> E8 (94), Filinto Lima, Elisabete Ferreira e Rui Trindade .....	108
<b>O diretor escolar em Portugal: esboço de um perfil.</b> E8 (196), Virgínio Sá e Guilherme Silva .....	109
<b>Um estudo sobre os diretores das escolas não agrupadas/agrupamentos dos distritos de Viana do Castelo e de Braga.</b> E8, Maria Barbosa. ....	109
EIXO 8 .....	110
O/A DIRETOR/A EM AÇÃO: ESTUDOS .....	110
[2 OUT: 14,30/16,30; SALA 6; MESA 8.2] .....	110
<b>O Diretor de Escola- contributos para um estudo comparativo entre Brasil e Portugal.</b> E8 (51), Elianeth D. K. Hernandez e Marília Evangelina S. Favinha.....	110
<b>Situações de conflito, indisciplina e violência: o campo de tensão na gestão de escolas públicas.</b> E8 (68), Angela Martins, Cristiane Machado e Maria Bravo .....	111
<b>A Percepção de Gestores Escolares sobre a Participação da Família na Escola</b> E8 (93), Ione Leal Oliveira Jatobá, Cristiane Vasconcelos Regina Dourado, Anita Almeida Reis e Leandro Nascimento Gileno Militão .....	111
<b>Práticas de gestão de políticas públicas: uma análise sócio-organizacional do campo escolar em Pernambuco.</b> E8 (128), Jamerson Moura .....	112
<b>Gestão democrática: interlocuções entre ações, políticas públicas e práticas pedagógicas no contexto de uma escola de educação infantil.</b> E8 (159), Naila Cohen Pomnitz e Natalia Pergher Miranda .....	112
<b>Diretores(as) de escolas nas barras da justiça: análise da legislação brasileira e de alguns casos judiciais com a respectiva jurisprudência.</b> E8 (199), Tereza Baraldi.....	113
<b>Diretores e diretoras de escolas públicas em Portugal e no Brasil – Uma análise estatística inferencial.</b> E8 (208), Maria Custódia Rocha e Tânia Brabo .....	113

## EIXO 1

### GLOBALIZAÇÃO, EUROPEIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO

[1 OUT: 14,30/16,30; SALA 9; MESA 1.1]

#### **A globalização da educação e os contextos: respeito às diferenças ou atenuação das identidades?** E1 (2), Carolina Santos, Fátima Pereira e Amélia Lopes

Abstract: O sistema educativo acompanha mudanças de caráter político, económico e social de um país, o que provoca alterações constantes na educação. Decisões externas, então, afetam a educação e provocam efeitos em diversos níveis de ensino. Este trabalho tem como foco o ensino superior e as suas transformações, preocupando-se com os efeitos que estas mudanças podem provocar na identidade do professor do ensino superior. Como quadro teórico, abordamos o managerialismo (Santiago, Magalhães e Carvalho, 2005), o mercado como regulador da educação e as lógicas administrativas e de curto-prazismo (Beck e Young, 2008) de um sistema de ensino pós-industrial (Becher e Trowler, 2001) em que se modifica a própria relação com o conhecimento (Gibbons, 1997) e, consequentemente, o trabalho do professor. Particularmente, interessa a este trabalho compreender se no processo de globalização da educação, através das reformas neoliberais, por exemplo, os contextos locais marcam a diferença ou se há um processo insidioso de atenuação da identidade da universidade no sentido de uniformização e homogeneização das instituições. Com um estudo multicase, a investigação recorre a entrevistas semiestruturadas de tipo biográfico para escutar a voz dos professores da área da Educação de uma universidade portuguesa e de uma universidade brasileira, a fim de compreender como os contextos fazem diferença frente a um projeto de globalização da universidade, caso o façam. Como resultados iniciais, apontamos para a diferente relação entre o cenário das duas instituições participantes e as expectativas e os relatos dos seus professores.

#### **A globalização enlases e faces nos estudos das organizações educativas.** E1 (87), Carlos Antonio de Queiroz, Marly Alfaia Simões de Queiroz e Fabiane Maia Garcia

Abstract: A análise objetiva discutir a questão da globalização enquanto tema presente em pesquisas de pós-graduação nomeadamente na área da política educativa e da organização e administração escolar. Toma como referência três pesquisas de doutoramento: “A influência do neoliberalismo nas políticas de acesso e permanência ao ensino superior no Brasil. Um estudo comparado no Ceará e em Portugal”; “Análise do sistema organizacional da educação superior no Brasil e em Portugal: uma visão a partir do accountability”; e “Escola, democracia e autonomia: uma análise das políticas e práticas no cotidiano escolar” desenvolvidos a partir de estudo de caso em que a globalização emerge com múltiplas inferências e determinantes em relação ao campo educativo brasileiro e português. No primeiro caso, a globalização está presente como parte da necessidade formativa que configura as políticas neoliberais de acesso e permanência no ensino superior. No segundo, a questão da globalização é parte das discussões dos conceitos de qualidade, eficiência, eficácia e efetividade presentes nos processos avaliativos hoje inerentes aos sistemas educativos. O último estudo desenvolve uma análise a partir de três contextos teóricos, neles se discute o cenário da globalização, que mundializou o capitalismo e a democracia. Nos três estudos, a globalização se apresenta referenciada nas principais teorias que configuram o estado moderno nas suas formas de estruturação, organização e controle na execução das políticas e múltiplas inferências nas organizações educativas.



**As relações entre a União Europeia e o Mercosul e o processo de integração universitária mercosulina.** E1 (147), Verônica de Lourdes Pieto de Oliveira

**Abstract:** O presente trabalho teve como pano de fundo o Projeto de Apoio ao Programa de Mobilidade Mercosul em Educação Superior (PMM), um projeto cofinanciado pela União Europeia (UE) e o Mercosul, com vista a resolver o baixo nível de sentimento de pertinência à região e de consciência de cidadania regional da sociedade civil do Mercosul, o que é considerado limitante para consolidação e o fortalecimento do processo de integração regional. Ante a esse projeto, buscou-se entender o contexto das relações entre a UE e o Mercosul e o porque desse apoio ao bloco mercosulino. Constatou-se que a UE, desde a sua formalização, vem investindo em ações de integração universitária, inicialmente essas ações eram voltadas para o interior do bloco, posteriormente seus objetivos se tornaram mais ambiciosos, desejando se colocar como modelo de integração universitária para as demais regiões do mundo. Por outro lado, também se constatou que o Mercosul, desde a sua constituição tem buscado apoio junto à UE, inclusive para firmar parcerias em questões educacionais. Contudo, apesar de haver interesses de ambas as partes, notamos que esses são diferenciados, enquanto a União Europeia deseja ser reconhecida como a sociedade do conhecimento, mais competitiva e mais atrativa do mundo e também se colocar como modelo de integração regional e universitária para as outras regiões, o que leva alguns autores a falar sobre novo colonialismo ou europeização, o Mercosul, por sua vez, tenta ultrapassar as barreiras para a construção de uma integração regional universitária e criar um espaço regional de educação superior, apesar de alguns avanços, ainda há muitos desafios para concretização desses objetivos. O processo metodológico baseou-se em análise documental, com consulta a sites e a documentos oficiais da UE e do Mercosul, e em referências bibliográficas da área para a fundamentação teórica

**Da política educativa nacional e supranacional às práticas curriculares.** E1 (171), Carla Lacerda

**Abstract:** A presente proposta de comunicação insere-se num projeto de doutoramento que tem por objetivo central compreender o modo como as políticas educativas têm influenciado as concepções e práticas curriculares dos professores no ensino básico. Como se sabe, a avaliação das políticas no nosso país é quase inexistente, e pese embora o facto, de existirem investigações em torno das políticas educativas a compreensão da relação intrínseca entre mudanças enunciadas normativamente e as práticas decorrentes de professores não nos têm permitido perceber a sua real abrangência e implicação. Em Portugal, como aliás em quase todos os países da Europa, há uma tendência em definir políticas educativas mal um governo constitucional tome posse. Decorridos 40 anos da democratização do ensino, e tendo presente que ao longo destes foram 19 os governos constitucionais que tiveram a oportunidade de alterar as políticas educativas, queremos aqui, de forma breve, caracterizar este percurso e perceber o modo como a política educativa pode e/ou deve fomentar a mudança nas escolas, melhorar o sistema de ensino, incentivar o trabalho dos professores e melhorar a qualidade de aprendizagem dos alunos. A investigação seguiu uma metodologia de natureza qualitativa de meta análise a investigações cujos propósitos se centraram na análise de concepções e práticas de professores do ensino básico e concluiu-se que nenhuma análise curricular pode considerar-se completamente séria, se não colocar no seu âmago uma atenção na definição de política educativa, que numa determinada época e que num determinado contexto se toma. Nas escolas, o desempenho dos professores é determinante para qualquer objetivo que se espere alcançar, portanto qualquer teoria de mudança, qualquer reforma que se queira implementar não deve ignorar o terreno da ação do professor, portanto o seu contexto e a sua personalidade.

**O Programa Novas Oportunidades e a aprendizagem ao longo da vida: efeitos da União Europeia em Portugal.** E1 (137), Daniela Silva

Abstract: No amanhecer do novo milénio esboçou-se em Portugal uma nova arquitetura na promoção do direito à educação destinada aos adultos: os processos de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC), desenvolvidos nos Centros Novas Oportunidades (CNO) conferindo aos adultos certificação escolar (B1, B2, B3 e Secundário) e profissional. Nesta comunicação, pretendemos refletir sobre a) o fenómeno da globalização, a construção do espaço europeu de educação da União Europeia e as suas influências no sector da educação de adultos em Portugal; b) conhecer as representações dos diretores/coordenadores dos CNO relativamente ao impacto que os mesmos sentiram no seu quotidiano face às diretrizes emanadas pela União Europeia. Esta reflexão parte de uma investigação que assumiu a forma de um estudo de caso – um CNO - e contemplou as seguintes metodologias: entrevistas à equipa técnica (formadoras, técnicas de RVCC e coordenadora do CNO), observação das etapas do processo de RVCC, análise documental e a aplicação de um inquérito por questionário aos diretores/coordenadores dos CNO do NUT III (com uma amostra de 79,7%, n=55). Os dados obtidos na investigação denunciam a influência dos processos de globalização no contexto local, confirmando a existência de um determinado grau de porosidade, neste programa educativo e nas práticas dos CNO, das normas e diretrizes da União Europeia.

**Uma Nova Organização da Escola no quadro da Autonomia.** E1 (100), Carlos Ferreira da Silva

Abstract: Cientes que o Contrato de Autonomia permite a apropriação pelo agrupamento de uma identidade e de uma imagem de marca própria, resultante da capacidade de definir a sua missão e os seus objetivos, com respeito pelos princípios do sistema educativo nacional, projetando, organizando e controlando de forma sistemática o desenvolvimento das suas atividades em função do contexto em que se insere, com o envolvimento dos diversos parceiros, garantindo a qualidade e especificidade do serviço. O novo Agrupamento de Escolas Silves Sul teve que encontrar a sua própria dinâmica e a sua identidade organizacional de modo a continuar a garantir um serviço público de educação com qualidade e uma gestão escolar eficiente e eficaz. Adotou um novo e inovador organograma com novos órgãos de participação da comunidade como o Conselho da Comunidade Educativa. A criação de novos órgãos de participação das famílias e dos alunos como o Conselho dos Representantes dos Encarregados de Educação das Turmas e o Conselho dos Representantes dos Alunos Delegados de Turma. Alterou a constituição de Conselho Pedagógico, dando-lhe agora uma composição unicamente técnico pedagógica, constituído pelos Coordenadores das Didáticas e dos Coordenadores de Ciclo: E de forma inovadora criou os Conselhos de Ano, constituídos por uma equipa pedagógica de docentes para cada um dos níveis de escolaridade, na qual cada docente de uma disciplina tem, a seu cargo, a leção dessa mesma disciplina a todas as turmas do nível de escolaridade em questão. Estas equipas pedagógicas, reúnem semanalmente por ano de escolaridade, constituindo um espaço privilegiado para a tomada de decisões de atuação conjunta, envolvendo as diversas disciplinas. Este é um tempo para a análise semanal da atividade da turma, comportamento, aproveitamento, enfim sucessos e insucessos das turmas, procurando soluções para o sucesso educativo de uma forma direta, eficiente e atual.

**Movimento cross-border entre Brasil e Paraguai na educação superior: efeitos (in) esperados da política supranacional.** E1 (130), Giselle Real

Abstract: Objetiva-se analisar efeitos do movimento de expansão da educação superior na fronteira entre Brasil e Paraguai, considerando as políticas supranacionais que regem os países

latino-americanos, a partir da constituição do processo de globalização. A globalização contribuiu para a construção de espaços comuns de governança, diante de relações entre o espaço local e o mundial, que se formam a partir da construção de blocos supranacionais. Esses blocos, constituídos por escopo comercial, atribuem importância à educação superior na medida em que estabelecem acordos específicos para aspectos estratégicos como: mobilidade estudantil, currículo e acreditação de cursos, como é o caso do Processo de Bolonha e do Mercosul Educacional. Essas políticas ao serem implementadas geram efeitos nos sistemas educacionais de seus países, especialmente considerando as regiões fronteiriças, a chamada educação transfronteira (cross-border education). Pretende-se responder à questão: que efeitos a política supranacional de educação superior promove na região de fronteira entre Brasil e Paraguai? Tem-se como referencial teórico o materialismo histórico-dialético, adotando dispositivos metodológicos quanti-qualitativo. Como resultado observou-se que a taxa de expansão, a partir de 1996, e os percentuais de atendimento, a partir de 2002, paraguaios são superiores aos brasileiros, o que acarreta impactos nas instituições de educação superior, na medida em que se intensifica a competição por alunado e promove migração de estudantes brasileiros para o Paraguai, alterando o padrão de mobilidade estudantil esperado para esses espaços, uma vez que o Brasil tem melhores condições socioeconômicas que o país vizinho.

**Políticas Educacionais de Ampliação da Jornada Escolar: uma perspectiva comparada Brasil e Portugal.** (162), Marília Beatriz Ferreira Abdulmassih e Antonio Chizzotti

**Abstract:** Esta pesquisa é resultado do trabalho desenvolvido durante o período de estágio científico avançado na Universidade do Minho, em decorrência do programa de Doutorado sanduíche no exterior e busca identificar, caracterizar e comparar as políticas de ampliação da jornada escolar, através do Programa Mais Educação no Brasil e o Programa Escola a Tempo Inteiro, em Portugal. Tais programas se inserem no contexto das políticas públicas globais de educação, orientadas pelas diretrizes gerais dos organismos internacionais como a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e o Banco Mundial, entendidas como mecanismos para melhorar a “qualidade” da educação escolar, aferidas em avaliações de larga escala. Realiza-se uma análise comparativa com base na revisão bibliográfica e documental dos dois países. A abordagem qualitativa é sustentada pelos estudos de Ludke e André (1986), Bogdan e Biklen (1994), Chizzotti (2008, 2011), e a análise comparada nas investigações de Nóvoa (1998), Popkewitz (1997), Pereyra (1990). A pesquisa evidencia que, a ampliação da jornada escolar, permiti à escola enquanto espaço social de apropriação, elaboração e reelaboração de conhecimento, incorporar em seu currículo atividades para o desenvolvimento de competências cognitivas e atitudinais necessárias para uma formação cidadã integral. Ressalvando as dificuldades e os avanços de algumas experiências exitosas nos dois países, Portugal está a frente do Brasil acerca das propostas governamentais que sinalizam a ampliação do tempo escolar, na escola de educação básica.

**Educação Prioritária e Governação da Educação: Textos e Con(textos, E1, Mariana Dias e Maria Fátima Sanches.**

**Abstract:** Nesta comunicação pretende-se identificar as lógicas de ação e as formas de governação que presidiram ao desenvolvimento das políticas de educação prioritária em Portugal (1988-2012). A análise integra-se num estudo mais amplo, realizado no âmbito do projeto “Estratégias de melhoria de escola em contextos desfavorecidos “, que envolveu diferentes processos de investigação: entrevistas e inquéritos a atores – chave, estudos de caso, pesquisa documental. A perspectiva teórica subjacente à pesquisa tem em consideração que as políticas não são apenas “textos”, são, também, con(textos) de produção legislativa, de implementação de

decisões, de desenvolvimento de práticas (Ball & Mainardes, 2011). A investigação evidenciou que as políticas de educação prioritária não ficaram alheias à penetração de novas concepções gestórias em Portugal, verificada em finais do século XX. Verifica-se, pelo contrário, uma influência crescente destas concepções, de matriz gerencialista, que é visível na fundamentação dos programas, nos objetivos definidos, nas formas de governação e nas estratégias de intervenção. Este movimento foi acompanhado uma crescente valorização das preocupações com a modernização da educação e com a “luta contra a exclusão”, que se traduziu numa aceitação acrítica da importância da ligação entre a escola e a vida ativa e da valorização da formação profissional como resposta às dificuldades escolares das crianças oriundas de grupos desfavorecidos. Além disso, as políticas de educação prioritária passaram a refletir mais claramente as diretrizes comunitárias em matéria de educação e formação do que as preocupações com a equidade em educação.

Ball, S., Mainardes (2011) Políticas Educacionais. S. Paulo: Cortez Editora

## EIXO 1

### GLOBALIZAÇÃO, EUROPEIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO

[3 OUT: 09,00/11,00; AUDITÓRIO MULTIMÉDIA; MESA 1.2]

**The complexity and the reconnection of interdisciplinary knowledge: Identity and scientific Thought in schools.** (78), Anne Ariadne Ponce de Leão, Rosiane Pereira Lima e Washington Napoleão Eufrazio

**Abstract:** The present work is based on data built in level studies (Master) focused discussions about scientific knowledge in school space in a multidisciplinary perspective of education in order to contribute with other sciences. This discussion of the knowledge of science intends to collaborate with the construction of the process of identity school as a space of autonomy for the dissemination of the scientific field. To reach this goal, the science permeates by a path that percorre between diversity to the complex thinking generating paradigms that might involve the cultural reality school. From the rewire of knowledge that science will opening holes for the inclusion of scientific knowledge into the school curriculum. The methods used for conducting the research literature were used as instruments of reasoning to highlight the theme as well as the existence of schools that joined the scientific method as construction of identity aiming to guide the curriculum as well as guide the pedagogical practices of teaching.

**A formação de professores no contexto das mudanças do ensino superior: uma perspectiva comparada entre Portugal e o Brasil.** E1 (127), Maria Rejane Lima Brandim e Marina Graziela Feldmann

**Abstract:** O presente trabalho discute a formação dos professores no contexto das mudanças na Educação Superior no Brasil e em Portugal em desenvolvimento desde a década de 1990 tendo como foco, no caso brasileiro, a Reforma do Estado e da Universidade Brasileira e a política de implantação do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidade Federais- REUNI e no caso português, a implantação do Processo de Bolonha e a europeização do ensino superior. O objetivo geral do estudo é o de caracterizar e analisar a formação de professores em Portugal e as mudanças que atualmente estão em curso neste domínio, a fim de

que possamos aprofundar a compreensão dessa realidade, o que nos ajudará sobremaneira na análise da realidade educacional brasileira. Consideramos a proposta de um estudo comparativo dessas diferentes realidades para descobrirmos convergências e/ou divergências nos modelos de organização da formação de professores brasileiro e português. Os procedimentos escolhidos para a coleta de dados, se constituem na análise documental, na realização de entrevistas a especialistas de referência no campo da formação de professores em Portugal e na observação direta da realidade pesquisada. Nosso referencial teórico baseia-se principalmente em Afonso (2001, 2009 e 2013), Antunes (2005, 2007, 2008), Nóvoa (2008), Roldão (2008), Canário (2008), Silva Júnior (2002), Pereira e Almeida (2011), Stoer (2008), Dale (2010). Consideramos até o momento que as mudanças ensejadas quer pela reforma da universidade brasileira, quer pela implementação do Processo de Bolonha encontram-se profundamente marcados por uma regulação supranacional da educação e que a formação de professores encontra reflexo neste contexto, ganhando novos contornos e novas perspectivas que apontam para a necessidade de uma análise mais aprofundada, ora em curso.

**Agenda global e mercantilização da educação: algumas problematizações sobre as políticas educacionais de distribuição massiva de laptops educacionais no modelo.** E1(145), Viviane Grimm e Geovana Mendonça Lunardi Mendes

Abstract: O entusiasmo pelas tecnologias de informação e comunicação têm marcado o discurso pedagógico e as políticas educacionais desde meados do século XX. Na busca por “modernizar” a escola, o currículo, o professor, em oposição aos modos de ensino tradicional, nos últimos anos, diferentes países lançaram políticas ambiciosas voltadas a inserção de tecnologias no contexto escolar. Neste ensaio teórico, buscamos problematizar a política educacional de inserção de tecnologia baseada no modelo “1:1” (um computador por aluno) no seguinte sentido: o que tem mobilizado países como Brasil e Portugal a adotarem políticas massivas de distribuição de laptops educacionais, mais especificamente os programas PROUCA e e-escola, desenvolvidos a partir de 2005? Buscamos responder tal questão a partir do referencial teórico de autores do campo da sociologia, sobretudo, Stephen Ball com os conceitos de “políticas globais” e “mercantilização” da educação, Roger Dale com o conceito de “agenda globalmente estruturada” e as contribuições de Boaventura de Souza Santos sobre os processos e as dinâmicas das globalizações. Partimos do pressuposto que as políticas educacionais de inserção de tecnologia no modelo “1:1” demandam de políticas transnacionais, externas aos países e seus territórios, que vem na educação um “grande negócio” e os Estados Nação seus consumidores, tornando a própria formulação da política educativa um produto comercializável, em especial para países periféricos, mobilizados pela ideia de que tais programas são capazes de resolver problemas educacionais e sociais diversos. No entanto, cabe observar que estas políticas são traduzidas e interpretadas nos contextos nacionais e locais, não devendo ser analisada como simples transposição. Por fim, observamos que as disputas em torno das políticas de inserção de tecnologias nas escolas tem privilegiado a distribuição massiva em detrimento de outras possibilidades de apropriação da cultura digital nos contextos educativos.

**Globalização, internacionalização e mobilidade acadêmica no ensino superior: um estudo do Programa Ciência sem Fronteiras na UFRB.** E1 (174), Alessandra Queiróz Almeida e José Augusto Palhares

Abstract: O desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação nos anos 90 promoveu alterações significativas das relações entre Estado, mercado e sociedade, acentuando o debate sobre o papel da educação e ocasionando maior empoderamento aos organismos multilaterais (MOROSINI, 2006). Tornou-se evidente a influência da globalização sobre o Estado,

o que promoveu a redefinição do seu papel, mas não seu desaparecimento (AFONSO, 2007). A partir de 1995, a Organização Mundial de Comércio já havia estabelecido áreas em que os países poderiam proceder à internacionalização de serviços educacionais, a exemplo da oferta transfronteiriça (CASTRO, 2011). Na década seguinte, a mobilidade acadêmica passou a ser a principal estratégia de internacionalização, levando as universidades não só a ampliar convênios de cooperação, mas principalmente a competir num vasto mercado de serviços educacionais. Um 'mercado global', mas heterogêneo, já que está imbricado às realidades socioeconômicas de cada país e em uma predominante perspectiva de mercantilização (ANTUNES, 2004). Este é o panorama em que se insere o presente estudo. Objetivos: Compreender o fenômeno da mobilidade internacional a partir da experiência do Programa Ciência sem Fronteiras; Analisar o impacto do programa na formação de graduação e na própria UFRB. O modelo de análise é qualitativo e o método de Estudo de Caso. A coleta de dados inclui levantamento documental, questionários e entrevistas. A discussão dos resultados será feita a partir de análises estatísticas e de conteúdo. É possível concluir, até então, que a magnitude do programa demonstra o cenário de defasagem do país no campo da internacionalização, além de fragilidades significativas no reconhecimento de estudos e formação em idiomas. No caso da UFRB, considerando o número de bolsistas, evidencia-se que a maior parte é vinculada ao programa, confirmando a carência de uma política própria de internacionalização.

**Quais os efeitos da globalização na Avaliação Externa de Escolas?** E1 (43), Joana Sousa e Natália Costa

**Abstract:** A globalização tem promovido a alteração de discursos ao nível político e educacional. Neste contexto, a standardização e a accountability passaram a ser conceitos predominantes (Taubman, 2009), com incidência na Avaliação Externa de Escolas, na medida em que resultam da partilha de conhecimentos (Steiner-Khamasi, 2012) operados pelas reformas viajantes (Barzanò, 2009), quase sempre idênticas e invisíveis. Apesar das políticas de avaliação tenderem para a uniformização, com reflexo nas práticas de avaliação externa de escolas, é fundamental que seja considerado o contexto institucional (Anderson-Levitt, 2009). Em Portugal, as escolas refletem esta dupla realidade de standardização, através de um modelo único, e valorização do contexto, pela inserção do valor esperado em escolas de contexto análogo. Com o objetivo de compreender os efeitos da globalização na Avaliação Externa de Escolas, e seguindo-se a metodologia qualitativa, foram analisados relatórios de organismos transnacionais e supranacionais (OECD, 2013, 2015; European Commission, EACEA, Eurydice, 2015) através da realização da análise de conteúdo. Os dados desta análise apontam para que a teoria e a prática se constituam num tipo pragmático de globalização (Ball, 2012), que promove a lógica de mercado (Smith, 2014), baseado na homogeneização tanto de discursos como de práticas avaliativas. Esta comunicação insere-se no projeto de investigação de Avaliação Externa de Escolas no Ensino Não Superior (FCT – PTDC/CPE-CED/116674/2010) coordenado pela Universidade do Minho.

**Public education: ad campaigns & corporate sponsorships.** E1 (183), Isabel Farinha

**Abstract:** The field of in-school marketing is largely unexplored in Portugal. This paper aims to produce analytical-theoretical contributions on the school as a new medium and a new channel of consumption, analysing its central role in mediating between state, market and civil society. Hence the importance of this research, the guideline questions, rooted in a biased consumer society in the process of cultural reassignment are as follows: which social win-win relationship practices or legitimacy/visibility ones transacted by the state, the market and civil society are evident in their interaction with the school system?; how do in-school marketing activities square with public-private

organisations' corporate responsibility?; are the ethical parameters of legislated and self-regulated best practice principles synonymous with consensus? Another purpose was also testing a Working with Schools Best Practice Principles as a self-regulatory tool aimed at school decision-makers to analyze how schools and their partners can build an ethical and responsible relationship. The methodology combines a quantitative analysis via questionnaires to school group representatives management committees (10-15 years old children) and a qualitative approach via document analysis and semi-structured interviews with public-private stakeholders. Our results lead us to negate hypotheses which speak of school 'marketisation', despite school's weak role in this mediation, and the prevalence of responsible in-school marketing based on best practice principles. They also lead us to support the hypothesis describing ideologically antagonistic positions and to conclude overall that reproduction and conception of these activities works towards an iconic shaping of schools' organisational identity and a socio-symbolical integration of the educational community into a hegemonic culture.

**União europeia e Mercosul: Congruências na concepção de qualidade da educação superior.**  
E1 (147), Mary Ane de Souza

**Abstract:** O trabalho objetiva analisar a concepção de qualidade presente no sistema de avaliação da educação superior adotado pela União Europeia (UE) e pelo Mercosul quando se explicitam seus processos de construção da qualidade. Esse tema ganha importância para a área educacional a partir do processo de globalização, quando ocorrem mudanças estruturais na forma de interação mundial, e, justifica-se pela relevância e contribuições na área das políticas de educação superior, especialmente considerando o processo de regionalização em curso. No contexto da UE destaca-se o papel do Processo de Bolonha, que configura-se como um espaço europeu de educação superior altamente integrado e competitivo. No âmbito do Mercosul, a preocupação com a garantia de qualidade iniciou com a formação do Setor Educacional do Mercosul (SEM). Especialmente para a educação superior, atualmente, está em vigor o Sistema de Acreditação Regional de Cursos de Graduação (ARCU SUL), que executa a avaliação e acreditação de cursos universitários. A pesquisa está dividida em duas etapas, a primeira será desenvolvida por meio de uma revisão de literatura especializada sobre a temática, com base na abordagem qualitativa, e a segunda se constitui em análise documental. O referencial teórico adotado baseia-se em Jessop (1998), Dale (2009), Santos (2011), Lima, Azevedo e Catani (2008), Dias Sobrinho (2006), entre outros. Inicialmente, foi possível considerar que a concepção de qualidade nesses contextos é pouco estudada pela literatura, uma vez que o número de trabalhos encontrados é insignificante em relação ao universo estudado, o que explicita a necessidade de novos e mais estudos sobre as concepções de qualidade construídas no âmbito supranacional. Considerando o contexto em que se insere a temática do trabalho, espera-se oferecer contribuições para as políticas públicas que tratam da qualidade da educação superior brasileira.

**Globalização e modelos transnacionais de educação e formação. Que competências e avaliação no currículo da formação inicial de professores?** E1, Sílvia de Almeida

**Abstract:** Na agenda da União Europeia os discursos sobre a melhoria das práticas de formação inicial de professores sublinham os efeitos dos processos de globalização na definição do conhecimento como recurso económico (Pacheco 2006), com consequências na organização curricular baseada numa pedagogia por competências. Com efeito, verifica-se uma tendência nas políticas europeias para a adoção de competências profissionais nos cursos de formação de professores (Comissão Europeia, 2013). Alguns autores têm teorizado sobre os efeitos da globalização sobre os processos de formação, (Dale, 2004, Giddens, 2007; Ritzer),

designadamente na existência de modelos transnacionais de formação que regulam as teorias e práticas educativas sem, no entanto, excluir processos de divergência e identidade. O presente estudo pretende abordar as competências dos cursos de formação inicial de professores para o 1.º e 2.º ciclo do Ensino Básico ministrados por estabelecimentos portugueses de ensino superior universitário e politécnico e a sua forma de avaliação, designadamente as suas similitudes e contrastes com o quadro referencial desenvolvido pelo Projeto Tunning (Comissão Europeia, 2000). Para a constituição da amostra, utilizámos uma base proveniente do Sistema de Informação do Ministério da Educação com as instituições de formação dos professores colocados nas escolas públicas. A amostra final é constituída por 17 estabelecimentos de ensino superior. Como metodologia optámos pela análise de conteúdo das fichas das unidades curriculares dos estabelecimentos de ensino. A análise evidenciou a presença de algumas das competências elencadas pelo Projeto Tunning para a formação de professores mas a sua desadequação com as estratégias de avaliação de natureza mais sumativa e os instrumentos de avaliação mais direcionados para tarefas de síntese (e.g., testes) do que para tarefas de desenvolvimento (e.g. portefólio, projeto) que melhor permitem aferir a assimilação das competências

## **EIXO 2**

### **ORGANIZAÇÃO E GESTÃO PEDAGÓGICA DA ESCOLA/AGRUPAMENTO**

[1 OUT: 14,30/16,30; SALA 10; MESA 2.1]

**À Procura do Par Pedagógico Perdido: Repensando a Gestão Pedagógica.** E2 (29), Luís Santos e Joaquim Duarte

Abstract: Não são conhecidos muitos estudos em Portugal sobre a lecionação em codocência ou em par pedagógico, apesar de, em diferentes áreas disciplinares, isso ter acontecido. No entanto, há um progressivo reconhecimento de que o modelo e práticas tradicionais, e ainda mais habituais nas escolas, do professor que, sozinho (ou contando, muitas vezes, com umas vagas indicações do Departamento), assume toda a responsabilidade de, a partir de um programa geral, o traduzir numa prática letiva efetiva, com as múltiplas dimensões envolvidas, e sem grande espaço para discussão e reflexão coletivas, se encontra esgotado e deverão ser procuradas alternativas. Este trabalho, partindo de uma situação concreta, visa analisar criticamente algumas das experiências que tiveram lugar e propor pistas de reflexão para uma renovada profissionalidade docente e novas modalidades de organização pedagógica. Este caminho vem já sendo feito em diversos países, como no caso do Japão, no qual as lesson studies são mesmo política oficial. Partindo da situação de um par pedagógico em contexto de estágio, recolheu-se informação sobre este tema (incluindo informação normativa portuguesa) e foram feitos inquéritos por entrevista a professores envolvidos em codocência ou par pedagógico. As conclusões apontam no sentido de ser desejável, e porventura inevitável, uma rutura com práticas anteriores, seja na preparação da intervenção pedagógica, com práticas acrescidas de cooperação, seja mesmo na intervenção direta em contexto(s) de aula.



**Colaboração entre professoras em escolas do pré-primário e primário em Portugal.** (53), Joana Castro e José Manuel Matos

Abstract: Este trabalho estuda a colaboração entre professoras do jardim de infância e do ensino primário integradas em agrupamentos de escolas. O estudo é parte de outro sobre a cultura de escola, a matemática e a transição entre o pré-escolar e o 1º ano de escolaridade, onde se construiu e testou um quadro de referência para analisar a cultura de escola com as seguintes vertentes: Finalidade e missão; Normas, valores e crenças; Colaboração relações e meios; Rituais e cerimónias; História e histórias e Identidade. Para Hargreaves a cultura da escola pode ter várias formas, a cultura dos professores, dos alunos, dos pais, dos funcionários, da direção. Considera na cultura, o conteúdo associado aos valores, crenças, hábitos e, a forma na relação com o modo de fazer as coisas. Define quatro formas de cultura dos professores: o individualismo, a colegialidade, a colaboração e a balcanização a que Thurler acrescenta a grande família. A investigação integra dois estudos de caso correspondentes aos agrupamentos de escolas da área de Lisboa: duas educadoras e duas professoras do 1º ciclo de cada um dos agrupamentos. A recolha de dados decorreu entre 2009/2011. As conclusões apontam para a influência da direção e dos meios (espaços físicos, projetos, anos de serviço) na colaboração entre professores do mesmo nível de escolaridade e ocasionalmente entre níveis diferentes. O sucesso dos alunos parece estar relacionado com o seu papel na sala e com o tipo de trabalho cooperativo em aula

**Representações de professores sobre o papel do coordenador pedagógico na organização das atividades escolares.** (153), Maria Vitoria Silva e Sónia Teresinha De Sousa Penin

Abstract: A escola é um espaço constituído por diferentes atores – diretores, coordenador pedagógico, professores, alunos, funcionários – que desempenham funções distintas e complementares; logo, a escola se constitui em um espaço de poder, de lutas. Neste contexto, o coordenador pedagógico como membro da gestão escolar, se apresenta como um ator imprescindível no processo de mediação das relações pedagógicas. Destacamos que o presente trabalho é um recorte de uma investigação de doutorado em andamento sobre representações de professores no cotidiano escolar no estado da Bahia - Brasil e busca responder as seguintes questões: Como os professores veem o papel do coordenador pedagógico na gestão escolar? Quais as representações desses professores em relação ao coordenador no desenvolvimento das suas atividades? O trabalho tem por objetivo discutir as representações de professores do Ensino Fundamental II sobre o papel do coordenador pedagógico na organização das atividades escolares. Os procedimentos metodológicos adotados foram norteados pelos princípios da pesquisa qualitativa e para a coleta de dados utilizou-se a entrevista semiestruturada, com quinze professores experientes que lecionavam em uma escola do Ensino Fundamental da rede municipal. A análise do trabalho está baseada na teoria das representações de Lefebvre, dialogando com teóricos que discutem o cotidiano escolar, seus atores, suas relações e contextos. Os resultados preliminares indicam que o coordenador pedagógico tem papel fundamental na descentralização da gestão escolar, pois no processo de mediação pedagógica estabelece um diálogo permanente entre os professores, demais atores da gestão e as diversas práticas escolares. Esse diálogo constitui-se em um elemento imprescindível para a organização das atividades escolares, visto que fornece indícios para avaliar e redimensionar o processo de ensino e aprendizagem no cotidiano escolar.

**A escola em ciclos: novos currículos e velhas práticas docentes?** E2 (47), Anuska Silva

Abstract: O presente trabalho é um recorte da minha pesquisa de doutorado em andamento na Universidade Federal de Pernambuco. O objetivo desse estudo é refletir acerca das práticas

docentes a partir das diferenças da escola seriada e da escola ciclada. Os teóricos que nos auxiliaram na compreensão acerca da escola seriada e da escola ciclada são Freitas (2003), Barreto e Mitulic (2001), Jacomini (2010), Grossi (2004), dentre outros. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica acerca do que se caracteriza uma escola seriada e uma escola ciclada, na tentativa de estabelecer pontos positivos e negativos de cada organização curricular e analisar as possíveis mudanças necessárias nas práticas docentes no cotidiano escolar. Concluímos que apesar de um novo currículo está se disseminando pelo Brasil a fora, o currículo organizado em ciclos, as práticas docentes continuam as mesmas. Assim, não há terreno propício para a implantação e ou implementação de novas políticas educacionais se não tiver políticas de formação de professores em parceria para que a política possa se aproximar o mais possível do idealizado.

**Organização e gestão escolar na formação do pedagogo: Reflexões sobre Diretrizes, Contextos e Práticas E2 (163), Marta Croce e Francisnaine Oliveira**

**Abstract:** A organização e gestão da escola constitui-se temática indispensável aos debates sobre administração e coordenação pedagógica na educação escolar brasileira. Questiona-se o papel dos diretores de escola e dos coordenadores pedagógicos, como profissionais formados no Curso de Pedagogia e que atuam na organização e gestão administrativo/pedagógica das escolas públicas. Levando-se em conta o processo de formação inicial e continuada dos educadores, indefinições e ambiguidades geradas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Licenciatura em Pedagogia (2006) fazem com que estudiosos e pesquisadores da área apresentem olhares diferenciados sobre a capacitação de pedagogos para a gestão. De um lado, encontram-se os defensores da proposta de cursos distintos, um para formar o profissional apto a ser professor da escola básica e, de outro, aqueles que corroboram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº9394/96), quando institui a prática da gestão democrática em diferentes instâncias, como ação pedagógica especializada e elemento imprescindível à transformação social. Estes, impulsionados pela necessidade de instaurar-se no país um modelo de gerenciamento público galgado nos princípios da cidadania, consideram a formação de gestores como pondo nevrálgico da licenciatura em Pedagogia. Sem desconsiderarmos o terreno movediço, no qual transitam os estudiosos, propomos uma reflexão acerca da formação em gestão escolar, como condição sine qua non na instauração de posturas teóricas e práticas condizentes com a boa liderança na direção e na coordenação pedagógica da escola. Servimo-nos, em nossas reflexões, da análise sobre a formação dos estudantes de Pedagogia da UEM, diante do conhecimento teórico e da prática em gestão escolar. Consideramos três dimensões de formação: a docência (o ensino), a gestão e a coordenação educacional.

**A figura do encarregado de educação e a sua (des)conformidade com o regime das responsabilidades parentais do Código Civil. E2 (49), Rossana Cruz**

**Abstract:** There is a Portuguese special legal figure frequently used in our schools (like an 'education guardian'), which is not easy to suit and adapt to the parental responsibility norms of the Portuguese Civil Code. Since there are numerous types of family, when it comes to practice that can lead to some uncertainty. It is not always clear who can act with the power that law provides to this special legal figure. At the same time, it is doubtful the autonomy that is given to that figure and, in many cases, is not obvious why this figure is worth existing. There is legally permitted that its' competence can be delegated to a third party and that is uncertain regarding the parental responsibility established in the Civil Code. At the same time, the choice of the child's school has also raised some questions among us. Therefore, we analyse these issues keeping in mind that asking questions is as important as answering them.

## **A Ação Pedagógica do Diretor – O papel do Diretor na produção dos resultados escolares.** E2, Elisabete Abrunhosa and Virgínio Sá

**Abstract:** Este trabalho toma por referência os resultados parciais de uma investigação em curso, desenvolvida na modalidade de estudo de caso numa escola secundária agrupada do norte do país, cujo objetivo central consiste em analisar criticamente a introdução da figura do Diretor, órgão de administração e gestão unipessoal à luz do DL 75/2008, bem como caracterizar o seu estilo de liderança e a sua ação pedagógica, tendo em vista uma maior eficácia da execução das medidas de política educativa e do serviço público da educação. A escolha do tema de investigação "A ação pedagógica do Diretor – o papel do Diretor na produção dos resultados escolares", tem como objeto de estudo a administração escolar numa vertente de gestão, relativa ao processo educativo por parte do pessoal docente e o papel orientador do Diretor, a quem, por força do Decreto-lei nº75/2008, é confiada a gestão pedagógica, cultural, administrativa, financeira e patrimonial. Neste sentido importa compreender em que medida a sua ação, na condução e desenvolvimento do trabalho pedagógico da escola, contribui para a produção dos resultados obtidos pelos alunos. Os dados mobilizados neste estudo, predominantemente de natureza qualitativa, foram recolhidos através da aplicação de entrevistas a um conjunto de atores escolares diversos, com destaque para o órgão de administração e gestão e para as lideranças intermédias.

### **EIXO 2**

#### **ORGANIZAÇÃO E GESTÃO PEDAGÓGICA DA ESCOLA/AGRUPAMENTO**

[1 OUT: 16,45/18,45; SALA 2064; MESA 2.2]

**Processos de liderança: impactos na produção de resultados de excelência.** E2 (77), Maria Fernanda Lopes

**Abstract:** Integrada num projeto de pós-doutoramento subordinado ao tema "Cultura de liderança e excelência escolar na escola pública portuguesa: um estudo de caso", a presente abordagem tem como principal objetivo compreender o papel das lideranças de topo e das lideranças intermédias na produção de resultados de excelência. O quadro teórico desenvolve-se no âmbito da sociologia das organizações educativas e abarca três eixos analíticos: i) políticas de educação e agenda gerencialista; ii) excelência escolar: abordagens e perspetivas e iii) cultura de escola e processos de liderança. A opção metodológica recaiu sobre o estudo de caso qualitativo de tipo explanatório, realizado numa escola secundária bem classificada nos rankings e com a prática de publicitar no final do ano letivo o "quadro de excelência". Quanto aos instrumentos de recolha de dados optámos pela análise documental (relatório de avaliação externa; projeto de intervenção do diretor; dados relativos ao quadro de excelência e instrumentos de autonomia da escola) e por entrevistas semiestruturadas ao líder formal (Diretor da escola) e às lideranças intermédias. Os primeiros resultados desta pesquisa apontam para a importância do papel das lideranças de topo e das lideranças intermédias na promoção de uma cultura de excelência, destacando-se a estrutura organizativa e a cultura da escola como dimensões centrais na produção de resultados de excelência.

**Contabilidade e seu objeto de estudo: do patrimônio a necessidade de uma inserção social.**  
E2 (98), Luciana Sardeiro e João Pavão

Abstract: O objetivo deste trabalho é discutir o papel da Contabilidade no âmbito social com a intencionalidade de refletir acerca do objeto de estudo da Ciência Contábil e sua repercussão nas relações sociais e institucionais, bem como proporcionar considerações acerca da prática pedagógica como elemento condutor de uma visão crítica da teoria e prática contábil. A metodologia adotada se ampara no método dialético que ancorado no olhar histórico sobre o objeto da contabilidade propõe uma abordagem crítica, utilizando como instrumentos técnicos para coleta de dados a pesquisa bibliográfica e documental confrontando leituras de autores com abordagem teórico-sociológico com os autores da área contábil. Os resultados indicam que a contabilidade se restringiu a estudar e registrar os efeitos dos fatos contábeis no patrimônio e este se tornou o objeto de estudo da ciência contábil. No Brasil a contabilidade é categorizada no sistema nacional de classificação das áreas das ciências como uma Ciência Social Aplicada, daí, percebe-se um conflito entre o objeto que a define como ciência e sua o que deveria ser sua função e inserção social. Conclui-se que a Contabilidade e o objeto que a definem enquanto ciência urgem de revisão e reflexões críticas quanto a sua finalidade na sociedade a fim de que esta antes de antever ao registro reflita sobre os impactos destes na sociedade. Neste sentido haveria um possível equívoco quanto ao objeto desta ciência, pois, historicamente o contador e está situado em meio ao conflito distributivo entre Estado e a propriedade privada. As demonstrações, relatórios e hermeneutica contábil devem corroborar com a justiça e o equilíbrio social. Os docentes, as instituições e gestores acadêmicos que organizam o trabalho pedagógico devem proporcionar espaços para a produção de pesquisas e do ensino que conduzam a um repensar do objeto da contabilidade, da função do contador e das demonstrações contábeis em uma abordagem crítica.

**Acompanhamento pedagógico como ferramenta para a permanência e conclusão com êxito.** E2 (70), Vânia Nóbile

Abstract: O presente artigo insere-se no eixo temático “Organização e gestão pedagógica da escola/agrupamento” e tem como objetivo analisar o trabalho pedagógico do Campus Parnamirim – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, que visa ações de acompanhamento, orientação e intervenção que contribuam para a permanência e a busca da conclusão com êxito dos estudantes da instituição, uma vez que vem sendo identificado um número significativo reprovação nos cursos técnicos de nível médio integrado à educação básica de Informática e Mecatrônica, e subsequentes de Redes de Computadores e Mecatrônica. Assim, desde 2013 vem sendo desenvolvido um trabalho, de forma sistematizada e contínua, com o objetivo de contribuir para minimizar esses índices. O quadro teórico de análise pautou-se na discussão de Umberto de Andrade Pinto (2011) sobre trabalho pedagógico e nos documentos institucionais do IFRN, orientadores da prática educativa. Assim contextualizado, buscou-se no processo investigativo averiguar se as estratégias metodológicas, como: reuniões, rodas de conversas, acompanhamento individualizado, compartilhamento de experiências, elaboração e acompanhamento das rotinas de estudo, acompanhamento das atividades avaliativas e do rendimento escolar, apoio pedagógico aos docentes e realização de encontros com pais e estudantes contribuíram com o objetivo do projeto. Os dados obtidos são frutos do acompanhamento do desenvolvimento do projeto no ano letivo de 2014 e, a partir dos quais, conclui-se que as estratégias desenvolvidas, ainda que guardem aspectos a ser aprimorados, contribuíram para minimizar os índices de reprovação e dependência e para a permanência dos educandos nos cursos e sua possível conclusão com êxito, ao final do processo educativo.

**Noções de emancipação através do trabalho: um estudo a partir das diretrizes curriculares nacionais da educação básica brasileira.** E2 (133), Gabriel dos Santos Kehler e Eucaris Joelma Rodrigues Ferreira

Abstract: O estudo aqui apresentado constitui-se como recorte de um estudo de tese de doutoramento em educação, e analisa a noção de emancipação através do trabalho, a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013). Delimita-se como objeto a ser investigado, a emancipação e trabalho na política curricular brasileira, problematizando como se tem configurado essa relação na referida política educacional e curricular presente no documento, com o objetivo de identificar e compreender como a emancipação e trabalho são abordados no documento nacional brasileiro, DCNs (2013) e seus efeitos de sentidos na organização e gestão pedagógica da escola. Metodologicamente, o mesmo caracteriza-se como uma análise documental teórico-discursiva, embasada nas considerações sobre política curricular; currículo organizado em ciclos; impossibilidade da sociedade; e noção de emancipação de Ernesto Laclau. Defende-se nesta análise que não é possível a transformação da sociedade como uma totalidade pronta, acabada e emancipada, proposto pelas DCNs (2013). Mas, que se configuram pelos mais variados jogos discursivos e políticas curriculares locais. E com base na noção de inerradicabilidade do poder, compreende-se que não há uma constituição total de emancipação, mas apenas parcial, bem como não há um princípio emancipador que possa se efetivar como um significativo, através de políticas curriculares.

**Gestão e trabalho pedagógico na escola nos discursos de professores.** E2 (99), Liliana Soares Ferreira e José Iran Ribeiro

Abstract: Com o objetivo de estabelecer relação entre a gestão escolar e o trabalho pedagógico a partir dos discursos dos professores, desenvolveu-se estudo, no qual entrevistou-se trinta e cinco professores de escolas públicas da Região Central do Estado do Rio Grande do Sul, no Sul do Brasil. Para esse estudo, foram convidados professores do Ensino Fundamental, Educação Básica, licenciados e que já trabalhassem na escola há mais de dois anos, portanto, estando integrado à cultura institucional. Indagou-se sobre quais suas concepções a cerca de seu trabalho e como percebiam as influências da gestão escolar no pedagógico. As entrevistas foram analisadas sob a perspectiva da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2006). Para análise dos discursos, realizaram-se leituras diversas e selecionados excertos em acordo com categorias previamente estabelecidas: trabalho pedagógico e gestão escolar. Esses excertos são analisados durante todo o texto, como evidências dos discursos dos professores entrevistados. Com base nessa seleção, iniciou-se o processo mais amplo de análise dos sentidos em relação ao referencial bibliográfico estudado durante a elaboração e implementação da pesquisa, composto por obras sobre políticas públicas, gestão e trabalho, tendo como elemento central, o pedagógico. De modo sistematizado, apresentam-se os argumentos originários dessa análise, em uma sequência que prevê a) discussão sobre gestão do pedagógico na escola, como processo relacionado a outro, mais amplo, o de gestão educacional; b) trabalho pedagógico como sendo o trabalho dos professores; c) possibilidades de trabalho pedagógico e de gestão na escola, com base no estudo realizado. Seguem-se considerações finais que, em verdade, indicam possibilidades de o estudo continuar.

**Organização e gestão pedagógica da escola sob o olhar de licenciandos que participam de um programa de iniciação à docência- PIBID.** E1 (158), Marília Beatriz Ferreira Abdulmassih, Gláucia de Queiroz Signorelli Gonçalves e Vlademir Marim

**Abstract:** Este trabalho traz uma reflexão acerca da formação de gestores educacionais, no contexto do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), no subprojeto Gestão Educacional. Para efetivação do trabalho, optamos pela utilização dos pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa qualitativa, com enfoque na pesquisa-ação e na pesquisa participante, utilizando como referencial teórico as análises de Gramsci (1978) em movimentos orgânicos e suas categorias como trabalho, hegemonia, visão de homem, visão de mundo e práxis, que nos permitem captar o processo histórico em sua unidade dinâmica e contraditória. Com implicações significativas no aprender para fazer, o PIBID Gestão, vem contribuir para reflexão sobre o processo de formação de 10 licenciandas que inseridas no contexto educacional de uma escola da rede municipal de ensino de Ituiutaba - MG- Brasil, vivenciaram uma dialogicidade de mão dupla pela relação universidade/escola. O PIBID tem como finalidade aproximar o aluno (da universidade), da realidade na qual atuará, levando-o a fazer uma reflexão a partir da análise crítica da realidade. Vislumbrando uma formação por meio de práticas que minimamente levem identificar com clareza os limites de seu papel como futura gestora, as alunas pibidianas inseridas na escola se vêem reinventando desafios de envergadura em sua futura condição profissional. Este estudo trouxe uma contribuição para o debate e reflexão sobre a formação inicial do Gestor Educacional, e possibilitou às licenciandas compreender a importância da formação, no contexto do PIBID-Gestão, tendo como base a prática pedagógica real dos gestores atuantes nas escolas que envolve, entre outros fazeres, uma gestão democrática, ativa, que toma como eixo central a participação e colaboração dos atores escolares e da comunidade.

**Desafios da gestão na escola: a atuação das professoras supervisoras do PIBID/UFSM/Pedagogia.** E2 (156), Nicole Velela

**Abstract:** Este trabalho apresenta um estudo sobre o impacto das ações do subprojeto na área de Pedagogia, da Universidade Federal de Santa Maria do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) nas práticas das professoras supervisoras. Objetiva identificar como as professoras compreendem o processo de gestão escolar a partir da sua contribuição como supervisoras do subprojeto da área da Pedagogia nas escolas. Os objetivos específicos são: verificar como as professoras supervisoras percebem os possíveis impactos do PIBID/Pedagogia no processo de ensino-aprendizagem; compreender como as supervisoras percebem a inserção do PIBID/Pedagogia no espaço escolar, considerando seu papel no processo e apontar as articulações das ações do PIBID/UFSM/Pedagogia com as demandas da escola, promovidas pela professora supervisora. A metodologia adotada é de abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso que utiliza como coleta de dados questionários semi-estruturados com as professoras da rede pública municipal e estadual, que participaram como supervisoras, no período de 2009 a 2013. O problema de pesquisa orientador deste trabalho foi: como as professoras percebem o processo de gestão escolar depois de atuarem como supervisoras do PIBID/Pedagogia? Para as referências teóricas foram utilizados autores como Libâneo; Oliveira; Toschi (2007), Luck (2006), entre outros. É possível concluir, a partir das contribuições desse trabalho, a relevância da professora supervisora como coformadora das bolsistas de iniciação à docência, assim como da contribuição do subprojeto nas vivências da mesma, como espaço de construção e reflexão de sua prática escolar.

## EIXO 2

### ORGANIZAÇÃO E GESTÃO PEDAGÓGICA DA ESCOLA/AGRUPAMENTO

[2 OUT: 14,30/16,30; SALA 2065; MESA 2.3]

#### **Do governo das escolas ao governo dos indivíduos - políticas de construção do cidadão social.** E2 (7), Manuel Cabeça

Abstract: Tendo como objeto de estudo o processo de transformação do aluno em cidadão social, analiso a relação instituída entre os comportamentos escolares (nomeadamente as concepções expressas sobre a in/disciplina) e as respostas que lhe são dadas por uma escola que é teip. Entre comportamentos (considerações e concepções) e as respostas que lhe são configurados, permite-se colocar em evidência as formas de organização e gestão pedagógica de uma escola. Por seu intermédio e considerando os papéis, os objetivos, as funções e obrigações definidas para cada ator, perspetiva-se o governo da escola, mas também o do indivíduo e o do coletivo. Tendo como suporte os documentos orientadores da escola (em particular projeto educativo e programa teip) e assumindo como elemento de orientação a questão o que expressam as respostas pedagógicas aos problemas de comportamento, delimito a abordagem a questões em torno da organização e gestão pedagógica. A partir destes, defino um objetivo, o de problematizar a (re)configuração das estratégias de governo do indivíduo e do coletivo assumidas pela escola e pelas políticas educativas. O quadro teórico metodológico decorre da sociologia da ação pública a partir do qual mobilizo conceitos como os de referencial, regulação ou governação. É por seu intermédio que perspetivo a articulação entre estruturas sociais e cognitivas, dimensões normativas e simbólicas na organização do agrupamento. Considerar a relação entre as concepções de in/disciplina e as opções assumidas para lhe responder é destacar os problemas de governo do presente e do futuro, da autonomia ou das conformidades, do indivíduo e do coletivo. A este processo designo como ação biopedagógica, por considerar a vida como forma de aprendizagem permanente e ininterrupta de regras e comportamentos como forma de governo do indivíduo e do coletivo.

#### **Gestão Democrática na Escola Estatal: Eleições, Práticas e Processos.** E2 (119), Ivanilso Silva

Abstract: Neste artigo apresentamos uma discussão sobre concepções e perspectivas relacionadas a gestão democrática da escola a partir de três dimensões ou eixos de estudos académicos, a saber: eleições para gestores, práticas participativas e processos institucionalizantes x instituintes, por figurarem com maior expressividade nos documentos por nós analisados. O fio condutor deste trabalho é a busca por compreender como tem sido abordada a temática da gestão democrática escolar na produção académica, tendo como fonte de pesquisa a produção da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd, no período de 2000 a 2011. A metodologia utilizada, de carácter qualitativo e base documental (BARDIN, 2000), consiste em analisar as produções que foram apresentadas em onze reuniões anuais da ANPEd, a partir do Grupo de Trabalho 05, ou GT-05 - Estado e Política Educacional. No levantamento de dados, selecionamos os trabalhos que tratavam, especificamente, de gestão democrática no contexto escolar. As produções foram organizadas em um quadro comparativo com o intuito de favorecer a categorização dos dados, decompondo-os e relacionando o resultado da decomposição entre si (WOLCOTT apud MINAYO, 2008), fundamentando as interpretações decorrentes deste processo, o que culminou na definição dos eixos temáticos aqui apresentados. Seja pela expressão quantitativa, seja pela aparição melhor distribuída no período analisado,

eleições, práticas participativas e processos intitucionalizantes e instituintes, se apresentaram enquanto tendências, revelando, em dada medida, campos da produção acadêmica consolidado, em consolidação e emergindo, respectivamente.

**Gestão pedagógica das escolas públicas paranaenses: entre as políticas educacionais e a redefinição governamental.** E2 (123), Eliane Cleide da Silva Czernisz, Maria José Ferreira Ruiz e Leise Cristina Bianchini

**Abstract:** No ano de 2015 novos governos são iniciados no cenário brasileiro. Dilma Rousseff assume pela segunda vez consecutiva o mandato para Presidente da República. Ocorre também a redefinição dos governos dos Estados da federação. O governo federal iniciou a gestão anunciando medidas de ajuste fiscal. Da mesma forma o governo do Estado do Paraná busca implementar medidas de ajuste fiscal visando equilibrar recursos dos cofres públicos. As ações de ajuste encaminhadas preocupam os educadores já que podem obstaculizar o desenvolvimento da gestão das escolas públicas. Entre as dificuldades que podem ser agravadas está a destinação de recursos para a manutenção das escolas, a manutenção do quadro de funcionários e docentes que possibilitem cumprir as políticas educacionais definidas no ano de 2014, das quais destaca-se o Plano Nacional de Educação – Lei n. 13.005/2014 que afirma a necessidade de universalização da educação básica no decorrer do decênio 2014-2024. Diante desses encaminhamentos o questionamento central da presente reflexão é: Que impactos tais medidas de ajuste podem trazer para a gestão das escolas da rede de educação básica pública do Paraná? Como garantir o desenvolvimento das políticas já definidas e sistematizadas em lei diante de tais ajustes? Por tais razões o texto objetiva discutir os limites para a gestão pedagógica da escola pública da rede de educação básica paranaense nesse contexto de redefinição governamental. Para tanto utilizou-se pesquisa e discussão bibliográfica, análise de legislação, e análise de documentos de governo que normatizam as medidas de ajuste para as escolas públicas. Trata-se de uma reflexão importante já que busca-se universalizar a educação básica ao mesmo tempo em que são traçadas medidas que ao ajustar a economia tornam escassos os recursos para a educação. Cabe aos educadores acompanhar o desenvolvimento das políticas propostas reafirmando a atenção para a educação pública como direito.

**Organização e gestão pedagógica da escola: das práticas escolares à lógica do seminário integrado do Ensino Médio Politécnico.** E2 (124), Andrelisa Goulart de Mello e Rosane Carneiro Sarturi

**Abstract:** O estudo insere-se no contexto histórico da reforma proposta para o ensino médio no Brasil, no que tange a sua organização e gestão pedagógica. É um recorte da dissertação de mestrado desenvolvida entre 2012-2014, e da integração a posteriori dos conhecimentos acadêmicos em nível de doutoramento discutidos no Grupo de Pesquisa Elos da Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul (RS) com apoio do Programa Observatório da Educação, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/Brasil (BR). O objetivo é analisar a organização e gestão pedagógica no ensino médio politécnico do Rio grande do Sul, considerando as práticas escolares relacionadas aos seminários integrados. O estudo é quanti-qualitativo, do tipo pesquisa participante, com abordagem materialista histórico dialético. Os aportes proporcionam interação entre pesquisador e o fenômeno estudado, [re]significam as ações vividas, constituem possibilidades para a transformação, assim o que permeia este estudo é a categoria basilar da historicidade (Kosik, 1976; Marx; Engels, 2009). O trabalho apresenta consulta à base de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em especial, censo escolar; questionário e entrevistas semi-estruturadas com sujeitos professores atuantes no Ensino Médio em 2012-2013 e discentes.



Espera-se que reflexões e discussões se materializem na organização e gestão pedagógica das escolas de nível médio, explicitando que é preciso olhar a historicidade, rever as políticas públicas educacionais e garantir práticas escolares de qualidade com viés na transformação. Assim, tenciona-se a perspectiva de que as práticas escolares de qualidade, permeadas pelo seminário integrado do ensino médio politécnico, estão inter-relacionadas às políticas públicas para educação básica à formação continuada, as concepções curriculares e de gestão do trabalho pedagógico dos docentes.

**Freinet e Freire: processo pedagógico como trabalho humano na gestão pedagógica da escola.** E2 (56), Flavio Boleiz Junior

Abstract: Este artigo problematiza os trabalhos de Célestin Freinet — em suas atividades docentes e sua militância por uma educação popular no interior da França — e de Paulo Freire — em suas atividades de alfabetização de adultos na região Nordeste do Brasil — antes de 1964 —, em seus fazeres educacionais no exílio e em sua gestão como Secretário da Educação no município de São Paulo. Os dois desenvolveram metodologias próprios de educação, baseando-se na categoria trabalho, tendo como objetivo a realização de uma Educação Popular. Freinet desenvolveu uma educação primária popular e de qualidade num meio pobre, a partir de princípios que colocavam o educando no centro do trabalho pedagógico. Para tanto, inventou uma grande quantidade de diversas técnicas pedagógicas, sempre focadas numa Educação do Trabalho, com resultados materiais e intelectuais significativos para a vida de cada aluno. Paulo Freire desenvolveu metodologias e técnicas educativas que, além de se basearem na importância do trabalho — como atividade transformadora do mundo e produtora de cultura que ele codificava na palavra práxis —, objetivavam conscientizar os educandos de sua condição de humanidade, proporcionando-lhes condições de construir a própria liberdade. Este pequeno artigo procura demonstrar como um e outro, respeitadas as peculiaridades de seus trabalhos e dos contextos em que atuaram, ainda que se utilizando de nomenclaturas diferentes e lidando com sujeitos de idades diversas, construíram práticas populares de ensino com base nos princípios de “educação e trabalho”, tendo como base para suas obras o processo pedagógico enquanto trabalho humano. Para tanto, relacionará as ideias de trabalho e práxis, para o quê basear-se-á, principalmente, nas seguintes obras “Para uma escola do povo”, “Educação do trabalho” e “Técnicas Freinet da escola moderna”, de Célestin Freinet e “Pedagogia do Oprimido”, “A educação e a cidade”, “Cartas a Guiné Bissau” e “Pedagogia da autonomia”, de Paulo Freire

**Democracia e participação na esfera da gestão escolar gerencialista: uma análise à luz da teoria política.** E2 (179), Daniela Terto e Magnus Gonzaga

Abstract: Nesse trabalho, serão discutidos, à luz da teoria política, os conceitos de democracia e participação, entendidos e apresentados como fundamentos políticos e indispensáveis ao exercício da gestão escolar democrática. O artigo é resultado de uma pesquisa bibliográfica, cujo trabalho tomou como campo empírico de análise, estudos sobre políticas educacionais já desenvolvidos na área. O estudo evidencia que o modelo de gestão escolar brasileiro, implementado nas últimas décadas, cujos fundamentos pautaram-se no gerencialismo, atribui novos sentidos para os campos políticos: democracia e participação. No movimento atribuído pelo novo gerencialismo, a gestão escolar assume uma perspectiva limitada de democracia, deslocando-se da participação e priorizando, no processo político de tomada de decisão, a ideia da representação. Dessa forma, tal processo, minimiza, no interior da escola, a expressão política dos agentes sociais específicos envolvidos no campo educacional.

**Projetos Educativos em Territórios de Intervenção Prioritária.** E2 (61), Mariana Dias e Maria Fátima Sanches

Abstract: Estudos realizados sobre os TEIP de primeira geração revelam que estes resultaram da iniciativa da administração central e regional e que os projetos locais assentavam em diagnósticos muito genéricos e, maioritariamente, reveladores de uma visão negativa sobre os alunos, as famílias e as comunidades. Nesta comunicação procura-se identificar continuidades e diferenças entre os TEIP de primeira e de segunda geração, em especial no que respeita aos seguintes aspetos: responsabilidade local pela definição do projeto, formas de diagnósticos utilizados, prioridades estabelecidas; modalidades de intervenção e monitorização. A análise integra-se num estudo mais amplo, "Estratégias de melhoria de escola em contextos desfavorecidos", e nesta comunicação serão mobilizados os resultados dos seguintes processos de investigação: pesquisa documental, entrevistas a consultores e outros especialistas que acompanharam o desenvolvimento do programa no terreno, estudos de caso de "sucesso" e de "insucesso". A perspetiva teórica subjacente a esta análise tem como referência os estudos efetuados sobre o processo de reconfiguração das políticas de educação prioritária no contexto europeu, e que evidenciam diferentes etapas no desenvolvimento das mesmas (Demeuse, Frandji Greger, & Rochex 2008). A investigação realizada revela que a situação portuguesa se caracteriza por especificidades, de ritmos e processos que não excluem uma crescente convergência com as tendências europeias neste domínio e com as prioridades estabelecidas para o espaço europeu de educação e formação, no quadro do "método aberto de coordenação". Demeuse, D. Frandji, D. Greger, & J. Y. Rochex (Coord.) (2008), Les politiques d'éducation prioritaire en Europe: Conceptions, mises en oeuvre, débats (Vol. 1) (pp. 179-210). Lyon: INRP.

## **EIXO 2**

### **ORGANIZAÇÃO E GESTÃO PEDAGÓGICA DA ESCOLA/AGRUPAMENTO**

[2 OUT: 16,45/18,15; SALA 6; MESA 2.4]

**A Gestão Curricular em Escolas do 1.º Ciclo de um Agrupamento de Escolas: Entre os Projetos, os Discursos e as Práticas.** E2 (80), Maria Adelina Martins

Abstract: A gestão curricular no 1º ciclo do Ensino Básico apresenta, ainda hoje, um distanciamento entre a construção e desenvolvimento dos projetos, as perceções e os discursos dos professores e as suas práticas. Por isso, torna-se necessário averiguar como se concebe e organiza o Currículo no plano teórico da construção dos documentos estruturantes de um Agrupamento e que se constituem como referentes na elaboração das planificações; como se organiza o trabalho docente em contexto de sala de aula; que relação pedagógica se estabelece entre os atores; em suma quais os modelos de gestão curricular que estão a surgir por influência da "escola a tempo inteiro" e de outras medidas introduzidas no currículo e na organização da escola que poderão resultar em dispositivos de integração e práticas de inovação. O principal objetivo deste estudo de casos, de carácter descritivo-interpretativo, que envolveu escolas e turmas do 1.º Ciclo, era averiguar como é que na prática os professores e a escola concebem e organizam o currículo nas escolas do 1.º CEB, e nessa organização de que forma incorporam as recentes alterações organizativas e curriculares. A recolha de dados baseou-se na análise documental de dispositivos de conceção e planificação do currículo, na entrevista a informantes-

chave e na observação direta. Para a análise de dados utilizou-se o software MAXQDA 10 com base no modelo de análise construído com todas as dimensões, critérios e indicadores. Dos resultados destacamos: a realização conjunta do trabalho pedagógico mas a sua concretização torna-se um ato isolado pela especificidade da turma em que se operacionaliza; a conceção do PCT tem elementos comuns e agregadores favorecidos pela elaboração de um índice comum, mas, a apropriação e a realização deste documento é diferente de professor para professor. Nos projetos, na teoria, os docentes respondem favoravelmente ao que lhes é solicitado mas as suas práticas não evidenciam a sua concetualização.

**A agregação de escolas e agrupamentos e a possibilidade de inovação e melhoria.** E2 (95), João Salgueiro

Abstract: Partindo de um quadro teórico assente na Teoria dos Sistemas Sociais de Niklas Luhmann procura-se analisar a possibilidade de a criação de um novo sistema organizacional escolar poder traduzir o desenvolvimento de processos de inovação e melhoria. O foco de análise incide sobre os agrupamentos escolares, uma realidade que emergiu em finais da década de 1990 e que, desde 2010, tem vindo a complexificar-se, fruto da consolidação de uma política educativa que assume o propósito de agregar numa unidade organizacional a educação pré-escolar e a escolaridade obrigatória de 12 anos. Desta forma, a tradicional organização da Escola em estabelecimentos de ensino tende a desembocar na constituição de grandes organizações educativas, verticalizadas e arreigadas nas comunidades locais. Procura-se, assim, perspetivar a Escola como um sistema organizacional em interação com um ambiente complexo e multifacetado que, ao introduzir “irritações”, desencadeia na instituição as condições promotoras de uma clausura operativa ativadora de mecanismos autopoieticos e de formas autorrecursivas autónomas e inovadoras.

**A organização e gestão pedagógica inseridas na noção de contrato.** E2 (21), Henrique Ramalho

Abstract: A compreensão das práticas de organização e gestão pedagógica depende, fundamentalmente, do estudo de como os próprios atores se posicionam perante as dinâmicas organizacionais e pedagógicas, e os processos de ensino-aprendizagem que lhes subjazem. A preceito, procuramos dirimir a configuração daquilo que apelidamos de retorno do primado da pedagogia e do didatismo, subjugado a um tecnicismo centralmente induzido por reestruturações curriculares do tipo top-down, mecanismos de heteroavaliação externa operados como mecanismos de prestação de contas, procedimentos de autoavaliação e de avaliação do desempenho docente tecnocraticamente impostos como mecanismos de extração de contas. Articuladamente, as nossas incursões teóricas orientam-nos para a análise e compreensão do modo como, no quadro da organização e gestão pedagógica das escolas, o contrato pedagógico e didático acontece enquanto fenómeno social, cultural e, necessariamente, político, não o reduzindo a uma mera circunstância tecnicista de escola e de sala de aula. Por um lado, adotamos uma metodologia de revisão e de (re)interpretação críticas, onde cumprimos com o propósito de inserir o tema refletido dentro de um quadro de referência teórica polimórfica. Por outro, convocamos outros dados empíricos decorrentes de dois estudos de caso, já antes realizados por nós, que congregam indicadores que nos ajudam a compreender os contornos em que a organização e gestão curricular e pedagógica são protagonizadas pelos professores no interior das escolas. Em termos conclusivos, cotejamos o pressuposto de romper com contratos pedagógicos e didáticos de índole mais prescritiva, propondo, alternativamente, formas contratuais de organização e gestão pedagógico-didática mais reflexivas, dialogadas e democraticamente participadas entre os atores da periferia.

**A floresta como espaço de aprendizagem: um complemento à oferta educativa para a infância.** E2 (96), Emília Bigotte, Ana Coelho, Vera Vale, Aida Figueiredo, Marlene Miguéis, Isabel Duque e Luana Pinho

Abstract: Muito embora, ao nível nacional, haja uma escassez de estudos que nos permitam compreender quanto tempo as crianças passam em contacto com o exterior, analisando a atual oferta educativa e os hábitos familiares compreendemos que as crianças portuguesas passam a maioria do seu dia em locais fechados. As pesquisas demonstram que o contacto com a natureza pode contrariar os efeitos negativos dos atuais estilos de vida (Ferreira, 2015). Usufruindo do contacto com a natureza, através de experiências positivas, as crianças têm acesso a uma vida saudável. As investigações apresentam evidências de que a exposição a ambientes naturais pode atenuar o défice de atenção das crianças (Taylor, Kuo & Sullivan, 2001), promover o desenvolvimento de habilidades motoras, a concentração, a criatividade e a capacidade para resolver problemas (Fjørtoft, 2001; Handler & Epstein, 2010) e promover melhores tomadas de decisão ambientais (Ewert, Place & Sibthorp, 2005; Staempfli, 2008). Para além dos benefícios na saúde e no desenvolvimento social, emocional e da consciência ambiental, há benefícios cognitivos associados a uma oferta educativa de cariz ambiental, que promova o contacto direto e regular das crianças com a natureza (Ferreira, 2015, Muñoz, 2009). Pretendemos, com esta comunicação, apresentar um serviço que visa complementar a atual oferta educativa para crianças entre os 3 e os 5 anos. Trata-se de um projeto piloto cujo público-alvo são crianças que frequentam a Educação Pré-Escolar e que pretende implementar, desenvolver e avaliar um programa educativo, que articula a educação pré-escolar, a educação ambiental e a educação para a saúde, em regime outdoor.

**Inclusividade e selectividade como problemas de justiça educativa: perspectivas de liderança em contextos escolares distintos** E2 (13), Aline B. Seça

Abstract: O crescimento das desigualdades económicas e sociais nos últimos anos em Portugal, no contexto de crise do neoliberalismo europeu, e a subordinação das políticas educativas a medidas economicistas restritivas trouxeram à escola dificuldades de justiça acrescidas. Dividida entre exigências de eficácia e prestação de contas, por um lado, e de inclusão de todos os alunos e flexibilização das práticas em função da diversidade, por outro, a escola enfrenta desafios de justiça que põem à prova directores e professores quanto à capacidade de conjugação entre axiologias e éticas distintas, se não contraditórias. Sendo parte de uma investigação de doutoramento sobre a problemática da justiça na escola, fundamentada conceptualmente em teorizações filosóficas e sociológicas de justiça, esta comunicação focaliza-se nos princípios e normas de justiça que presidem à organização das práticas escolares, emergentes quer dos documentos orientadores da escola quer de deliberações dos órgãos escolares. Assim, questiona-se (1) que princípios de justiça fundamentam as práticas e a distribuição dos bens educativos; (2) em que medida são notórias diferenças entre escolas no que diz respeito a concepções e objectivações da justiça. Desenvolveu-se um estudo de caso situado em duas escolas urbanas implantadas em meios sociais, económicos e culturais contrastantes, tendo sido usados diversos instrumentos de recolha de dados. Na presente comunicação, privilegiam-se dados documentais, pontos de vista dos directores e de outros membros do governo das escolas recolhidos mediante entrevistas e ainda dados de observação de reuniões de vários órgãos pedagógicos. A análise fez emergir não apenas distintos princípios e normas de justiça dominantes em cada escola, mas também diferentes imagens de escola, no que diz respeito ao entendimento da educação e aos valores que lhe são associados.

## EIXO 2

### ORGANIZAÇÃO E GESTÃO PEDAGÓGICA DA ESCOLA/AGRUPAMENTO

[2 OUT: 16,45/18,15; AUDITÓRIO IE (PEQUENO); MESA 2.5]

**Políticas públicas e educação infantil: um olhar para a gestão da lei 12.796 no contexto da escola.** E2 (143), Camila Moresco Possebon e Rosane Carneiro Sarturi

Abstract: Este trabalho foi realizado com apoio do Programa Observatório da Educação, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/Brasil e apresenta um recorte da pesquisa desenvolvida para a monografia do Curso de Especialização em Gestão Educacional no ano de 2015. A temática do estudo consiste nos desafios da gestão de políticas públicas para a educação infantil no contexto das práticas escolares, considerando a ampliação da obrigatoriedade da educação básica dos quatro aos dezessete anos de idade. O objetivo geral é analisar os processos de gestão escolar na implementação da lei 12.796/2013 em uma escola municipal de educação infantil de Santa Maria, RS. Como objetivos específicos destacam-se: a) mapear os marcos históricos das políticas públicas brasileiras voltadas para a educação infantil; b) identificar as ações que estão sendo planejadas/desenvolvidas em uma escola de Santa Maria, RS, para o atendimento nos dois últimos anos da educação infantil e c) compreender os pressupostos conceituais de gestão que perpassam os impactos da lei 12.796/2013 no contexto escolar. A metodologia adotada nesta pesquisa baseia-se em uma abordagem qualitativa do tipo estudo de caso e utiliza como fontes de dados a legislação brasileira para a educação e entrevistas semiestruturadas com os professores da escola municipal de educação infantil. Para análise dos dados coletados serão utilizados os procedimentos metodológicos da análise de conteúdo e o amparo teórico de autores como Heloísa Lück (2006) e Gimeno Sacristán (2000). Espera-se compreender os processos de gestão educacional e escolar, nos âmbitos nacionais e regionais, especificamente do município de Santa Maria, RS, além de identificar os conceitos de gestão que perpassam as práticas dos professores e dos membros da equipe diretiva da escola investigada.

**A influência das políticas públicas no desenvolvimento infantil nas primeiras etapas da Educação Básica: limites e possibilidades.** E2 (148), Naila Cohen Pomnitz e Nathana Fernandes

Abstract: O presente trabalho, realizado com apoio do Programa Observatório da Educação, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/Brasil, tem como objetivo analisar a relação entre as políticas públicas que fomentam as duas primeiras etapas da Educação Básica, educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental e a gestão do pedagógico na escola, no que concerne ao desenvolvimento infantil, considerando o contexto de uma escola pública estadual da cidade de Santa Maria/RS/Brasil e o perfil das docentes atuantes nestas etapas. A metodologia proposta contempla uma abordagem quanti-qualitativa, (TRIVINÓS, 2008), do tipo estudo de caso (YIN, 2001). Para compreender os dados utilizou-se a análise de conteúdo de Bardin (2011) como forma de ler criticamente os objetos que constituem o escopo desta pesquisa. Para a coleta de dados utilizou o estudo documental e bibliográfico como forma de inferir conceitos relacionados às políticas públicas e ao desenvolvimento infantil nas etapas destacadas, entrevistas com os gestores e docentes que atuam nestas etapas da educação básica, bem como pesquisa na base de dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos

e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) no que concerne ao censo da Educação Básica dos anos de 2010 a 2014. A base teórica constituiu-se de documentos legais do Governo Federal, bem como de autores como Kramer (2006), Libâneo (2007), Charlot (2000), entre outros. Constatou-se a necessidade de que seja estabelecida uma interlocução entre as políticas públicas que fundamentam a Educação infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, considerando que estas devem ser discutidas e analisadas no contexto escolar a fim de (re)pensar a qualidade do ensino e o desenvolvimento infantil, tendo em vista os tempos e espaços escolares específicos da infância.

**As políticas públicas educacionais e a realidade escolar: distâncias e aproximações.** E2 (189), Liliana Ferreira e Vicente Calheiros

**Abstract:** Este escrito intenta construir uma discussão a respeito das mediações existentes entre as políticas públicas educacionais brasileiras, específicas ao Estado do Rio Grande do Sul, presentes no período de 2011 a 2015, e a organização e gestão pedagógica escolar, a fim de analisar suas distâncias e aproximações. Analisaremos as escolas percentes à 8ª Coordenadoria Regional de Educação, englobando vinte e três municípios. De maneira específica, interessa-nos discutir a respeito da política de implementação da educação politécnica, buscando analisar as condições materiais destas escolas para adequarem-se às normativas burocráticas realizadas pelo Governo do Estado neste período. Como procedimento de pesquisa, realizaremos um questionário com os/as diretores/as de, pelo menos, uma escola de cada município. Após esse procedimento, tendo o levantamento dos dados, realizaremos a análise a partir das categorias de análise marxianas. Como hipótese, aponta-se para o fato de que existem maiores distanciamentos do que proximidades, visto a falta de condições materiais, falta de preparação do corpo docente, entre outros, para a realização da política de implementação da educação politécnica.

**A política educacional, projeto professor diretor de turma no campo educacional, projeto professor diretor de turma no campo educacional brasileiro entre o local e o global: a experiência do Ceará-BR.** E2 (215), Vagna Brito de Lima e Maria Zuleide da Costa Pereira

**Abstract:** O presente texto resulta das reflexões realizadas a partir da análise bibliográfica e documental a cerca do Projeto Professor Diretor de Turma (PPDT) em andamento nas escolas públicas estaduais do Estado do Ceará-Brasil, implantado desde o ano de 2008 em um contexto globalização das políticas neoliberais e suas implicações no campo educacional. O objetivo é analisar a política educacional cearense Projeto Professor Diretor de Turma dentro de uma perspectiva das transformações políticas, econômicas ocorridas no contexto local e global e suas influências no trabalho docente, na organização da escola e na gestão pedagógica. Teoricamente, o estudo referenciou-se em Sá, 1997; Torres, 2007; Alho & Nunes, 2009; Favinha et al., 2012, sobre a temática analisada em Portugal, no Brasil recorreu-se a Tavares, 2011; Chaves & Leite, 2012; Silva, 2013. Para a análise da perspectiva política entre o local e o global baseou-se em Harvey, 2008; Hobsbawm, 1995; Bobbio, 2000, 2011; Dourado, 2002; Luckesi, 1994; Oliveira, 2011; e Santos, 1999. A abordagem metodológica configura-se em qualitativa analítica, ancorando-se na análise documental e na revisão da literatura.

**As condições de trabalho na escola pública angolana: o conteúdo dos textos normativos e a realidade concreta das escolas.** E2 (55), Manuel Cruz Pedro

**Abstract:** A República de Angola através do seu Ministério da Educação, tem vindo a dar o melhor de si para garantir um ensino para todos e com melhor qualidade. As provas disto são as várias mudanças (reformas) operadas no seu sistema de ensino desde o alcance da sua independência.

A mais recente reforma no sistema educativo angolano data a 14 anos desde a sua aprovação e 11 anos desde a sua implementação (Lei Nº13/01 de 31 de dezembro de 2001). Os motivos das reformas, de forma resumida, assentam na necessidade de preparar indivíduos capazes de responder às exigências sociais, económicas e políticas, face às mudanças profundas que se verificam nestes níveis nos últimos tempos (LBSE, cap I, 2001). No entanto, parece-nos que as condições de trabalho (conjunto de elementos materiais, organizacionais e de recursos humanos indispensáveis para realização de uma determinada actividade) que as escolas põem à disposição dos professores e alunos, são insuficientes para a concretização destas metas. Nesta perspectiva, recorrendo à análise de documentos e às técnicas de observação, pretendemos fazer uma análise/reflexão crítica que compare o conteúdo dos textos normativos e outros documentos que contêm aos objectivos e planeamento da educação angolana, naquilo que eles propõem relativamente às condições de trabalho e infra-estruturas necessárias para a escola, com as condições que elas apresentam e que se podem constatar através da observação. Naquilo que for detectado relativamente ao desfasamento entre as orientações dos documentos normativos e a realidade das escolas, procuraremos analisar as suas causas e motivos.

## **EIXO 2**

### **ORGANIZAÇÃO E GESTÃO PEDAGÓGICA DA ESCOLA/AGRUPAMENTO**

[3 OUT: 09,00/11,00; SALA 6; MESA 2.6]

#### **O papel da autoavaliação no processo de melhoria organizativa. E2 (10), Teresa Jesus Santos**

**Abstract:** A avaliação institucional escolar tem vindo a assumir um papel cada vez mais importante no contexto das políticas educativas tanto a nível internacional como nacional. No caso Português, pode ser visível, quer através do acréscimo de dispositivos de avaliação das escolas, quer através dos procedimentos que as escolas dispõem para se autoavaliarem. Avaliar a escola pressupõe atender aos movimentos relacionais do seu quotidiano, pois o sentido pedagógico da avaliação não se limita ao resultado final objetivamente quantificável, mas permanece enraizado em mecanismos interdependentes e intersubjetivos, que se produzem em todas as áreas da escola, enquanto comunidade educativa. Assim, para promover a avaliação são necessárias condições que incluem a partilha de normas e valores, a centralidade das aprendizagens dos alunos e do desenvolvimento profissional dos professores, a partilha de experiências, a procura de evidências empíricas, a existência de relações de colaboração e de decisões consensuais. Neste artigo, apresentamos os resultados de um estudo de natureza qualitativa, realizado num agrupamento de escolas situado na região Norte de Portugal. Os dados foram recolhidos com recurso a três entrevistas Focus group, e envolveram os alunos, os professores, e Encarregados de Educação. As entrevistas foram gravadas, transcritas e, posteriormente, submetidas a análise de conteúdo. Os principais resultados revelam que o processo de autoavaliação é um bom instrumento que deverá servir para melhorar toda a escola; O envolvimento de todos parceiros neste processo de avaliação despoletou uma dinâmica que terá como efeito principal um maior compromisso destes atores educativos na resolução dos problemas do agrupamento, tomando conhecimento, por dentro, das contingências que enquadram a vida escolar, ao mesmo tempo, estes serviriam de ponte entre o grupo educativo a que pertencem e o núcleo funcional da escola.

**Da avaliação à intervenção: uma experiência de implementação das equipas educativas.** E2 (11), Zita Esteves, João Formosinho e Joaquim Machado

**Abstract:** A autonomia da escola tem sido, reconhecida pelos sucessivos Governos pelo menos nos domínios normativo e discursivo, mas a sua concretização pressupõe a sua apropriação por parte dos atores escolares e a capacidade para a realizar. Nesta comunicação, apresentamos um estudo sobre um projeto de reorganização da gestão intermédia da escola inspirado no modelo de Equipas Educativas e concebido como plano de estratégico de intervenção face às debilidades assinaladas em processo avaliativo. O estudo visa conhecer as perspetivas dos atores educativos sobre o funcionamento do modelo introduzido, compreender a autonomia em uso no exercício dos cargos de gestão intermédia e analisar o impacto do modelo na melhoria organizacional da escola. No estudo, optamos por uma metodologia qualitativa, privilegiando a investigação-ação (investigação praxeológica) porque é um processo reflexivo, permite recolher informações sistemáticas com o objetivo de promover mudanças e permite que os professores lidem com os desafios e problemas da prática e adotem as inovações de forma refletida. O estudo incidiu nas práticas de gestão pedagógica intermédia e no incremento de práticas de colaboração e de organização do trabalho docente e utilizou como técnicas e instrumentos de recolha de dados a observação participante e a entrevista a alunos, professores, assistentes operacionais e pais, bem como a análise de documentos produzidos na escola. Embora o estudo ainda não esteja concluído, podemos avançar já alguns resultados provisórios, nomeadamente no que se refere ao potencial do modelo para superar as fragilidades identificadas inicialmente nos domínios da articulação curricular, da coordenação pedagógica e da capacidade interventiva dos órgãos de gestão intermédia.

**Supervisão na avaliação de professores – dialogicidade ou padronização?** E2 (23), Maria Jacinto e Maria Sanches

**Abstract:** Em sintonia com uma orientação de “governança tecnológica” aliada aos imperativos da performatividade e ‘excelência’, as recentes políticas de avaliação de professores geraram conflitos institucionais e profissionais, com repercussões nas culturas de ensino e desempenho profissional. Articulando as perspetivas sistémica e fenomenológica, a presente comunicação incide nos modos diferenciais de interpretação e apropriação que as escolas fizeram dessas políticas, ao nível organizacional e de supervisão. O estudo mais global, no qual a comunicação se baseia, propôs-se compreender a implementação dessas políticas de avaliação, partindo do pressuposto que a sua operacionalização envolve múltiplas esferas de influência e apresenta implicações na profissionalidade docente. Importava conhecer qual a natureza da supervisão avaliativa. Que divergências existem entre supervisão legislada e em uso? Que competências emergem na ação de supervisão avaliativa? Qual a natureza das interações? E em que medida esta prática pode reconfigurar a profissionalidade docente? Privilegiaram-se, neste estudo de caso, processos qualitativos de análise e recolha de dados provenientes de entrevistas e conferências de supervisão. Os resultados indiciam uma nova forma de supervisão avaliativa, reguladora da profissionalidade docente, em conformidade com padrões de competência pré-definidos a nível nacional e local. Uma supervisão focada nos resultados, associada a mecanismos quantitativos de medida do desempenho, condicionada pelo sistema de quotas no acesso às classificações de topo. A análise identificou, também, um sentido autonómico dos avaliadores, marcado por estratégias adaptativas de sucesso focadas na supervisão clínica. A valorização do desenvolvimento profissional parece coexistir com a normatividade reguladora, interna e externa, indiciando (in)fideliades normativas nas práticas da supervisão avaliativa.



**Avaliação de Escolas: os efeitos nos processos de mudança e melhoria da escola. E2 (108),**  
Ana Paula Correia, Isabel Fialho e Virgínio Sá

**Abstract:** A avaliação de escolas é apresentada ao nível do discurso político normativo e em alguns programas de avaliação, como é o caso em Portugal do modelo de avaliação externa das escolas (AEE), como um processo que promove a eficácia e a melhoria interna da escola. Todavia num contexto onde as políticas nem sempre criam os estímulos e as condições adequadas, a ação organizacional em torno dos processos avaliativos acaba por refletir o jogo dos atores. Perante a “natureza política” da avaliação, as escolas e os seus atores recorrem a “soluções organizacionais” que lhes permitem, em função dos interesses e dos objetivos individuais e organizativos, gerir as pressões e as expectativas do seu meio institucional. Integrada numa investigação mais ampla, em curso, com a finalidade de averiguar os efeitos do programa de AEE nas dinâmicas de autoavaliação e nos planos de ação para a melhoria da escola, na presente comunicação analisam-se as relações entre a avaliação e as mudanças ocorridas na escola. Questiona-se essencialmente: quais as mudanças ocorridas na escola na sequência dos processos avaliativos. O estudo geral no qual a comunicação se baseia insere-se numa matriz de cariz essencialmente qualitativo e opta pelo estudo de casos múltiplos, aplicado a cinco escolas. Como fonte de informação recorreu-se à observação, entrevistas, e inquérito por questionário. Nesta comunicação apresentam-se os resultados das entrevistas realizadas a diversos atores da comunidade educativa com diferentes funções nas escolas. Os resultados tendem a evidenciar que as organizações educativas, nas respostas às prescrições externas para a avaliação e melhoria da escola recorrem a estratégias e táticas plurais, de tal modo que as mudanças que ocorrem mais do que respostas à necessidade de eficácia e melhoria interna da escola, traduzem-se em processos de adaptação, que variam consoante as tensões existentes entre o contexto institucional e o ambiente competitivo onde as escolas estão inseridas.

**Repensar as Plataformas de Gestão em função dos padrões de qualidade das escolas. E2(116),**  
Rui Lourenço, Paula Farinho, Maria João Delgado e Eva Corrêa

**Abstract:** O atual panorama educativo português do Ensino Básico pauta-se pela competitividade entre as escolas, no que respeita ao desempenho e resultados escolares, com consequências na capacidade de conquista e retenção dos seus alunos. A análise e a avaliação das escolas tornou-se um imperativo dos modelos de gestão escolar, para o qual muito tem contribuído a publicação dos rankings e a avaliação externa por parte da IGEC. No entanto, encontramos algumas incongruências relativamente aos dados que estas disponibilizam, bem como ao acesso e divulgação dos mesmos. Este estudo, ao propor-se abordar esta problemática, definiu a seguinte questão de partida: Os atuais programas de gestão da informação permitem às escolas a obtenção e a disseminação dos indicadores que estas necessitam? Na sequência desta questão, estabelecemos os seguintes objetivos: Compreender quais as estratégias que Órgãos de Gestão do Agrupamento de Escolas utilizam para identificar o grau de satisfação dos intervenientes da comunidade educativa. Perceber se os indicadores disponibilizados nas plataformas de gestão respondem adequadamente às necessidades da organização e gestão pedagógica e administrativa do Agrupamento de Escolas. Identificar as diferentes aplicações que os Agrupamentos de Escolas dão às informações disponibilizadas na MISI. A metodologia utilizada, de natureza descritiva, enquadra-se no estudo de caso, com recurso ao inquérito realizado aos Diretores de Agrupamentos. A partir da análise e interpretação dos dados recolhidos, pretendemos compreender quais os indicadores e as ferramentas online que os Diretores dos Agrupamentos de Escola consideram mais significativos para o sucesso do processo de gestão. Espera-se, a partir deste estudo, deixar propostas para a reelaboração de ferramentas que melhor respondam aos

exigentes padrões de qualidade da gestão das escolas, tendo em vista uma educação propiciadora do desenvolvimento de conhecimentos e competências adequadas ao séc XXI.

### **EIXO 3**

#### **PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E A NOVA GESTÃO PÚBLICA NA ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL**

[1 OUT: 14,30/16,30; SALA 6; MESA 3.1]

##### **O que conta na hora de eleger o diretor. E3 (5), Teresa Soares e Maria João de Carvalho**

**Abstract:** Centrados no fenómeno da eleição do diretor, procurámos determinar as representações e racionalidades que levam os elementos do conselho geral a selecionar o diretor da escola, problematizando as dinâmicas políticas envolvidas no processo eleitoral e aferindo do sentimento de legitimidade e democraticidade entre os atores educativos, sejam docentes, não docentes alunos, pais e encarregados de educação. Para o efeito desenvolvemos uma investigação de natureza qualitativa, integrada numa abordagem de cariz interpretativo, pela assunção de que a realidade é subjetiva e socialmente construída. A partir de um estudo de caso selecionámos 21 interlocutores privilegiados de um Agrupamento de Escolas, representantes de toda a comunidade educativa, com e sem assento no conselho geral, recolhendo informação que nos permitiu analisarem a operacionalização dos princípios de democraticidade e participação. Conclui-se que as características de perfil e personalidade dos candidatos a diretor, de entre as quais se destacam a capacidade de liderança, a capacidade de relacionamento e a capacidade de mobilizar forças opostas e o Plano de Intervenção assomam como motivos preponderantes na sua seleção, matizados, porém, com nuances de ordem pessoal ou profissional. Foi possível determinar que a legitimidade do diretor advém mais do poder centralizado e burocrático, do que do democrático, consubstanciado na eleição, ainda que representativa, dos elementos que compõem a comunidade educativa.

##### **O Papel dos Conselhos Gerais: do enquadramento legal às práticas em contextos escolares distintos. E3 (34), Susana Batista**

**Abstract:** A reformulação de órgãos da escola pública através de novos modelos de administração e gestão, no contexto de formas de (re)distribuição de responsabilidades entre atores educativos, surge associada às questões da participação das famílias e comunidades locais e a mecanismos de prestação de contas e responsabilização. Enquadramos estas alterações nas políticas educativas em processos de regulação da ação pública, de maneira a considerar o caráter complexo e multidimensional dos processos de decisão política, bem como a importância de vários atores, incluindo os atores locais, na sua construção. Nesta comunicação, procuramos explorar como são entendidas e praticadas as novas responsabilidades na tomada de decisão na escola. Tomando as políticas nacionais como quadros de constrangimentos e oportunidades que condicionam os contextos de atuação, consideram-se então formas de apropriação social das normas em função de lógicas, contextos organizacionais e relacionamentos específicos. Analisa-se, mais especificamente, que tipo de atuação exerce o órgão de direção estratégica da escola, o Conselho Geral, e como é entendido o seu papel segundo os atores escolares. Com esse intuito, recorreremos a dados empíricos recolhidos no âmbito de uma investigação mais vasta, em particular

notas de observação das reuniões do órgão em análise e entrevistas a representantes da Câmara, diretores, professores e presidentes da Associação de Pais de diferentes escolas situadas num mesmo contexto local. A análise permite-nos caracterizar as diferentes formas de atuação dos Conselhos Gerais e da participação das famílias, bem como identificar limites comuns aos vários contextos observados.

**O novo modelo de gestão das escolas públicas e as práticas de gestão do diretor: opiniões e perspetivas dos atores educativos de uma escola do norte de Portugal.** E3 (206), Fernanda Martins e Ana Paula Macedo

Abstract: O novo modelo de gestão da escola pública portuguesa (Decreto-Lei nº 75/2008) inscreve-se num contexto mais amplo de estudo que consiste na agenda gerencialista de inspiração neoliberal no campo da educação. Na presente comunicação privilegia-se uma das alterações mais significativas subjacentes ao referido modelo, a emergência da figura do diretor de escola. Trata-se de um estudo de caso, realizado no âmbito do grupo de investigação A governação e gestão das escolas públicas: o(a) diretor(a) em ação (Centro de Investigação em Educação, Instituto de Educação, Universidade do Minho), cujos dados são agora apresentados a partir das perspetivas e opiniões de diferentes atores educativos. O principal objetivo é problematizar se as práticas de gestão continuam a ser orientadas, ainda que num registo informal, pelo princípio da gestão democrática, da colegialidade e da participação, ou se essas práticas são orientadas pelas novas competências que a lei confere ao diretor de escola, marcadas pela liderança unipessoal e pela concentração de poderes nesse órgão de gestão.

**A autonomia como construção na escola e a participação dos professores.** E3 (216), Alexandra Romero

Abstract: A instituição escola em Portugal serve objetivos, definidos internacionalmente e depois nacionalmente, relacionados com a promoção da formação científica e técnica dos indivíduos, acreditando-se ser esta a forma de ajudar o Estado a competir no mercado global. A nova gestão pública das escolas tem uma agenda instrumental de eficiência e de eficácia na obtenção de resultados, usando o conceito autonomia numa lógica de mercado. A construção de documentos, de orientação estratégica como o projeto educativo e de processos de avaliação da escola e dos professores, é vista pelos professores como mero cumprimento do dever legal e constitui um meio de implementação de objetivos definidos externamente, legitimando o poder da administração central e reforçando o seu controlo. Baseado na perspetiva crítica e através de uma revisão bibliográfica, defende-se neste artigo uma visão alternativa de autonomia da escola como um processo sociocomunitário de estruturação através do exercício constante da democracia, envolvendo a comunidade educativa. Durante a gestão democrático-participativa das escolas públicas, após o 25 de Abril de 1974, professores e alunos experimentaram práticas de democracia escolar, de construção da autonomia através da participação deliberativa e praticada. O processo de autonomização, de autonomia conquistada, ajuda a escola a afirmar-se no contexto local, mas exige tempo e o envolvimento de todos os intervenientes. Assume-se este caminho como central para a compreensão das dimensões educacionais de garantia de igualdade e não discriminação, de educação para a cidadania e para encontrar práticas de contestação ao atual poder desajustado do mercado. Os professores poderão ser criadores de espaços discussão de valores e de afirmação de regras, constituindo-se como professores-atores, exercitando a democracia em conjunto com a comunidade educativa.

**Tratamentos semânticos da noção de autonomia escolar em estudos acadêmicos brasileiros e respectivas implicações possíveis para a transformação educacional. E3 (185), Talitha Orestes**

**Abstract:** A comunicação proposta baseia-se em pesquisa de mestrado apresentada em 2011 na Universidade de São Paulo sobre a utilização discursiva da noção de autonomia aplicada à situação escolar em estudos acadêmicos brasileiros, desde a redemocratização até os anos de transição entre as políticas neoliberais e as neodesenvolvimentistas. O texto da pesquisa, além de conter um capítulo metodológico em que se explicita a estratégia adotada (seleção de textos e análise documental), está estruturado em três partes fundamentais: contextualização da problemática com apresentação dos referenciais teóricos de Barroso e Azanha; exame do corpus documental segmentado por critérios de periodização e eixos temáticos em que a noção é utilizada (com as respectivas contextualizações históricas e conceituais); retomada da problemática, buscando estabelecer bases para algumas conclusões. Nesta última parte do texto, as conclusões apresentadas deslocam o olhar para as discussões em torno da necessidade de imbricação entre as esferas administrativa, política e pedagógica do trabalho educacional desenvolvido nas instituições escolares governamentais, recuperando como referenciais Freire, Gandin e Gandin e Lima. Cabe ressaltar que a hipótese central a orientar a investigação foi precisamente a escassez deste tipo de abordagem no terreno das discussões sobre autonomia escolar no Brasil. Esta hipótese funda-se no pressuposto da necessidade política de incorporação discursiva e efetiva do tratamento das três referidas esferas como indissociáveis, a fim de que as movimentações por maior autonomia possam repercutir em aumento da qualidade da educação.

**A gestão da educação municipal: autonomia e participação. E3 (113), Anita Dos Reis de Almeida, Ione Oliveira Jatobá Leal e Ivan Luiz Novaes**

**Abstract:** O presente estudo tem como objetivo refletir sobre a importância do Conselho Municipal de Educação - CME no processo de elaboração, acompanhamento e avaliação do Plano Municipal de Educação - PME. Este estudo é resultado de uma pesquisa bibliográfica sobre o sistema educacional brasileiro, que é legitimado por leis específicas que traçam políticas visando contribuir para o crescimento da educação pública no país. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que passa a assegurar o município como ente federado autônomo, os municípios brasileiros passaram a ter autonomia para organizar seu próprio sistema de ensino originando normas e diversas políticas para se adequar às mudanças previstas na legislação. Na primeira parte do trabalho situamos o PME como instrumento democrático, definidor das políticas públicas educacionais. Foi possível identificar neste percurso que o PME, exigência prevista na Lei nº 13005/2014, tem um importante papel na melhoria da qualidade da educação municipal uma vez que é um documento elaborado com a participação dos diversos segmentos da sociedade levando em conta a realidade de cada município e em sintonia com o Plano Nacional de Educação-PNE. Na segunda parte do texto, apresentamos o CME como espaço de participação na elaboração, acompanhamento e avaliação do referido Plano. Por fim, socializamos as considerações finais sobre o estudo realizado, evidenciando que a educação que se desenvolve no município é uma tarefa complexa e de responsabilidade do poder público, porém, a possibilidade de que os objetivos educacionais sejam alcançados vai depender também da compreensão, do envolvimento e do comprometimento da sociedade em relação a esses objetivos.

### EIXO 3

#### **PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E A NOVA GESTÃO PÚBLICA NA ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL**

[2 OUT: 14,30/16,30; SALA 2064; MESA 3.2]

##### **Democracy in the School curriculum as well as for the promotion of partnership between school and community: a reality of public school in the city of Manaus E3 (72), Anne Leao**

Abstract: The present work is based on data constructed in search of (Specialization) whose objective was to contribute to the school from the reflection of action of the former and current management of education proposing actions to medium and long term, to facilitate the process of inclusion of the community in educational activities in search of democracy in education. Thus, the research comes to problematize the evidence of no effective participation of this school community and the factors that decentralize this process. The methods used for conducting the research interviews were semi-structured, open and closed, and documentary analysis of Political Project Pedagógico (PPP) for the survey of comparative data of the process of administration and school management, which provided subsidies methodological theoretical to subsidize the research as well as submit actions favoráveis democracy of education in the school as a guarantee on the quality of school education.

##### **Conselho da Comunidade Educativa, Precioso ou Prescindível? - Análise do órgão máximo da direção das escolas da RAMadeira. E3 (181), Paula Olim**

Abstract: Este estudo de Dissertação de Mestrado teve como objetivo caracterizar os pontos de partida e de chegada e (re)conhecer um percurso. Falamos de catorze anos entre a gênese e a maturidade de um órgão que trouxe à tona um novo paradigma para a direção das escolas da Região Autónoma da Madeira: O Conselho da Comunidade Educativa. Equivalente ao Conselho Geral, poderemos perceber o que os une e o que os distingue. Com uma análise detalhada da legislação em vigor e recorreu-se a autores de referência para abordar os principais ideais que sustentam a sua gênese, bem como as características de liderança e de supervisão que lhe estão subjacentes, como orientação e produção de reflexão e saber. Utilizou-se uma metodologia qualitativa de cariz exploratório, interpretativo e de natureza descritiva. Explorou-se a visão dos protagonistas da evolução deste órgão: os dirigentes políticos, os seus presidentes e os seus membros, socorrendo-nos, respetivamente, de três instrumentos chave: inquérito por entrevista, focus-grupo e inquérito por questionário. No conjunto dos resultados alcançados, encontra-se o reconhecimento da importância que a grande maioria dos atores diretamente implicados atribui à existência do órgão em estudo, defendendo-o como precioso na sua essência, mas (ainda) prescindível no terreno, reconhecendo-lhe mais fragilidades do que potencialidades de atuação e alcance. Augurando assim caminhos de maior afirmação e maturidade, bem como fazer do Conselho da Comunidade Educativa um desígnio coletivo plenamente assumido, procurou-se uma visão ampla e crítica que culminasse em sugestões de melhoria, quer a nível legal quer de atuação, contribuintes para uma resposta mais decidida, informada e sustentada à questão provocadora que inspirou esta viagem: será este investimento precioso ou prescindível?

**Conselho da Comunidade Educativa- figura de retórica ou retórica de figuras? E3 (217), João Estanqueiro e Virgínio Sá**

**Abstract:** Num tempo caracterizado, a montante, por inúmeras mudanças políticas e económicas em países centrais do sistema mundial e cujas consequências são notáveis nas políticas públicas, nomeadamente na educação, importa, a jusante, desnudar as tramas que se vão tecendo. Assim, face aos discursos da administração, ao corpus jurídico-normativo que enquadra as questões da administração e gestão escolar e às práticas dos atores em cada escola, decidimos estudar o novo órgão criado no ordenamento jurídico pós DL 769-A/76. Posto isto, a estrutura do estudo alicerça-se em três objetivos: i) desvelar a tríade organizacional - administração, direcção e gestão; ii) compreender se os conceitos de democracia, participação e autonomia se enquadram numa lógica de equilátero ou escaleno organizacional; iii) interpretar o funcionamento do CCE à luz de um olhar sociológico da escola como organização educativa. Como metodologia de investigação privilegiou-se a investigação qualitativa, procurando-se compreender e interpretar se o CCE é o órgão de direcção da escola. Foram utilizadas como técnicas e instrumentos de recolha de dados, a observação de todas as reuniões deste órgão durante um ano escolar, a análise documental das atas das reuniões no mesmo espaço temporal, o inquérito por questionário e a entrevista aos diversos atores (ou autores) que o compõem. Foi também entrevistado um elemento da administração que esteve na génese do diploma. Podemos já avançar com conclusões preliminares que a composição do CCE é feita maioritariamente por professores, e ainda que do ponto de vista normativo esteja qualificado como órgão de direcção da escola, no plano da ação organizacional tal não acontece.

**Proposta teórica-conceptual para a análise organizacional do ensino doméstico. E3 (86), Álvaro Ribeiro**

**Abstract:** Como um novo movimento social ideologicamente legitimado, o homeschooling resulta de comportamentos voluntários e intencionais dos contestatários de 1960 como forma de ação coletiva sobre o ordenamento socioeducativo via da reivindicação de que eram portadores. Tendo o real como o ser essencial do social, o cenário da crise da Escola ser de algo com exclusão de todo o casual nela contida, aduz em apoio da importância do estudo do homeschooling, não porque esteja necessariamente vinculado com a crise da Escola, mas sendo uma forte decorrência dessa crise, uma visão que se quer dinâmica, holística e interativa ao contexto social, não pode deixar de querer saber, analítica e reflexivamente, os efeitos extensivos na reestruturação da sociedade ao nível do senso da responsabilidade pública e das desigualdades sociais decorrentes de movimentações sociais não escolares. Esta tarefa não se afigura fácil porque é um novo movimento social povoado por um espectro tão amplo de crenças e filosofias cuja pluralidade o torna de difícil compreensão. Situando-nos no âmbito dos estudos organizacionais, propomos a apresentação de uma proposta teórica-conceptual para a análise organizacional do ensino doméstico. Com um carácter generalizador e tipológico, equacionamos os modelos analíticos das organizações educativas na procura de configurações abrangentes que reduzam o real tal qual o observámos. O modelo teórico de análise cruza a formalidade e a informalidade de onde resultaram tipos de famílias. Esta tipologia familiar foi consolidada pelo cruzamento com o eixo dos sentidos mais colectivistas ou mais individualistas da educação presente no ensino doméstico. No sentido crente cristão intensifica-se o sentido colectivista, enquanto no sentido humanista, o seu sentido individualista aumenta de intensidade. Do cruzamento do contínuo formal-informal com este último eixo atribuímos o centro-sistema a diferentes entidades, cada uma delas com influências concretas até ao macro-sistema.

**A comunicação como elemento estruturante da mudança nas organizações escolares na nova gestão pública.** E3 (3), Susana Faria

Abstract: Propomo-nos refletir sobre a forma como os processos comunicacionais parecem constituir a face mais visível das transformações ocorridas nas organizações escolares nos últimos anos. O ponto de partida é o de que a comunicação se assume, simultaneamente, como ponto de convergência entre diferentes ideologias educativas e entre estas e a sua implementação no terreno. Partindo da constatação da centralidade que o conceito de comunicação tem vindo a assumir no discurso político e organizacional, ainda que com sentidos relativamente ambíguos e nem sempre convergentes, sustentamos que ela se constitui como uma 'meta-ideia' tão poderosa quanto a 'qualidade', como sugere Stensaker (2004). A discussão parece tanto mais relevante quanto, invocados a propósito de diferentes ideais organizacionais (Reed, 2002) e dando sentido a práticas diferenciadas (Santiago, 1996), os processos comunicacionais se configuram como elementos estruturantes da identidade coletiva. Dada a importância que o ideal empreendedor da organização confere à comunicação e à articulação inter e intra-organizacional, o modo de comunicar tende a estar na génese dos rótulos identitários que a instituição atribui a si própria e com os quais procura legitimar-se. Os dados empíricos que nos propomos discutir foram produzidos no âmbito de um Doutoramento em Ciências Sociais que teve como objeto de estudo os processos de comunicação e a sua influência na redefinição da identidade de um agrupamento de escolas em contexto de mudança. Refletem a observação do quotidiano de uma comunidade educativa e os testemunhos nela recolhidos ao longo de 3 anos. Apontam para a centralidade dos processos de comunicação na transformação induzida pela nova gestão pública, mas indiciam também o desenvolvimento de uma matriz discursiva bilinguista (Clarke e Newman, 1997), que procura harmonizar os imperativos de 'mercado' com o discurso pedagógico e com modelos burocrático-profissionais de organização.

**A democracia participada das famílias no interior das escolas.** E3 (103), Eva Gonçalves

Abstract: A discussão sobre democracia participada e as reformas designadas de neo-liberais do séc. XX, iniciaram várias mudanças nos sistemas educativos (SE), que se tornaram mais profundas no final da déc. de 80. Os processos de redistribuição das responsabilidades educativas pelos atores locais, decorrentes de novos modos de regulação da educação (Barroso, 2005), reconfiguraram a relação escola-família ao transformar papéis de professores e pais (Silva, 2003). Os estudos sobre a participação das famílias na gestão das escolas assumem particular importância. Alguns estudos revelam que a ação dos representantes de pais e encarregados de educação (RPEE) é limitada (Sá, 2000), devido à fraca adesão das famílias às associações de pais (AP), falta de investimento na construção de parcerias efetivas (Epstein, 2009; Sarmiento, 2005) e falta de consenso sobre os papéis a desempenhar (Sanchez e Almeida, 2001; Diogo, 1998). O objetivo é explicar práticas que revelem como escolas e famílias assumem as novas responsabilidades: Qual a estratégia da escola? Onde difere/aproxima das orientações do SE? Qual a relação da escola com a AP? Como são aceites/interagem os RPEE com os elementos do conselho geral? Optou-se por um estudo de casos múltiplos (Bryman, 2005) selecionando seis escolas com contextos organizacionais e socioeconómicos diferenciados. Em cada uma aplicaram-se entrevistas semi-dirigidas a diretores e presidentes AP, recolheram-se documentos e realizaram-se observações não participantes nos CG, produtos aos quais se aplicou a análise de conteúdo. Algumas categorias identificadas foram transformadas em variáveis utilizadas em análises de correspondências múltiplas. Os resultados apontam para AP e RPEE associados a perfis próximos de uma postura de "stakeholders" (Sliwka e Instance, 2006) em escolas com

alunos de classes mais favorecidas, enquanto nas escolas de classes sociais mais desfavorecidas, as suas famílias tendem a atuar de forma mais “domesticada” (Sá, 2000).

### **A Vez e a Voz dos Pais E3 (10), João Faria**

Abstract: No âmbito de uma tese de doutoramento (Administração e Política Educacional) analisámos uma Federação Concelhia de Associações de Pais, problematizando o associativismo parental na sua relação com o sistema educativo e com o sistema político, procurando responder às seguintes questões: Que expectativas dão impulso ao movimento associativo parental? Como se caracterizam as relações de interdependência entre o movimento associativo parental e os sistemas político e educativo? Como se articula a responsabilidade do dirigente associativo com o processo identitário do cidadão-pai? Abordámos o associativismo parental como movimento social e seguimos a teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann explorando os conceitos de autopoiesis e overlapping para a explicitação da intersecção entre as esferas distintas da política e da educação. A metodologia de investigação concretizou-se no inventário e análise documental do arquivo da Federação, filtrada posteriormente numa análise de conteúdo e complementada com a entrevista de atores-chave. Num percurso de crescimento da Federação, desde os anos 90, acompanhado pelo reconhecimento quase universal das virtudes (e armadilhas) da participação e do envolvimento parental, identificámos expectativas de correção de défices do sistema educativo a nível da segurança dos alunos, da “Escola a Tempo Inteiro” e do suporte a emergentes lideranças fortes nas organizações escolares. Na relação do movimento associativo parental com os sistemas educativo e político identificámos conectores e fronteiras que, no sistema educativo, se manifestaram na introdução progressiva de uma abertura estratégica (a comunidade educativa). No sistema político, o incómodo inicial do protesto parental evoluiu para uma parceria local. O dirigente associativo “faz comunidade” numa sociedade individualista e consumista, reconhecendo que a força do seu impulso cívico se debate com a erosão e o risco de instrumentação das dinâmicas associativas.

## **EIXO 3**

### **PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E A NOVA GESTÃO PÚBLICA NA ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL**

[2 OUT: 14,30/16,30; AUDITÓRIO MULTIMÉDIA; MESA 3.3]

### **Inquirindo a ação dos “peritos externos” nos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária de “segunda geração” E3 (17), Ana Gama**

Abstract: O presente trabalho resulta de uma investigação mais ampla que estamos a desenvolver e que tem como objetivos descrever, analisar e discutir a ação dos “peritos” e do conhecimento pericial nas «Políticas de Educação Prioritária» implementadas em Portugal entre 1995 e 2012. Este trabalho tem como referencial teórico a análise da ação pública (Lascoumes & Le Galès, 2007), a análise cognitiva das políticas públicas (Surel, 2004) e o papel do “perito” e da expertise na fabricação das políticas públicas (Warin, 2000). Ancorada numa metodologia qualitativa, nesta investigação combinamos duas aproximações que se complementam: uma de natureza extensiva e histórica; e outra de natureza intensiva. A primeira assenta, essencialmente, na análise dos principais textos legislativos que suportaram as medidas políticas de educação identificadas como



de 'educação prioritária' (entre 1995-2012). A segunda aproximação centra-se no cenário do Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária de "segunda geração" (TEIP2). Com uma primeira geração iniciada em 1996, o TEIP2 é retomado em 2006 para escolas e agrupamentos de escolas da área metropolitana de Lisboa e do Porto. Posteriormente, com a publicação do despacho normativo nº55/2008, de 23 de outubro é alargado a todo o território continental. Integraram este programa 104 escolas/agrupamentos de escolas. Para assegurar a coordenação do projeto nas escolas/agrupamentos de escolas foram criadas equipas multidisciplinares. Estas equipas, para além de professores, devem integrar técnicos, representantes da comunidade e "peritos externos". Foram convocados 84 "peritos externos". Após este mapeamento constituímos uma amostra de 12 "peritos", a quem foram realizadas entrevistas semiestruturadas. Nesta comunicação pretende-se apresentar e discutir a ação do "perito" a partir de duas dimensões: as tarefas e as lógicas de ação dos "peritos".

### **Relação dos Alunos com a Escola: Participação e Práticas de Envolvimento Institucional.** E3 (31), Sílvia Parreiral

**Abstract:** A literatura tem-nos revelado que o bem-estar das crianças na escola varia em função das perceções que estas têm da sua escola, do trabalho escolar que desempenham e do seu envolvimento e participação nas atividades escolares (Abrantes, 2003, 2008; Covell, 2010; Mendonça, 2006; Oliveira, 2009; Osler, 2010; Parreiral, 2014; Quaresma, 2011; Rodrigues, 2009; Santos, 2007; Teixeira, 2010, entre outros). Com o presente estudo de caso, de natureza qualitativa procurámos avaliar o que perspetivam os alunos sobre o seu envolvimento e participação nos espaços e momentos decisórios da escola; como reagem a decisões tomadas sem que se tenham pronunciado sobre elas e, na perspetiva dos professores, como atuam os alunos para terem mais voz e participação (formal e informal) na escola. Analisaram-se entrevistas realizadas a grupos de alunos (grupos de discussão) com idades entre os 10 e os 19 anos, e entrevistas individuais realizadas aos diretores de turma, de uma escola do 2º e 3º ciclos do ensino básico do distrito de Coimbra. Os resultados indicam que alunos e professores mostram-se pouco convictos quanto ao sentimento de pertença dos alunos à escola, revelando tratar-se de uma temática por eles pouco refletida, a qual ainda lhes é pouco questionada. A generalidade dos alunos mostrou-se insatisfeita por ser a quem nada se pergunta e por quem se decide, contudo resigna-se à ideia de que se tomam as decisões acertadas. O que se revela consonante com os professores, para quem a baixa idade e a imaturidade destes alunos os leva a que sejam pouco ouvidos. Concluindo alertamos para que as perspetivas dos alunos passem a ser devidamente consideradas, levando-os a sentirem-se mais implicados, reforçando a ideia de que à escola cabe a preparação para a sua inserção na sociedade enquanto bons cidadãos, envolvidos e participativos.

### **A evasão estudantil como um desafio para a democratização da educação superior no Brasil** E3 (134), José Santos Junior e Giselle Real

**Abstract:** Com o processo de expansão do acesso à educação superior visualizado a partir da década de 1990 no Brasil, os novos desafios passam a envolver a permanência e o êxito estudantil. Assim, os índices de evasão observados nas Instituições de Ensino Superior (IES) vêm ocupando lugar na agenda da política nacional, levando os gestores a refletirem sobre a formulação e a implementação de políticas que favoreçam a permanência dos estudantes para êxito em seus cursos. Entre os anos de 2000 e 2005, a evasão média nas IES brasileiras foi de 22%, sendo que o índice nas públicas oscilou entre 12%, e nas privadas entre 26%, no mesmo período (SILVA FILHO et al., 2007). Mais recentemente, Silva (2013) chegou à taxa média de 13%, considerando apenas universidades federais. Tais resultados configuram-se como um norte para

o presente trabalho, que tem por objetivo discutir o processo de evasão estudantil como um desafio para a democratização da educação superior no Brasil. Em seus aspectos metodológicos, o trabalho é de natureza quali-quantitativa, uma vez que se procede com análise de dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e de índices divulgados por outros pesquisadores. Toma-se como referencial o conceito de política de Palumbo (1993), o qual argumenta que a política está relacionada ao princípio orientador por trás de regulamentos, leis e programas e manifesta-se pela “estratégia adotada pelo governo para solucionar os problemas públicos (p. 38)”. Parte-se também do conceito de acesso de Silva e Veloso (2013), que atribuem ao termo um significado ampliado, devendo contemplar um acesso pleno do estudante à educação superior, o que inclui o seu ingresso ao curso, a sua permanência e a sua formação qualificada. Considera-se que o fenômeno da evasão, ainda com índices elevados, representa um prejuízo que afeta toda a sociedade e que compromete a democratização da educação superior brasileira.

**Centralidades e periferias na intervenção educacional: a inserção escolar como problema de inclusão social e a escola como instituição parceira.** E3 (35), Fátima Antunes e Rosanna Barros

Abstract: Nesta comunicação aprofunda-se a discussão iniciada em Antunes e Barros (2014). Interessou-nos agora analisar as interfaces dos arranjos institucionais de coordenação, no campo das políticas públicas de educação, que o Programa Escolhas (PE) traduz, estudando, teórica e empiricamente, implicações entre as novas lógicas de gestão pública e a gestão de desigualdades sociais e escolares. Assim, mapeamos relações constituídas a nível local entre os domínios público e privado e os espaços formal e não-formal da educação, para compreender as modalidades de governação ensaiadas em termos do seu significado político e das consequências sociais que produzem, em torno de vetores como: a presença/ausência do Estado e dos excluídos, os problemas silenciados ou tematizados, as respostas construídas ou ausentes. Ensaia-se discutir como é perspectivado o arranjo institucional estabelecido face às questões da legitimidade ou da governabilidade. Analisamos que intervenções se desenvolvem, porquê, com quem e com que resultados, problematizando orientações e práticas face a tendências integrantes da governação neoliberal (individualização, pedagogização, localização dos problemas escolares) (Beck, 1992; Robertson e Dale, 2002; Power, 2008). Questiona-se a fabricação dos contornos do espaço educacional (Seddon, 2014) através destas intervenções dinamizadas por entidades sedeadas na comunidade em que a escola assume o papel de instituição parceira. Tomando como ponto de partida informação recolhida através de entrevistas realizadas quer a responsáveis pela coordenação nacional e regional do PE, quer a coordenadoras e técnicos de projetos locais (da quinta geração), procura-se compreender perspectivas e cursos de ação dos atores envolvidos nesses processos e discutir implicações entre estas mudanças socio-educacionais e a criação e gestão de desigualdades sociais e escolares.

**Democratização da educação e relação público-privada no plano nacional de educação 2014-2024: confronto de lógicas.** E3 (75), Marilda Costa

Abstract: Este texto aborda fases de elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 e tem por objetivo analisar o movimento entre democratização da educação e parcerias público-privadas nele presentes, à luz da democracia participativa, do direito à educação e da nova gestão pública. A elaboração do PNE está prevista no Art. 214 da Constituição Federal de 1988, alterado pela Emenda Constitucional 59/2009, a qual assinala que a lei deverá estabelecer um plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o Sistema Nacional de Educação em regime de colaboração. A elaboração do PNE passou por etapas de intensa

participação de agentes públicos governamentais e sujeitos sociais de diversos segmentos da sociedade civil, por meio de Conferência Nacional de Educação (CONAE), da esfera municipal à federal, possibilitando aprendizagens política e democrática para a cidadania. Nota-se, no entanto, que a proposta de PNE definida na CONAE de 2010 passou por profundas alterações frente ao lobby do setor empresarial no Senado Federal, permitindo a participação privada na oferta pública de educação por meio de parcerias público-privadas, terceirização, bolsas de estudo, avaliações estandardizadas e compra de materiais apostilados para diferentes níveis e modalidades de ensino. Trata-se de um estudo qualitativo, apoiado em revisão bibliográfica e análise documental, que evidencia avanços na democratização da educação no país, assegurados na ampliação de 10% do Produto Interno Bruto para a educação; entretanto, essas conquistas não ficaram imunes aos interesses do setor empresarial na educação, representando ataques ao direito à educação como um bem público.

**A qualidade de ensino no Plano Nacional de Educação (2014-2024): desafios à gestão da educação brasileira.** E3 (81), Elisângela Scaff e Marília Fonseca

Abstract: O Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) foi aprovado pela Lei brasileira nº 13.005, de 25 junho de 2014. Trata-se de um Documento que expressa as metas e estratégias para o planejamento da educação nacional para os próximos 10 anos. Sendo o PNE um Plano construído coletivamente, com a participação dos mais diversos segmentos da sociedade brasileira, ele incorpora os embates que se travam no contexto dessa sociedade, como a questão da qualidade e da gestão democrática da educação. Assim, ao mesmo tempo em que o PNE avança na defesa da gestão democrática da educação, garantindo-a como um dos princípios da educação nacional, não deixa de incorporar o conceito de qualidade pautado pelo PISA, um programa da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que estabelece a avaliação comparada dos índices de aprendizado dos alunos concluintes do ensino fundamental, considerado hoje um dos principais componentes do conceito de qualidade educacional. Esse conceito de qualidade, expresso no Brasil por meio do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), é expresso na Meta 7 do Plano, que propõe “fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as [...] médias nacionais para o IDEB”. As estratégias para efetivação da meta 7 sinalizam para o que tem sido entendido como um marco da Nova Gestão Pública na educação: a centralização do planejamento e da avaliação educacionais e a descentralização da ação direcionada para o cumprimento das metas estabelecidas nacionalmente. Tal meta aponta para as gestões municipais e escolares um desafio sem precedentes, pautado por parâmetros de centralização da avaliação, descentralização da ação, gestão por resultados, competição e responsabilização dos gestores locais pelos resultados educacionais do país.

**Gestão das Escolas em África: Análise Comparativa do funcionamento das escolas públicas de nível secundário em Cabo Verde e África do Sul.** E3 (102), Mbangula Katúmua

Abstract: O continente africano debate-se ainda com o grande problema do subdesenvolvimento das suas sociedades. A aposta na educação das novas gerações tem sido apontada como uma das vias para a solução deste grande mal. Porém, é na própria estrutura dos sistemas educativos que encontramos um dos seus maiores hand-cap: a autonomia das escolas. Quando se analisa a questão da autonomia das escolas, dificilmente se resiste à tentação de a relacioná-la com tipo de modelo de administração a elas subjacente. Ao contrário do que parece, num primeiro olhar, um modelo centralizado ou descentralizado não tem que ver necessariamente com o nível de autonomia das escolas. Esta é uma questão que se inscreve no âmbito do conjunto de processos

de reformas nacionais mais amplas empreendidas pelos países africanos, alicerçados sobre os novos ideias nacionalistas. Nesta senda, o presente texto procura, através de uma análise comparada da realidade de dois países africanos (Cabo-Verde e África do Sul), baseada em fontes secundárias, demonstrar como a composição dos órgãos da gestão escolar e o envolvimento da comunidade na vida das escolas muda o sentido da autonomia e se reflecte na performance destes órgãos, nos diferentes níveis, nomeadamente; pedagógico, disciplinar, administrativo e financeiro. Uma reconstrução histórica dos perfis educativos de ambos países é feita por formas a traçar o percurso da criação dos respectivos modelos de governança escolar, questionando sempre a ideia de uma África homogénea.

### **EIXO 3**

#### **PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E A NOVA GESTÃO PÚBLICA NA ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL**

[2 OUT: 16,45/18,15; SALA 2064; MESA 3.4]

**Verticalização, práticas e formação docente no Instituto Federal Farroupilha, câmpus São Vicente do Sul.** E3 (65), Antônio Carlos Minussi Righes, Márcia Eliana Migotto Araújo e Rosane Carneiro Sarturi

Abstract: O presente artigo, produzido com o apoio do Programa Observatório da Educação, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/Brasil e desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa “Elos” da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, tem por objetivo analisar o processo de gestão pedagógica dos professores que desempenham atividade nos cursos do Instituto Federal Farroupilha (IF Farroupilha), considerando a verticalização das práticas docentes nos níveis de ensino: médio, técnico, superior e pós-graduação. A sustentação teórica ampara-se nos estudos de, Nóvoa (1995), Tardif (2005), Candau (2008), Ciavatta (2005), Pacheco (2011), dentre outros. Para tanto, foi pertinente conhecer o perfil profissional dos docentes; identificar as atividades desenvolvidas e conhecer a trajetória das práticas profissionais. A metodologia de pesquisa foi de cunho multicaso, quanti-qualitativo. Foram aplicados questionários com perguntas fechadas e abertas para 35 docentes que trabalham na verticalização dos níveis de ensino. Foram analisados documentos de base legal. O material estudado permitiu entender como se dá o processo de práticas dos professores que desempenham atividades no IF Farroupilha. Os professores devem ser qualificados com formação continuada para desempenhar com eficiência sua função docente. Espera-se, neste estudo, entender a importância de qualificar os docentes com programas de formação continuada, com a finalidade de superação das possíveis dificuldades durante a trajetória profissional.

**A Avaliação do Desempenho Profissional Docente em Portugal e suas principais consequências.** E3 (106), Maria do Carmo Martins Moreira e Manuel António Ferreira da Silva

Abstract: No presente texto analisamos, de um ponto de vista sociológico e tomando como referência uma perspectiva de avaliação democrática tal como no-la propõe MacDonald [1974 (2008)], o modelo de avaliação do desempenho docente promovido pelo XVII governo constitucional. A análise tem como suporte as representações dos professores (avaliadores e avaliados) sobre o processo a que estiveram sujeitos, nomeadamente os aspetos formais do

modelo e, sobretudo, os seus efeitos nas pessoas, nos profissionais e nas organizações. As conclusões apresentadas resultam de um estudo de caso realizado no contexto de um Agrupamento Escolar. Esse estudo pode ser caracterizado pelo que a literatura especializada classifica como uma metodologia híbrida, dado que combina a utilização de técnicas de recolha e tratamento da informação de natureza qualitativa e quantitativa. O inquérito por questionário foi administrado à generalidade dos docentes avaliados (157) que, no primeiro momento de avaliação (2007/2009), exerceram funções no contexto estudado. A entrevista foi efetuada a 18 atores (avaliadores) que, pelas funções que desempenhavam, pela responsabilidade que assumiam e pelos conhecimentos que possuíam sobre o objeto de estudo, se constituíram como atores-chave no processo. Tendo em atenção a natureza do estudo, as conclusões que apresentamos não podem, pois, ser objeto de generalização. No entanto, constituem um contributo para a análise da questão da avaliação do desempenho docente e suas consequências para a vida nas escolas, para a educação pública e para a democracia que, como tentaremos evidenciar, são bastante preocupantes e merecedoras de uma acentuada vigilância científica e, sobretudo, política.

**A gestão escolar democrática na formação inicial do professor: os conhecimentos construídos nas licenciaturas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.** E3 (180), Vanessa Pereira e Neusa Batista

**Abstract:** A pesquisa busca articular concepções teóricas a respeito da gestão escolar democrática no Brasil e sua prática no contexto da escola com o histórico de formação da democracia brasileira. Propõe-se uma reflexão sobre a formação de professores para o exercício da gestão democrática, destacando o caráter político da profissão docente. Considera-se que a participação dos professores na gestão pode ser uma prática a ser incorporada por meio do aprendizado nas licenciaturas. Foram realizadas entrevistas com estudantes de licenciatura a respeito dos conhecimentos construídos sobre gestão democrática da educação em seus estudos, além de uma análise das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, as quais atuam como princípios norteadores para a composição do currículo das licenciaturas no Brasil e suas relações com o tema da gestão democrática. Resultados preliminares apontam desconhecimento por parte dos alunos sobre o tema, não reconhecendo os espaços de atuação dos professores e demais segmentos na gestão escolar democrática. Nas Diretrizes Curriculares há orientações sobre a importância da problematização da política, cidadania, democracia e participação, contudo observa-se a escassez de perspectivas que apontem mais especificamente para a gestão escolar democrática. É possível perceber, dessa forma, que a dificuldade da gestão escolar democrática em se estabelecer na prática dos docentes pode ter relação com a formação inicial, na qual, a princípio, não ficam claras as contribuições no que diz respeito à participação na gestão democrática.

**O Estágio Supervisionado na Escola Pública Estadual: reflexões sobre a gestão pública e a participação dos professores no processo formativo.** E3 (118), Cláudia Tavares Amaral, Maria Geralda Oliver Rosa e Jussara Bueno de Queiroz Paschoalino

**Abstract:** O presente artigo tem como objetivo analisar o desenvolvimento prático na disciplina de Estágio Supervisionado no curso de formação de professores em uma Universidade Pública Federal no Brasil no decorrer do ano de 2014. As estudantes do Curso de Pedagogia são predominantemente mulheres e foram acolhidas em uma escola pública estadual no estado de Goiás, em turmas de 3º, 4º e 5º ano, anos iniciais do ensino fundamental. A prática de estágio se desenvolveu com a observação das aulas e da escola, além da elaboração de plano de atuação no 1º semestre. No 2º semestre a atividade centrou-se na aplicação do Plano de Atuação com a

regência, da qual participaram a professora de estágio e a professora regente de cada turma. A análise da prática realizada pelas alunas se deu tanto na observação no estágio, como na avaliação dos relatórios, que foram entregues ao final do ano supracitado. Buscou-se compreender como os professores recepcionavam atividades realizadas pela escola e como essa promovia a participação desses e de toda a comunidade escolar no processo educativo e na gestão da escola. Para o desenvolvimento da análise, utilizou-se Cury (2007, 2012, 2013, 2014), Dalbério(2008), Gatti (2012), Bittar e Oliveira (2004), Colombo (2004), Ferreira e Aguiar (2001), Oliveira (2008), Peroni (2012) e Souza (2012). Nos dados coletados foi possível constatar que há um engessamento por parte da administração pública, que determina o conteúdo a ser trabalhado pelos professores sem possibilidade de alternativas. Com isso, observou-se que há um mal estar dos professores, que se sentem sobrecarregados e tolhidos no tocante à criatividade e possibilidades de inovação, já que todas as tarefas escolares devem seguir um cronograma e têm outras atividades que geralmente atropelam o processo, tal como comemorações, aulas do Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD, que são ministradas pelos Policiais Militares do município e as avaliações externas.

**O SINAES e suas implicações na educação superior brasileira.** E3 (187), Roberto A. Silva e Maria Angélica R. Martins

**Abstract:** Este trabalho objetiva discutir as implicações das políticas de avaliação da educação superior brasileira. As influências trazidas aos cursos de graduação após a implementação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) são diversas e apresentadas em vários estudos (DIAS SOBRINHO, 2010; BARREYRO, 2008; SGUISSARDI 2013; RIBEIRO 2015). O atual Sistema possui um caráter regulatório, no qual funções como credenciamento, descredenciamento e renovações de cursos recebem maior relevância que o aperfeiçoamento dos cursos avaliados. O texto também destaca o atual panorama da educação superior no Brasil, pois das 2.416 instituições de educação superior (IES) mais de 87% são instituições privadas (BRASIL, 2014). A magnitude deste segmento demonstra a atenção que o Estado considera aos processos de regulação e supervisão dessas instituições. Fundamentando-se em revisão de literatura sobre avaliação educacional no âmbito da educação superior (DIAS SOBRINHO, 2003 e 2005; BARREYRO & ROTHEN, 2008; ZAINKO, 2008) , sobre os possíveis efeitos que as políticas educacionais exercem (MAINARDES, 2006; BALL e MAINARDES, 2011) e sobre a legislação pertinente (BRASIL, 2004, 2007, 2009 e 2010), este estudo busca discutir a (hiper) burocratização (LIMA, 2012) concebida a partir dos processos de regulação e supervisão gerados pela atual política de avaliação da educação superior no Brasil (SGUISSARDI, 2008; POLIDORI, 2009). O estudo aponta que, mesmo com as reiteradas exposições de estudiosos acerca da temática, o Estado insiste na condução dessas políticas criando um desbalanceamento, no qual as concepções de regulação e supervisão predominam sobre a ideia de avaliação emancipatória. O trabalho propõe a necessidade do diálogo político capaz de envolver os diferentes públicos (estudantes, coordenadores de curso, gestores, instituições etc.) em busca de aprimorar as políticas de avaliação da educação superior.

### EIXO 3

#### **PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E A NOVA GESTÃO PÚBLICA NA ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL**

[3 OUT: 09,00/11,00; SALA 9; MESA 3.5]

##### **Conselhos escolares como atores protagonistas da avaliação diagnóstica da escola pública brasileira.** E3 (79), Neusa Batista

**Abstract:** O presente trabalho tem por objetivo analisar a efetividade da participação dos conselhos escolares na implementação da política de avaliação institucional participativa nas escolas estaduais do Rio Grande do Sul/Brasil. Trata-se de uma ação pública implementada a partir de 2012 com a finalidade de promover a autoavaliação das escolas públicas estaduais por meio de um diagnóstico da situação educacional constituído por indicadores educacionais. No processo, o colegiado é protagonista na organização das ações de avaliação diagnóstica na unidade escolar. No sistema educacional brasileiro, os conselhos escolares possuem representação de pais, alunos, professores, funcionários e direção e são, conforme indica o ordenamento legal, órgãos máximos de gestão escolar. Tal atribuição encontra-se relacionada à emergência do princípio constitucional de gestão democrática do ensino público engendrado na sociedade brasileira desde 1988. Para fundamentar a análise, realiza-se uma reflexão teórico-conceitual que procura articular o contexto da avaliação institucional da educação, que vem se consolidando no discurso político como estratégia para a universalização de uma educação de qualidade para todos, com a gestão democrática da escola, seus instrumentos e práticas e a democracia como constructo social. Metodologicamente, propõe analisar o conteúdo do texto da política por meio dos cadernos de avaliação (enviados para as escolas e disponibilizados on line) bem como: entrevistas realizadas com atores escolares; as avaliações dos indicadores de gestão democrática no diagnóstico realizado pela comunidade escolar. Considera-se que o texto da política é a representação da própria política. Como conclusão mais geral, é possível observar que os conselhos escolares têm protagonizado o processo de autoavaliação escolar, contudo, alguns segmentos do colegiado, como pais e alunos, são excluídos de uma participação mais efetiva.

##### **Desenhos e desenhos: conselhos municipais de educação em pauta.** E3 (186), Virgínia Coeli Bueno de Queiroz Matias e Rosimar de Fátima Oliveira

**Abstract:** Este texto pretende analisar elementos mais comuns do desenho institucional dos Conselhos Municipais de Educação (CMEs) no Brasil, como um dos fatores, entre outros, capazes de potencializar os esperados resultados democráticos dessas instâncias colegiadas. Para tal, adotou-se, como estratégia metodológica, revisar a literatura pertinente aos conselhos gestores de políticas públicas e, em especial, os de educação, cujos estudos trazem à baila evidências de que diferentes desenhos repercutem em diferentes formas de atuação desses colegiados, oferecendo subsídios para avaliar em que medida o formato institucional, com todo o seu arsenal operacional, constitui elemento determinante na atuação dos CMEs brasileiros. Partiu-se do pressuposto de que o desenho constitui variável importante de análise, porém insuficiente para abarcar a complexidade e a multidimensionalidade dos conselhos, sendo, portanto, necessário considerar, também, os contextos sociais, políticos e econômicos nos quais estes colegiados estão inseridos. A primeira parte do texto discute, sucintamente, a relevância do desenho institucional, elencando elementos que estruturam o funcionamento e a dinâmica deliberativa dos conselhos.

Na segunda parte, discutem-se alguns dos mecanismos institucionais e suas implicações na efetividade da atuação dos CMEs brasileiros. Em seguida, recupera-se a história pela qual os contornos institucionais dos foram delineados na relação dos CMEs com o Estado brasileiro. Por fim, na quarta parte, apresenta-se breve consideração acerca do propósito deste estudo, ressaltando a importância do desenho institucional dos colegiados em tela e a necessidade de pautar a análise por elementos para além do desenho.

**Um estudo sobre os sistemas municipais de ensino no estado do Rio Grande do Sul – Brasil: inter-relações com a lei de gestão democrática e o contexto escolar.** E3 (144), Diego Dartagnan da Silva Tormes, Marilene Gabriel Dalla Corte, Rosane Carneiro Sarturi e Marina Lara Silva dos Santos Teixeira

**Abstract:** O artigo aborda reflexões realizadas pelo Programa Observatório da Educação (Obeduc/CAPEs), a partir de dados coletados do Programa Nacional de Formação Continuada de Conselheiros Municipais de Educação (Pró-Conselho), desenvolvido pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) no Rio Grande do Sul (RS). O Pró-Conselho, no Brasil, objetiva a criação/reativação dos conselhos e sistemas municipais de educação, na perspectiva do fortalecimento, [re]articulação e democratização das políticas públicas e práticas educativas relacionadas à gestão educacional e escolar; seus processos formativos estão fundados numa visão sistêmica e democrática de educação básica. Assim, objetiva-se analisar o contexto de alguns municípios partícipes do Pró-Conselho/UFSM que constituíram seus sistemas municipais de ensino no Estado do Rio Grande do Sul e que possuem lei de gestão democrática, no sentido de discutir a inter-relação dessa lei com os mecanismos de democratização da escola: autonomia financeira, eleição de diretores, órgãos colegiados e construção/consecução do projeto político-pedagógico. A metodologia da pesquisa se refere a um estudo de caso de abordagem qualitativa, com base em autores que fundamentam os preceitos e mecanismos de gestão democrática, em análise documental de marcos relacionados às políticas educacionais, e dados construídos em questionário on-line aplicado aos municípios partícipes da AMCENTRO (1ª/2ª/3ª edições Pró-Conselho/UFSM). Espera-se com este estudo reflexionar acerca dos contextos municipais que constituíram sistema de ensino e que instituíram a lei de gestão democrática, destacando como foi construída e se a existência dessa política pública, de algum modo, institucionaliza os princípios e mecanismos de gestão democrática nas instâncias da educação local e respectivas escolas.

**Políticas públicas democráticas nos sistemas municipais de ensino: interlocução entre escolas e conselhos de educação.** E3 (141), Andreilisa Goulart de Mello, Marilene Gabriel Dalla Corte, Joacir Marques da Costa, Marina Lara Silva Dos Santos Teixeira e Francine Mendonça da Silva

**Abstract:** Este trabalho refere-se a interlocução entre Conselhos Municipais de Educação (CME) e Redes de Escolas Municipais da Região da Associação dos Municípios do Centro do Estado do Rio Grande do Sul (AMCENTRO-RS), Brasil, que possuem Sistema Municipal de Ensino (SME). Decorre de uma pesquisa em andamento do Programa Observatório da Educação, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, desenvolvida pelo grupo de pesquisa Elos/CNPq da Universidade Federal de Santa Maria. Destarte, objetiva-se analisar os contextos das redes escolares e dos CME inter-relacionados aos SME, considerando as dimensões de gestão, [in]tensões e movimentos de participação e [co]responsabilidade entre Escolas e CME. Tem-se por base preceitos que dialogam com o fortalecimento e consolidação da gestão educacional/escolar democrática e considera-se que a escola não pode se constituir uma instituição isolada e desvinculada das políticas públicas nacionais e locais. Tanto a escola quanto o CME, precisam estabelecer interlocuções com as demandas socioeducacionais, considerando



sua [co]responsabilidade em instâncias municipais junto aos processos de [re]construção e gestão das políticas educacionais. A metodologia ancora-se na abordagem quanti-qualitativa e no estudo de caso, utilizando-se dados produzidos mediante questionário on-line aplicado aos municípios da AMCENTRO/RS partícipes do curso de Formação Continuada de Conselheiros Municipais de Educação desenvolvido no RS. Tencionam-se percepções e análises referentes ao contexto dos SME, em suas redes escolares e CME, a partir das suas características conjunturais, problemáticas e possíveis [re]articulações, compreendendo que no bojo da discussão acerca da gestão educacional, o conhecimento e a ação crítico-reflexiva subjacente aos órgãos e instituições em um SME potencializa posicionamento e novos rumos da democratização da gestão escolar, considerando seus aspectos teóricos, legais e práticos.

**O processo de [re]construção democrática do projeto político-pedagógico: interlocuções entre escola pública e o conselho municipal de educação.** E3 (136), Marilene Gabriel Dalla Corte, Marina Lara Silva Dos Santos Teixeira, Luciana Guilhermano Da Silva, Francine Mendonça da Silva e Diego Dartagnan da Silva Tormes

Abstract: Esta produção relaciona-se a uma pesquisa do Programa de Licenciatura da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Brasil, e de um Observatório de Educação (Obeduc/CAPEs), desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Elos/CNPq/UFSM. Ao discutir conceitos subjacentes ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) e sua importância para a cultura organizacional democrática da escola, objetiva-se analisar os limites/possibilidades evidentes no processo de [re]construção dos PPP das Escolas Municipais de Santa Maria-RS, em sua interlocução com o Conselho Municipal de Educação (CME). Metodologicamente, constitui-se uma pesquisa participante de abordagem qualitativa, em andamento, com base na análise de documentos e de entrevistas semi-estruturadas com os gestores das Escolas Municipais de Santa Maria e CME. A pesquisa está relacionada às dificuldades que as comunidades escolares tem quanto a fundamentar, organizar e articular seus PPP considerando os preceitos teórico-legais das políticas educacionais e de gestão democrática. Destaca-se que os resultados parciais relacionam-se a [re]significar e [re]articular o processo de construção do PPP, a partir do que sinalizam os pesquisados acerca dos limites e possibilidades nas respectivas realidades, na perspectiva de que o PPP delineia aspectos subjacentes a realidade escolar, seus princípios, aspectos teórico-legais, intenções e prioridades e que requer ações educacionais concretas no sentido de ser vivenciado e [re]construído em todos os momentos pelos envolvidos com o trabalho educativo da escola. Sua [re]construção exige um trabalho democrático, coletivo, participativo, responsável, competente e colaborativo entre escola, secretaria e conselho municipal de educação, sendo que seu sentido empírico está, justamente, na capacidade de interlocução desse plano norteador da escola com as políticas públicas nacionais e locais, assim como sua implementação no cotidiano da escola, o que, certamente, fortalece a conjuntura da educação municipal.

**Escola democrática no Brasil? Políticas públicas e conselhos municipais de educação – discursos e confluências.** E3 (135), Joacir Marques da Costa, Andreisa Goulart de Mello, Ticiane Arruda da Silva e Marilene Gabriel Dalla Corte

Abstract: A organização da gestão da educação no Brasil pressupõe políticas públicas ancoradas no regime de colaboração entre União, Estados e Municípios. Nesse processo colaborativo, um importante órgão colegiado é o conselho municipal de educação (CME). Historicamente o CME foi constituindo-se mediante lutas políticas e, a partir da Constituição Federal (1988) e da Lei 9.394/96, passou a [re]articular-se mediante princípios democráticos, com mais autonomia em municípios que constituem sistemas municipais de ensino (SME). Essa possibilidade [re]definiu a dinâmica entre SME e CME que passaram a ser propositores de políticas públicas e, nesse

sentido, definidores de projetos e ações que podem ou não desencadear cenários educacionais democráticos. Ademais, objetiva-se nesse artigo analisar discursos produzidos por conselheiros de educação acerca da inter-relação entre princípios e mecanismos de democratização no cenário da escola pública. Os sujeitos pesquisados são os cursistas partícipes da 3ª edição do Programa de Formação Continuada de Conselheiros Municipais de Educação (Pró-Conselho) do Rio Grande do Sul (RS), visando o fortalecimento dos CME, assim como democratização da gestão educacional e escolar nas Redes e SME. A pesquisa ancora-se em aspectos teórico-metodológicos do estudo de caso de abordagem qualitativa, a partir de subsídios teórico-legais e dados produzidos no âmbito de um Observatório de Educação (OBEDUC) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Apreende-se, a partir da análise conjuntural realizada, que “escola”, “democracia” e “escola democrática” são expressões polissêmicas, atravessadas por discursos advindos de distintos contextos sociais. Compreende-se que o trabalho dos conselhos torna-se relevante na gestão municipal, já que suas ações estão balizadas em princípios de autonomia, descentralização e participação democrática, o que desdobra-se em mecanismos de democratização ou não das instituições escolares.

### **EIXO 3**

#### **PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E A NOVA GESTÃO PÚBLICA NA ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL**

[3 OUT: 09,00/11,00; SALA 2064; MESA 3.6]

**Os contornos de um novo modelos de gestão da educação: A governança democrático em debate.** E3 (191), Taís Schmitz

**Abstract:** O presente ensaio pretende analisar os meandros da gestão educacional como um processo histórico, constituído e implementado dentro de uma política educacional vigente no Brasil. A proposta deste centra-se na análise dessa gestão, a partir da possibilidade de reconfiguração do seu conceito. Há três bases teórico-conceituais que orientam este trabalho: o conceito de governança, a discussão sobre o papel dos Estados no tocante a Educação e a literatura relativa ao tema da influência das instituições no desempenho da Gestão da Educação Básica. Optou-se por centrar o estudo na questão dos antecedentes históricos-políticos da gestão, problematizando em que medida estamos vivenciando a reconfiguração do conceito de gestão da educação, bem como à naturalização do discurso da Governança Democrática sob a roupagem de Gestão Democrática e seus eventuais impactos nos processos de gestão da educação brasileira. Essa percepção aponta intencionalmente para uma nova visão de organização escolar, por meio da qual a escola passa a ser concebida, ela mesma, como uma cultura. É por meio desse processo que a unidade escolar é, ao mesmo tempo, reprodutora das normas e determinações e criadora de seu próprio repertório de normas e valores, numa dinâmica realidade política contínua, que constrói e reconstrói a política da gestão. Dessa forma, estamos vivenciando uma adequação dos mecanismos da Gestão Democrática para implantação da Governança Democrática, voltada para o produto ou para o mercado, a qual ao invés de objetivar a colaboração e a melhoria da qualidade social e da equidade, numa concepção rawlseana da escola pública, consolida estratégias que incentivam a competição entre estas escolas, fazendo com que cada vez mais as diferenças sejam ampliadas.

**Planejamento gerencial, gestão pública e as políticas educacionais no Brasil.** E3 (182), Alda Castro

Abstract: O trabalho analisa a articulação entre o planejamento governamental e a gestão pública como essenciais para as políticas educacionais. É um trabalho de pesquisa bibliográfica e documental, que tem como pressuposto que as concepções de planejamento e gestão devem ser entendidas como estando articuladas às diferentes concepções de Estado. Nem sempre as duas dimensões andaram lado a lado, havendo sempre uma primazia alternada entre planejamento e gestão. A partir de 1990 o tipo de planejamento que se buscou implementar no Brasil, objetivava transformar a atividade governamental em processo contínuo da ação estatal e o principal problema estaria na redução do planejamento à curto e médio prazo. Em um contexto neoliberal, a função “planejamento” foi se esvaziando de conteúdo político estratégico, e foi convertido em Planos Plurianuais de quatro anos, passando a gestão a assumir a primazia sobre o planejamento. Esse movimento é chamado de Nova Gestão Pública Gerencial. Busca aproximar as formas de produção do setor público com as do setor privado. Trata-se de uma orientação voltada à busca de eficiência e à redução do gasto público. As diretrizes gerenciais da Nova Gestão Pública são incorporadas aos principais instrumentos de planejamento educacional, entre elas, o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e o Plano de Ações Articuladas. É necessário reconhecer a relevância desses Planos, enquanto instrumentos necessários ao estabelecimento de diagnósticos, objetivos, monitoramento e avaliação. Observa-se uma redução do papel do Estado quanto à sua atuação na condução das políticas ao tempo em que aumenta a sua função de regulador, assumindo uma postura de indutor de política que são planejadas centralmente.

**As políticas educacionais dos anos 2000: uma análise do planejamento e gestão educacional no Brasil.** E3(184), Jailda Santos e Luciane Terra dos Santos Garcia

Abstract: O trabalho consiste em uma análise teórica que tem como objetivo discutir alguns aspectos do contexto que deu forma as novas políticas de planejamento e gestão da educação brasileira. Para tal, realiza-se uma análise da literatura e documental partindo da reforma educacional dos anos 90, quando o país passou por um profundo processo de reajustes visando se adequar aos moldes de uma nova ordem mundial, dominada pela lógica do mercado e pela implementação de políticas neoliberais que refletiram diretamente no campo educacional. Percebe-se nesse período uma primazia da gestão sobre o planejamento, com ênfase na estabilização monetária e racionalização dos gastos públicos, buscando aproximar os sistemas de ensino dos critérios próprios do campo da racionalidade econômica. Fundamentado em um referencial teórico da política educacional, com base em discussões realizadas por Dermeval Saviani, Pablo Gentili, José Celso Cardoso Jr. e vários outros, destaca algumas ambiguidades nos termos explícitos em documentos oficiais que institucionalizam a política implementada, onde a descentralização aparece como sinônimo de desconcentração física e territorial e não como transferência de poder decisório da instância central para as demais. Por fim, analisa-se o contexto de implementação das atuais políticas educacionais a partir do Plano Nacional de Educação – PNE, que estabelece diretrizes, metas e estratégias a serem concretizadas no campo da educação, apresentando algumas conclusões do estudo onde se vê a tendência crescente de municipalização do ensino e a consolidação das novas formas de planejamento e gestão no âmbito local, por meio dos Planos de Ações Articuladas – PAR, Planos Municipais de Educação e Projetos Político-Pedagógicos das Escolas.

**Gestão gerencial e gestão democrática no programa nacional escola de gestores.** E3 (112), Maria José Ferreira Ruiz, Anieli Sandaniel e Eliane Cleide Silva Czernisz

Abstract: No Brasil, os trabalhadores da educação, com o findar do período ditatorial (1964-1985), incluíram em suas pautas de lutas a democratização da gestão da coisa pública. O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e Gratuita foi um importante espaço de discussões que possibilitou que a gestão democrática fosse incluída nos projetos de leis que vieram a dar origem à Constituição Federal Brasileira (1988) e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96). A gestão democrática também foi inserida nos Planos Nacionais de Educação (Lei 10.172/2001 e Lei 13.005/2014). Contudo, este processo ocorre paralelamente ao avanço do neoliberalismo no Brasil, que embasa o processo de Reforma do Estado. A modernização do Estado defende que a gestão burocrática deve ser substituída por uma gestão gerencial, nos moldes das empresas privadas (ARAUJO; CASTRO, 2011). A gestão gerencial, amplamente divulgada no Plano Diretor da Reforma do Estado (PEREIRA, 1995), se caracteriza pela ênfase nos resultados, pela meritocracia, pela competição e pela desconcentração. A partir da modernização do Estado, existe a ideia de que para melhorar a educação pública é necessário modernizar também a gestão escolar. Diante disso, atualmente, o Ministério da Educação vem instituindo políticas e programas que visam à melhoria da formação dos gestores escolares. Um destes programas é o Programa Nacional Escola de Gestores (PNEG). Tendo isso em vista, problematizamos em nossos estudos sobre a concepção de gestão presente nestas políticas e programas. O objetivo do texto é apresentar os diferentes modelos de gestão escolar; discutir as políticas de formação continuada para a gestão escolar e, finalmente; analisar pesquisas acadêmicas desenvolvidas sobre o PNEG. O procedimento metodológico é a pesquisa bibliográfica e documental. Conclui que a gestão gerencial e a gestão democrática se apresentam de forma ambígua nos documentos normativos e no processo de implementação do PNEG.

**Nova Gestão Pública e a ênfase nos resultados: reflexões sobre a atual gestão educacional brasileira.** E3 (177), Daniela Terto e Alda Castro

Abstract: O artigo é resultado de uma pesquisa bibliográfica que tem por objetivo compreender os desdobramentos da Nova Gestão Pública (NGP) na gestão educacional brasileira, principalmente no que diz respeito à gestão orientada para resultados. No Brasil, a adoção da NGP está fundamentada nos princípios da reforma do Estado vivenciada, notadamente, na década de 1990, em um contexto internacional de mudanças sociais, econômicas e políticas. Nessa configuração, o Estado assumiu nova função redimensionada pelas políticas neoliberais, deixando de ser executor de ações para controlar e avaliar as políticas públicas. Este modelo de gestão demarcou espaço no campo educacional, orientando uma série de reformas implementadas em diversos países, particularmente no Brasil, as quais visavam modernizar a administração educacional. Conforme assinala Lima (2011), o discurso da modernização está, todavia, relacionado ao estabelecimento de uma racionalidade tecnocrática e econômica que garanta mais eficácia e eficiência às políticas educativas. Nessa perspectiva, para obter a qualidade do ensino, seria necessário focar a gestão educacional nos resultados, em detrimento do processo. O estudo conclui que, diferentemente da linha de produção de uma fábrica, na escola, a garantia de um bom produto só pode acontecer garantindo-se um bom processo. Assim, a gestão educacional, quando focada apenas nos resultados finais, sem análise da realidade educacional em suas diferentes dimensões e processos, pode resultar em conclusões equivocadas e trazer consequências negativas para os profissionais da educação, no cotidiano escolar.

**A governação da educação: redes e lógicas de ação.** E3 (178), Emília Vilarinho e Esmeraldina Veloso

Abstract: Nesta comunicação analisamos dados preliminares recolhidos na primeira fase do projeto, Reformas do Estado, políticas públicas e educação ao longo da vida: novas geografias e desigualdades socioeducativas, em curso no Centro de Investigação em Educação da Universidade do Minho. Este projeto mobiliza o conhecimento produzido no campo da análise sociológica das políticas educativas e da sociologia da educação para compreender as novas estratégias do pós-Estado providência de regulação e governação da educação, o papel da sociedade civil (Mercado e Comunidade) nestes processos e as implicações destas mudanças na criação e gestão das desigualdades sociais e educativas. A partir de um conjunto de entrevistas semi-estruturadas (e exploratórias) a responsáveis de um conjunto de instituições educativas não-escolares e escolares, públicas e privadas das regiões de Braga e de Faro, discutiremos algumas dimensões do objeto de estudo do projeto: (i) Processos e dinâmicas de constituição dos domínios público e privado, das suas relações (interações), atores e metamorfoses em educação; (ii) Atores, processos e dinâmicas de constituição de relações e intersecções entre educação formal e não-formal. Assim, apresentamos uma caracterização das redes constituídas ao nível local entre escolas públicas e instituições e entidades privadas para assegurar a governação da educação e prover projetos de educação escolar e não-escolar, identificando os seus atores e cursos de acção envolvidos. Analisa-se a génese e a composição (Lima, 2007) das redes, as parcerias estabelecidas (Rodrigues & Stoer, 1998) e discute-se as lógicas de justificação e as racionalidades dos atores e entidades em interação. Tenta-se compreender a especificidade de cada contexto educativo (escolar e não escolar) para analisar a possível correspondência de lógicas de ação particulares a cada um desses contextos. Problematisa-se de que forma as redes constituídas estão (ou não) a reforçar o espaço público de educação.

**EIXO 4**

**ESCOLA PÚBLICA, POLÍTICAS DE ESCOLHA E DESIGUALDADES EM EDUCAÇÃO**

[1 OUT: 14,30/16,30; SALA 2064; MESA 4.1]

**“Se essa rua, se essa rua fosse minha...” infância, direito e educação em espaços de vulnerabilidade social.** E4 (8), Roberto Sanches Mubarak Sobrinho

Abstract: O presente artigo tem como objetivo central refletir sobre o direito das crianças à educação e os diversos diplomas jurídicos, elencados a partir da Constituição Federal Brasileira de 1988, que salvaguardam esses direitos para as crianças em situações de vulnerabilidade social, tomando-se como referência uma pesquisa que visa uma interface entre as áreas da Educação e do Direito, realizada por um grupo de pesquisadores da Universidade do Estado do Amazonas-UEA, coordenada por este pesquisador e que envolve professores, mestrandos e graduandos. O foco deste texto, que representa um desdobramento inicial da pesquisa, caracteriza-se por ser uma análise documental a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB, lei 9394/96 e do Plano Nacional de Educação- PNE, lei 13.005/2014, na qual buscamos compreender nesses diplomas legais os “discursos” da garantia de acesso às crianças ao sistema educacional brasileiro, sua aplicabilidade no município de Manaus-Amazons, bem como identificar as políticas de atendimento às crianças em situações de vulnerabilidade social, e como essa garantia

constitucional do atendimento à educação tem ocorrido na cidade de Manaus. O texto representa esse primeiro panorama que se completará no decorrer da pesquisa com a perspectiva das crianças sobre os espaços de atendimento e as distintas formas de como a educação escolar ocorre para esse grupo social da infância.

**Os exames do 4º ano no quotidiano das crianças: testemunhos dos actores educativos no campo dos media E4 (15),** Manuela Ferreira, Ana Diogo e Benedita Portugal Melo

Abstract: No ano lectivo 2012/2013, Portugal reintroduziu os exames nacionais no 4º ano de escolaridade, trinta e nove anos depois de estes terem sido extintos do sistema educativo português. Se há já um conjunto de pesquisas que têm estudado os efeitos da implementação dos exames nas práticas lectivas dos professores do ensino secundário, nas estratégias familiares de investimento no sucesso escolar dos filhos, e no relacionamento dos jovens com a escola (Antunes 2010; Neves, 2014; Torres, 2014), nada se sabe ainda a respeito das consequências da introdução dos exames no quotidiano dos docentes, famílias e crianças do 1º ciclo. Esta comunicação apresentará resultados de diversas fontes documentais electrónicas como o objectivo de analisar os efeitos dos exames do 4º ano no quotidiano das crianças, no que respeita à sua relação com o trabalho escolar, tempos de lazer e vida familiar. A partir da análise da voz, em direto, de professores, pais e crianças, em documentos eletrónicos (reportagens televisivas e radiofónicas divulgados na internet, assim como blogues), foi possível detetar diferentes discursos e práticas que se situam entre duas lógicas polarizadas: por um lado, uma lógica centrada no ofício de criança (Sirota, 2006) que privilegia a criança enquanto personalidade infantil em desenvolvimento que cabe às agências de socialização potenciar (Ariès, 1978), e por outro, uma lógica instrumental, centrada na criança-aluno e nos resultados académicos (Perrenoud, 1994). As nossas conclusões salientarão como (a) pais, professores e crianças se situam face a estes dois pólos, enquanto tipos ideais; b) como estes pólos são potencialmente geradores de tensões e levam estes indivíduos a construir lógicas compósitas de justificação das suas representações e acções; c) como as crianças transitam entre os papéis de criança-inocência e aluno-eficaz.

**O governo da infância no filme como estrelas na terra. E4 (157),** Luiza Monteiro e Sônia Maria Rodrigues

Abstract: O objetivo do texto é analisar os modos de governo da conduta da infância, pela escola e pela família, no filme “Como Estrelas na Terra” do diretor indiano Aamir Khan (2007), com o intuito de dar visibilidade aos mecanismos de poder e saber, que produzem a mortificação da dimensão poética da infância, de que trata Carlos Drummond de Andrade em seu texto A educação do ser poético. No enredo é possível identificar a mortificação do “poeta” Ishan, a perda de um estado de infância que poderia ser considerado como um tempo de formação, de experiência estética. O diretor nos implica em uma narrativa cujo personagem principal se encontra em planos temporais diferenciados dos demais personagens. Essa diferenciação temporal nos mostra um Ishan em “estado de poesia”, o seu “tempo” é bem diferenciado em relação ao dos outros: do seu pai, mãe e irmão. Isso é mostrado por meio de um clipe com a música Maa, de Shankar Ehsaan Loy que narra a correria da família com os afazeres domésticos, com o trabalho e estudos, em contrapartida ao modo como Ishan lida com o seu cotidiano, em estado de infância. O diretor retarda, em câmera lenta, esse tempo de Ishan, o ritmo é outro. E na escola não é diferente. A cena inicial do filme situa a posição de Ishan na escola. Uma profusão de números e letras que se entrecruzam na tela, ao mesmo tempo em que professores ditam notas de cada aluno. No momento em que são ditadas as notas de Ishan que não são boas, em relação ao quadro de valores da escola, há um barulho de uma campainha que destaca a sua diferença, nos termos de Foucault, a sua “anormalidade”. O filme subverte o discurso classificatório daqueles que

concebem a diferença como inferioridade, considerando, por exemplo, a categoria infância que carrega o sentido etimológico do não lugar, da não fala, historicamente inferiorizada na relação com o adulto. Ao enfatizar os modos de produção do sujeito nas instituições da modernidade, apresenta os de mortificação e libertação do sujeito.

**Infância, educação e direitos: um estudo com crianças nas feiras de Manaus.** E4 (31), Evelyn Lauria Noronha

**Abstract:** O artigo evidencia os resultados da tese de doutoramento intitulada: As crianças perambulantes-trabalhadoras, trabalhadoras-perambulantes nas feiras de Manaus: um olhar a partir da Sociologia da Infância teve como objetivo investigar e analisar a imagem da infância que circula nas feiras de Manaus, a partir de um estudo etnográfico em algumas feiras e mercado de Manaus, no Estado do Amazonas, Brasil e se objetivou, ainda, compreender em que medida isto torna natural o trabalho das crianças. O eixo norteador para uma (re) discussão dos resultados em 2015 está numa tentativa de refletir sobre os efeitos da globalização para a infância e ressaltar o papel da escola no sentido de defender e disseminar o efetivo direitos das crianças, enquanto, prioridade central. A observação e entrevistas contou com a participação de crianças, feirantes e Conselheiros Tutelares. Com as crianças foram feitas entrevistas informais não-estruturadas e em sua maioria gravadas. Com os adultos (feirantes e Conselheiros Tutelares), foram realizadas entrevistas formais estruturadas, com perguntas abertas. A amostra utilizada na análise foi composta por 117 feirantes distribuídos em diferentes feiras da cidade de Manaus – AM e por 20 conselheiros tutelares, dentre os quais foi escolhido um Conselho de cada região geográfica onde se localizava a feira. Desta análise, realizou-se um trabalho estatístico. A análise dos dados obtidos demonstrou que as piores formas de trabalho das crianças nas feiras fazem parte de um modo de compreender a infância pobre e de uma moldagem do próprio sistema e de suas relações com a pobreza. Evidencia-se que é necessário colocar a infância no centro de debates, garantindo a participação das crianças trabalhadoras enquanto sujeitos de direitos, no exercício da cidadania e na escuta das crianças.

**Ensino primário rural nas políticas públicas em Minas Gerais no período republicano (1899 a 1924).** E4 (18), Josemir Barros

**Abstract:** O presente texto aborda as políticas públicas e a situação de escolas de instrução pública primária rural em Minas Gerais - Brasil no início do período republicano. A pesquisa versa sobre a história da educação rural e traz como marco temporal a lei 281 de 16 de setembro de 1899 que excluiu a denominação de escolas rurais do processo de organização da instrução pública primária. Já o ano de 1924, o decreto 6.655, de 19 de agosto instituiu o novo regulamento do ensino primário em Minas Gerais. O objetivo da investigação foi analisar as propostas de educação primária no meio rural destinadas à população carente e seus vínculos com o processo de produção capitalista. Tivemos como indagação: as políticas de organização da escola mineira destinavam recursos financeiros suficientes às necessidades das escolas rurais? De acordo com Carvalho (1989) a escola da República foi o emblema da instauração da nova ordem, agora republicana. A nova proposta de ensino permeava a chamada modernidade. Para Paula (2000) uma emergência frente a necessidade de instituir valores, concepções e atitudes. Uma escola do progresso e para o progresso. Ressalta-se que a política pública vista por uma das ótica do poder público pode ser mencionada como assegura Faleiros (2006) na condição de um arranjo. Em termos metodológicos a investigação priorizou fontes documentais diversas. Dentre elas destaca-se relatórios de instrução, termos de visitas, correspondências e mensagens dos presidentes. Parte do acervo foi acessado no arquivo público mineiro. A investigação permitiu constatar as mazelas nas quais o ensino público primário rural se encontrava. Na escola faltava tudo, desde a

própria aula até o mobiliário básico. A pesquisa contou com apoio financeiro da FAPEMIG e CAPES/CNPq.

**Transição dos Jovens e Adultos do Trabalho para a Escola.** E4 (36), Tatiana Rachel Andrade de Paiva and Marco Antônio Cavalcanti da Rocha Júnior

**Abstract:** O Brasil tem um elevado percentual de insucesso e abandono escolar de jovens no Ensino Médio, sendo que, a maioria destes jovens é oriunda de famílias pobres, cujos pais possuem pouca escolaridade e, embora esse número venha decrescendo nos últimos anos, os índices ainda são consideravelmente altos, estando, por vezes, relacionados com a transição precoce dos jovens da escola para o trabalho. Porém, muitos destes jovens fazem a transição inversa, ou seja, a transição do trabalho para a escola, contudo, ao regressarem à escola encontram-se desfasados na relação idade/nível de ensino. Como os jovens em transição do trabalho para a escola não se enquadram no perfil do aluno “padrão”, é necessário atentar para a sua individualidade, o contexto social em que estão inseridos e o papel da escola nesta problemática, buscando compreender os possíveis conflitos que podem permear esta fase de transição. Entretanto, será que esses conflitos são suscetíveis de serem observados nos jovens em tais condições? E, que expectativas nutrem ao regressarem a escola? Estes são alguns questionamentos que impulsionaram este estudo, que traz uma abordagem sociológica com os contributos de Banks (1992), Carvalho (1998) e Guerreiro (2007) sobre os diversos contextos sociais, culturais e econômicas destes jovens, bem como, o enfoque psicológico do construcionismo social segundo os contibutos de Gergem (1985). Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com aplicação de questionários abertos, tendo como participantes jovens que passaram e/ou estão passando pela transição do mercado de trabalho para a escola, na cidade de Natal RN, com intuito refletir sobre esta problemática considerando as perspectivas dos participantes. A análise descritiva dos resultados apontou que o valor que a educação escolar pode ter para estes jovens, transcende a aquisição de conhecimentos, estes, aspiram conquistas que dizem respeito a sua autoimagem e interações sociais.

**O local na escola e a escola no local: tensões e desafios** E4 (12), Marisa Silva, Helena Araújo e Sofia Marques da Silva

**Abstract:** A literatura nacional (Araújo et al, 2012) e internacional (Hadfield et al 2006; Chapman et al, 2007; Muijs, 2008; Ainscow et al, 2006) reconhecem as potencialidades do trabalho em rede na educação, particularmente em contextos socialmente vulneráveis. Esta premissa foi a alavanca para o desenvolvimento de um projeto de doutoramento que coloca em cena 39 dos 42 Territórios Educativos de Intervenção Prioritária da zona norte do país (Braga, Vila Real, Bragança, Viana do Castelo e Porto), através de entrevistas semiestruturadas a directores/as de escola e docentes coordenadores/as do projeto educativo, conhecendo as suas realidades educativas, e qual o lugar do trabalho em rede nestes contextos. Embora o foco central deste trabalho seja o trabalho em rede, para esta comunicação iremos centrar a abordagem na análise de 39 entrevistas a directores/as de escola TEIP, refletindo nos desafios que se colocam às escolas hoje e de que forma respondem as escolas às novas solicitações? Onde começa e termina a intervenção da escola? E o projeto TEIP, será uma resposta para escolas enquadradas em territórios educativos de demarcada vulnerabilidade social? Que vantagens e constrangimentos? O trabalho em rede com o exterior, em particular com a comunidade e as instituições locais afigura-se como uma necessidade (e até obrigação) das escolas, para fazer face às novas solicitações, em particular as de índole social. O projeto TEIP surge, essencialmente, como uma oportunidade das escolas angariarem mais recursos (particularmente humanos), e com isto sentirem-se mais capazes de lidar com os desafios que o contexto social em que estão inseridas impõe. Os/as atores/as



assumem que a escola deve compensar as falhas da sociedade, da família. É neste panorama de uma educação compensatória que o trabalho em rede se apresenta como uma estratégia de acção que permite uma intervenção mais abrangente das escolas, uma educação fora dos muros da escola.

## **EIXO 4**

### **ESCOLA PÚBLICA, POLÍTICAS DE ESCOLHA E DESIGUALDADES EM EDUCAÇÃO**

[1 OUT: 16,45/18,45; AUDITÓRIO MULTIMÉDIA; MESA 4.2]

**A dimensão socioeducativa da escola: o papel da Educação Social na relação com as famílias e a comunidade** E4 (25), Paulo Delgado, Fátima Correia, Sílvia Azevedo and Teresa Martins

**Abstract:** O projeto político para a escola pública, assente nos valores da democracia e da justiça, só se concretiza na sua plenitude quando todos os/as estudantes têm possibilidade de superar os obstáculos que impedem ou dificultam o seu sucesso educativo. As tensões sociais, a diversidade cultural e a desigualdade enraizada, que se auto alimenta num discurso culpabilizador que privilegia as competências e diferenças individuais, geram processos de exclusão que só se podem resolver questionando os valores neoliberais predominantes e defendendo a participação no contexto escolar, na construção de uma cidadania ativa. A Educação Social/Pedagogia Social promove intervenções educativas em contextos sociais, como os escolares, e pode desenvolver uma nova articulação entre a escola e os seus alunos/as, entre a escola e as famílias, no respeito pelas responsabilidades de cada uma, e entre a escola e as instituições da comunidade, garantindo a cumplicidade entre o centro educativo e o tecido social. Este texto procura refletir sobre as funções que o educador social pode desempenhar na e com a escola, um trabalho de cooperação em equipa, de modo a contribuir para a promoção dos valores cívicos e sociais, e para a integração de cada um/a e de todos. Entre aquelas funções podemos referir, nomeadamente, a mediação de conflitos, a relação com as famílias, o combate ao absentismo, a formação dos pais e a promoção das suas competências parentais, a antecipação ou resolução de casos de bullying ou violência, a organização e desenvolvimento de atividades recreativas e culturais, a relação com a comunidade, de modo a promover o aproveitamento dos recursos do contexto, o desenvolvimento de programas de integração e de convivência, nomeadamente de minorias, de modo a promover nexos de união entre o que acontece dentro e fora da escola.

**A (in)visibilidade na escola rural na produção académica portuguesa.** E4 (45), Renilton Cruz

**Abstract:** O artigo discute a quase invisibilidade que a escola instalada em meio rural tem para os estudos de caráter académico em Portugal. A pesquisa ocorre através de estudo bibliográfico centrado em 10 das principais revistas científicas portuguesas cujo foco se direciona à educação e no levantamento das teses e dissertações produzidas nas principais Universidades do País. Embora exista produção científica centrada no contexto rural e suas relações sócio-culturais, onde a educação escolar aparece, direta ou indiretamente, focada desde meados dos anos de 1980 com Madureira Pinto (1995), passando por Stoer e Araújo (1992) e Canário (1995) até o chegar ao final dos anos de 1990 com Sarmiento et al. (1998), a produção académica disposta a enfrentar a problemáticas da escola em meio rural e seus sujeitos não ocorreu a altura da

importância social, cultural e econômica do meio rural português. Os dados levantados possibilitam perceber por um lado, a crescente invisibilidade da escola rural por parte da produção acadêmica e dos periódicos especializados em educação em Portugal, fato que, consequentemente, pode refletir negativamente na formação dos novos docentes e pesquisadores, pois a escassez de estudos dificulta a introdução consistente da problemática em questão nos cursos de formação inicial de docentes e, por outro, a inexistência de força social atrelada aos interesses dos sujeitos do meio rural capaz de fazer a academia voltar o olhar à escola que atende a população local.

**Trabalho e educação na perspectiva dos jovens egressos da escola de ensino médio rural.**  
E4 (46), Renilton Cruz, Renata Cunha e Waldeyzi Willock

**Abstract:** A educação das populações do campo sempre esteve à margem do debate educacional do país. Por isso, a escola sempre foi escassa, os docentes pouco qualificados e os recursos didáticos praticamente inexistentes. Os jovens que concluem a educação básica em escolas rurais quase sempre buscam o meio urbano como ancoradouro de um futuro profissional seguro e menos penoso. Nesse sentido, o trabalho ora apresentado coloca em relevo a juventude do campo e sua relação com a escola de ensino médio e com o mundo do trabalho. Os dados que sustentam as análises foram levantados em um Estudo de Caso realizado na zona rural do município de Igarapé-Açu, no nordeste do Pará, tendo como sujeitos informantes jovens de ambos os sexos egressos da escola de ensino médio da localidade onde vivem. O estudo buscou traçar o perfil desses jovens e analisar sua relação e seu posicionamento diante do mundo do trabalho. Verifica-se que, de um modo geral, os jovens estão satisfeitos com o ensino que recebem, embora ele não estreite relações com o mundo rural. Poucos são os que querem exercer a profissão de agricultores e muitos são os que saíram ou sairão da comunidade onde moram em busca de melhores condições de vida, sendo que para alguns a vida e o trabalho urbano nem sempre signifique uma vida melhor.

**A eficácia do programa TEIP: uma análise dos alunos com melhores e piores resultados escolares.** E4 (67), Tiago Neves, Gil Nata, José Pedro Amorim e Helder Ferraz.

**Abstract:** O Programa TEIP tem como um dos seus principais objectivos a promoção do sucesso escolar dos alunos. Os resultados nos exames nacionais constituem uma forma de aferição do sucesso escolar. Sugerimos que uma forma de aferir a eficácia do programa TEIP consiste em medir a evolução dos diferenciais dos resultados nos exames nacionais entre os alunos de escolas TEIP e não-TEIP. A nossa análise, que estuda os resultados nas escolas ao longo de 13 anos (i.e., durante o período pré- e pós-TEIP), mostra que o programa TEIP não tem contribuído para esbater o diferencial nos resultados nos exames nacionais. O que nos propomos aqui apresentar é uma análise mais detalhada, separando os estudantes com melhores e piores resultados, de forma a verificar se o programa tem uma eficácia diferencial nestes diferentes grupos. A análise é realizada sobre as bases de dados disponibilizadas pelo Júri Nacional de Exames para os exames nacionais do fim do ensino secundário.

**Políticas de inclusão: uma reflexão a partir dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária.** E4 (90), Carla Cibebe Figueiredo

**Abstract:** Esta comunicação tem por objectivo efectuar uma reflexão sobre a narrativa global de inclusão social que tem envolvido a política pública de discriminação positiva (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária 2 e 3). No âmbito da análise cognitiva das políticas públicas presta-se especial atenção à retórica discursiva que está no cerne da construção das políticas, envolvendo ideias que se vão sublinhando e ganhando corpo pela intervenção de vários actores sociais. A forma como os problemas se equacionam e geram acção em cada agrupamento que se

se inclui no programa, reflecte também a forma como o programa é descrito e vivido em cada um deles. É, contudo, importante questionar se há de facto essa resposta autónoma no quadro de uma aprendizagem organizacional importante ou apenas uma mera transferência de respostas já ensaiadas noutros locais, disseminadas como “boas práticas” ou até “velhas práticas” que assumem novas designações ou se encaixam apenas num novo discurso. Esta reflexão decorre essencialmente da nossa experiência profissional como perita externa desde 2009 (em 5 agrupamentos TEIP) e dos exercícios de distanciamento que ao longo dos anos fomos fazendo através de alguns trabalhos de pesquisa, designadamente ouvindo alguns actores chave da acção pública.

#### **Concepção de Sustentabilidade e as práticas de professores em formação inicial nas áreas rurais degradadas no Amazonas. E4 (200), Ademar Santos e Jascqueson Oliveira**

**Abstract** Essa investigação teve a finalidade de verificar a concepção política de sustentabilidade na educação e as práticas escolares de inclusão de professores em formação de escolas públicas da zona rural do Amazonas. Perrenoud (2008), afirma que a prática reflexiva como seu nome indica, é uma prática cujo domínio é conquistado mediante a prática. Para Saviani (2011), a prática pedagógica é uma prática social, no intuito de atingir a democratização do saber. A iniciativa por realizar a investigação se deu a partir de nossas experiências como docentes, ministrando aulas e orientando projetos de conclusão de curso de professores das escolas públicas da zona rural, em cursos de licenciaturas. Ao constatar as desigualdades por parte do poder público, no tratamento e atendimento as demandas da escola, dos estudantes e dos professores. O cenário apresentado nos sensibilizou a verificar as práticas escolares de inclusão ou exclusão dos professores no contexto do ambiente de ensino aprendizagem da escola (Morin, 2007). Trata-se de uma investigação de estudo de caso, de abordagem qualitativa, com investigação bibliográfica, documental e de campo (Coutinho, 2014), onde se utilizará como instrumento de recolha de dados, técnicas de observação; instrumentos de questionários com questões fechadas (Dias, 2010). A forma como se apresentava o problema das políticas públicas, inclusão e exclusão nas escolas da zona rural, nos potencializam a utilizar o Método Dialético como paradigma reflexivo desse estudo (Coutinho, 2014). Para isso, os dados do estudo estão em processo de análise através da ferramenta WebQDA, para os referidos resultados da investigação ser concluída. Esse estudo é relevante por nos proporcionar entender de forma crítica, futuramente, a concepção de sustentabilidade na educação daqueles professores e as suas práticas educativas de inclusão no ambiente das escolas públicas onde vivem no interior do Estado do Amazonas.

#### **Ensino Secundário Profissionalizante em Cuiabá/MT (1889/1910), E4, Nilce Vieira Campos Ferreira and Antônio Luiz do Nascimento.**

**Abstract:** Ponderamos nessa investigação o percurso do ensino secundário desenvolvido em Cuiabá/MT/Brasil atrelado à concepção governamental do projeto de desenvolvimento iniciado nos primeiros anos republicanos nos quais se impunha a necessidade de conciliar ordem, progresso econômico e social. Objetivamos: a) analisar o ensino secundário desenvolvido em Cuiabá no período em estudo; b) evidenciar e registrar a memória do Liceu Cuiabano, instituição que qualificou jovens para o trabalho. Nesse intuito, percorremos o seguinte itinerário: mensagens presidenciais emitidas entre 1889 e 1910, legislações e regulamentos para o ensino secundário no estado mato-grossense. O estudo abrangeu fontes oficiais depositadas no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR/UFMT), Arquivo Público de Mato Grosso (APMT) e Assembleia Legislativa/MT, além de fontes que não emanam diretamente dos poderes constituídos como os jornais, obras de memorialistas e revistas. Procuramos responder: a) Qual a organização do ensino secundário delegada pelos representantes políticos ao liceu cuiabano? b)

Apreendendo a escola como um serviço central ou local, como os documentos oficiais, regulamentos e artigos de imprensa documentaram o ensino secundário no estado? Ajuizamos que o ensino secundário no Liceu Cuiabano, única escola pública de nível secundário no estado; tornou-se um “instituto preparatório” para habilitar aprendizes que aspiravam aos cursos superiores, uma vez que era o único estabelecimento público a ofertar essa modalidade de ensino no estado mato-grossense. Cabia-lhe ainda preparar a juventude para o regular desempenho profissional fosse para o exercício de empregos públicos fosse para atuarem no magistério oficial ou nas repartições administrativas estaduais.

## **EIXO 4**

### **ESCOLA PÚBLICA, POLÍTICAS DE ESCOLHA E DESIGUALDADES EM EDUCAÇÃO**

[2 OUT: 14,30/16,30; AUDITÓRIO IE (PEQUENO); MESA 4.3]

**As Reformas e os contextos sociais do ensino técnico e profissional em Portugal.** E4 (24), António Pinto, Paulo Delgado e Fernando Diogo

Abstract: Este trabalho pretende questionar as diversas reformas estruturais do ensino técnico e profissional em Portugal, desde a implementação do Estado Novo até ao atual ensino profissional, bem como refletir sobre os contextos políticos, educativos e sociais que as motivaram e a que procuram dar resposta. No estado novo, o liceu é a via de ensino que perspetiva o prosseguimento de estudos, destinado à seleção daquilo a que se chamava “escol dirigente” da nação. O ensino técnico está associado à formação de mão-de-obra especializada, que se valoriza socialmente com a intensificação da atividade económica do pós-guerra. Após o 25 de Abril de 1974, e apesar das diversas mudanças que foram sendo sucessivamente introduzidas no sistema educativo, a dicotomia entre estes dois tipos de escolarização mantém-se. O estatuto do ensino profissional reflete uma contínua desvalorização relativamente ao ensino dos cursos gerais, no que se refere aos conteúdos ministrados, ao grau de exigência, ao perfil dos alunos, aos recursos que recebe e aos resultados que produz. Atualmente este tipo de ensino profissional caracteriza-se por ser um conjunto de formações orientadas para a preparação do mundo do trabalho e o exercício de uma ocupação profissional. Está organizado predominantemente pelo paradigma da descontinuidade, identificando-se preferencialmente com o ambiente profissional e com as necessidades do sistema produtivo, numa correspondência deficitária entre discurso político, os diplomas legais e a implementação das práticas face às novas necessidades do desenvolvimento económico e social. Concluimos com uma reflexão sobre o papel atual que desempenham nas escolas secundárias e os desafios que se colocam para assegurar e promover o seu desenvolvimento futuro.

**O ensino profissional e a questão das desigualdades socioeducativas.** E4 (71), Manuel Silva e Carlos Gomes

Abstract: A presente comunicação integra-se no projeto de investigação designado por Políticas, Governação e Administração da Educação, sub-projecto de investigação intitulado Reformas do Estado, políticas públicas e educação ao longo da vida: novas geografias e desigualdades socioeducativas, em desenvolvimento no Centro de Investigação em Educação do Instituto de Educação da Universidade do Minho. Os dados agora apresentados e analisados foram obtidos através da realização de entrevistas com o diretor, o coordenador do ensino profissional e a

responsável pelo serviço de psicologia e orientação de um Agrupamento Escolar situado numa cidade do norte de Portugal. Por razões éticas e deontológicas relacionados com os procedimentos a seguir na pesquisa científica, atribuiremos designações-código aos entrevistados em questão. Assim, os entrevistados receberão, respectivamente, as designações-código D, SPO e CEP. Através da análise sociológica dos dados – ou seja, dos discursos captados nas entrevistas – procuramos em primeiro lugar, obter e evidenciar informação pertinente e consistente sobre o modo como tem vindo a ser construída a oferta educativa no domínio do ensino profissional no AE em questão, procurando identificar o lugar do local nesse processo de construção da oferta, ou seja, os atores educativos entrevistados e, por seu intermédio, os eventuais parceiros envolvidos no processo. Em segundo lugar, procuraremos discutir o modo como a oferta educativa em análise se situa perante a problemática das desigualdades socioeducativas, legitimando-as ou contribuindo para a construção de uma escola mais democrática.

**Ensino profissional na escola pública: igualdade de oportunidades ou uma outra forma de legitimação das desigualdades? E4 (84), Ângela Oliveira e Manuel Silva**

**Abstract:** A sociedade contemporânea tem sido palco de profundas e significativas alterações políticas, sociais, económicas e tecnológicas, o que tem implicado mudanças significativas no sistema educativo português. Particularmente desde 2004 temos vindo a assistir à expansão e valorização dos cursos profissionais no contexto da oferta educativa de nível secundário e à sua consagração como uma alternativa (que pretende ser hegemónica) face às restantes vias educativas. Pelos motivos acabados de invocar, tem sido nossa intenção compreender de que forma a frequência e a conclusão de um curso profissional de nível secundário se repercute na vida dos jovens e na sua participação na sociedade. Assim, o estudo avaliativo que nos propusemos realizar, e ainda em curso, baseia-se numa abordagem mista, quantitativa e qualitativa. A nossa análise centrar-se-á nos resultados porque a avaliação de impactos é fundamental para captar os efeitos do programa sobre a população-alvo. Optámos por uma amostra aleatória simples, sendo a que se apresenta neste estudo constituída por 105 elementos, tendo o inquérito por questionário sido a técnica de recolha utilizada, por ser aquela que permite obter uma maior amplitude de respostas às mesmas perguntas. O conjunto dos resultados indica que a principal razão da escolha desta via profissionalizante foi concluir o 12.º ano, obter uma qualificação profissional e uma inserção imediata no mercado de trabalho. De um ponto de vista formal as primeiras duas dimensões têm vindo a ser cumpridas, sendo muito problemática a questão da inserção, que continua interdita para muitos e, quando ocorre, é em condições de precariedade múltipla.

**Políticas Públicas de Atendimento da Educação de Jovens e Adultos no Brasil: desafios e potencialidades. E4 (88), Valéria Velis**

**Abstract:** As políticas de atendimento de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no âmbito brasileiro são tensionadas com a problematização do acesso a essa população considerando-as como mero pagamento de dívida social. Diante do exposto questiona-se: Como se estabelecem as políticas públicas de EJA? Há garantia que esse atendimento se configura num projeto de formação integral junto aos jovens, adultos e idosos que procuram esta modalidade de ensino ou apenas como um “favor” no sentido de traduzir as prerrogativas do Estado Mínimo? Assim, este estudo se justifica por possibilitar uma reflexão acerca da ação educativa desenvolvida no sentido de evidenciar se a proposição cumpre com o objetivo de ressignificar a EJA na perspectiva de ir além do pagamento da dívida social. A pesquisa tem como objetivos refletir sobre os desafios e potencialidades das políticas públicas de EJA analisando se a mesma se traduz num projeto de formação integral junto aos que procuram esta modalidade de ensino e analisar como se constitui a política pública de

atendimento de EJA no contexto macro, a nível internacional e nacional e no contexto micro, com foco na gestão democrática. A metodologia de pesquisa a ser utilizada tem uma abordagem qualitativa de cunho interpretativo pois esta apresenta as condições necessárias para que o pesquisador insira-se na dinâmica da realidade social possibilitando uma interpretação dos dados colhidos. Um desafio está posto: como atender a EJA no seu sentido mais amplo: o de educação ao longo da vida. Mesmo diante da conjuntura nacional brasileira posta para a EJA como desenvolver um trabalho de atendimento para esta modalidade de ensino indo na contramão do processo vivido nos municípios, e no país como um todo? Nesse aspecto, o grande desafio é garantir a esse segmento social o acesso à cultura letrada que lhe possibilite uma participação mais ativa no mundo do trabalho, da política e da cultura.

**Ensino Médio Politécnico no Rio Grande do Sul: Política Pública e o Jovem.** E4 (204), Márcia Araújo e Antônio Righes

Abstract: Neste artigo buscam-se descrever, no contexto histórico da Educação Básica Brasileira- Ensino Médio Politécnico, nos anos de 2011 a 2015, quais políticas públicas educacionais fazem parte do cenário de uma escola pública no Estado do Rio Grande do Sul- Brasil, e o perfil dos alunos do ensino médio politécnico. Como referencial teórico apresentar-se-á autores que abordem sobre o assunto, os documentos legais, os estudos teóricos acerca das políticas públicas e também sobre o jovem estudante. A metodologia utilizada para este estudo é quali-quantitativa e descritiva, buscar-se-á dados estatísticos no Instituto Nacional de Pesquisa Anísio Teixeira (INEP) para auxiliar na pesquisa. Atualmente no Brasil buscam-se acabar com o analfabetismo e ampliar-se a escolaridade dos jovens, esperam-se que estes, possam concluir a Escola Básica - o Ensino Médio, para tanto as políticas públicas servem de suporte para atender e legitimar esta necessidade. Este artigo tem apoio do Programa Observatório da Educação, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/Brasil.

**Desigualdades na educação superior brasileira: o ENEM como política de democratização do acesso.** E4 (132), Jonas de Paula Oliveira e Giselle Cristina Martins Real

Abstract: A educação superior no Brasil é ofertada de forma gratuita nas instituições públicas e mesmo sendo considerada um direito social, exclui mais de 75% da população entre 18 e 24 anos. Dessa forma, existem pressões sociais que cobram aumento da oferta de vagas visando à ampliação da oferta pública. Nesse cenário, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) - inicialmente criado em 1998 para avaliar o desempenho dos concluintes do ensino médio - foi reformulado em 2009 e passou a ter como um dos seus objetivos melhorar o acesso à educação superior. Sendo assim, questiona-se nesse trabalho: o uso do ENEM como política pública educacional está diminuindo as desigualdades no acesso à educação superior? Tendo como referencial teórico o ciclo de políticas proposto por Palumbo (1998), a investigação utiliza o método qualitativo com análise documental. Observa-se que a diminuição das desigualdades no acesso à educação superior visando a sua democratização é uma ação política complexa, uma vez que no atual Estado democrático brasileiro existe um conjunto de iniciativas que focalizam esse objetivo, como: a expansão das universidades e institutos federais, que vem criando novas instituições e ampliando as vagas nas instituições públicas; o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), que fornece bolsas de estudos, integrais e parciais, nas instituições privadas, e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que financia as mensalidades de estudantes que não têm condições econômicas para pagar. Infere-se que o ENEM isoladamente não reduz as desigualdades no acesso à educação superior, mas contribui com a ação à medida que facilita o acesso dos candidatos as provas, ao proporcionar gratuidade na taxa de inscrição para alunos oriundos de escolas públicas e, ainda, por ampliar os locais de realização das provas.

## EIXO 4

### ESCOLA PÚBLICA, POLÍTICAS DE ESCOLHA E DESIGUALDADES EM EDUCAÇÃO

[3 OUT: 09,00/11,00; AUDITÓRIO IE (PEQUENO); MESA 4.4]

**Gestão do Fracasso Escolar: A escolarização de jovens pobres no Brasil, um estudo com base na tese de Mônica Peregrino e na teoria de Pierre Bourdieu.** E4 (76), Rosivaldo Pereira de Almeida

Abstract: O trabalho objetiva discutir e refletir sobre o processo de escolarização de jovens pobres no Brasil, no contexto de expansão da escola pública (1970-2010). Entendemos que na medida em que a escola se expandiu às populações pobres, com base no discurso da democratização do ensino, o que se evidenciou foi o descarte dos jovens por meio de mecanismos objetivos e subjetivos de eliminação constantes operados no interior da instituição escolar. Sustentamos a tese de que a escola fracassou ao não atingir os objetivos iniciais no processo de sua expansão: A formação da juventude pobre nos moldes escolares. Assim, ela passou a se constituir nas últimas décadas mais como instituição assistencial e de controle do que instituição de ensino e aprendizagem. Os referenciais teóricos que fundamentam a pesquisa são P. Bourdieu, J. C. Passeron e M. Peregrino a partir da teoria do sistema de ensino como violência simbólica. Nesse sentido concebemos o sistema escolar, como um dos fatores mais eficazes de conservação social, pelo fato de que, durante todo cursus, opera no seu interior mecanismos de eliminação contínua dos alunos pobres, possibilitando, dessa forma, apenas a ascensão social daqueles que tiveram acesso ao capital cultural e um certo ethos, entendido pelo autor como sistema de valores implícitos e interiorizados no seio familiar. A pesquisa é do tipo bibliográfica, na qual analisamos obras clássicas e contemporâneas, bem como teses e dissertações que tratam do tema.

**Efeitos das políticas públicas de inclusão escolar na conduta docente no Brasil.** E4 (107), Alana Cláudia Mohr e Maria Inês Naujorks

Abstract: Este estudo tem como foco os discursos inclusivos veiculados pelo governo federal brasileiro na década de 90 e anos 2000. Utilizando-se de diferentes recursos – mídia impressa, mídia televisiva, informativos, revista ministerial, dentre outros, o governo federal tem divulgado documentos legais, orientações e conteúdos que vêm configurando e reconfigurando a Educação na perspectiva da inclusão escolar e, por consequência, modos de ser docente. Frente a esta constatação, evidenciou-se a necessidade de entender como os professores vêm sendo narrados, subjetivados e produzidos a partir dos discursos da inclusão escolar postos em circulação pelo governo federal. Diante deste contexto, a pesquisa realizada insere-se em uma abordagem pós-estruturalista, articulada com teorizações foucaultianas, tendo como referências principais: Foucault (2008; 2009; 2010); Fischer (2001) e Veiga-Neto (2011). Utiliza a noção de discurso como ferramenta metodológica e toma a governamentalidade e os modos de subjetivação para operarem durante toda a análise da pesquisa. Com a movimentação realizada nos materiais analíticos, foi possível perceber que os discursos em torno da inclusão escolar vêm sendo operacionalizados por uma razão de Estado que torna esse processo um imperativo, conduzindo as condutas docentes e subjetivando os professores a partir da produção de determinadas estratégias discursivas, referentes a: sensibilização, aceitação e conscientização dos professores

em relação à inserção dos alunos com deficiência nas salas regulares de ensino; à responsabilização docente para o sucesso e promoção da inclusão escolar desses alunos; e a capacitação e aperfeiçoamento constante do professor como condição indispensável para a promoção da inclusão. Essas estratégias discursivas são colocadas em funcionamento de maneira a conduzir e governar as condutas produzindo modos de ser docente na contemporaneidade, que vem se configurando em um docente como empreendedor de si.

**A evasão na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia: um estudo inicial.** E4 (125), Janete Santos e Leonor Torres

**Abstract:** A presente investigação é parte integrante do projeto de pesquisa em desenvolvimento para a elaboração da tese de doutoramento. Aporta-se na temática da evasão na educação superior após a utilização do Exame Nacional do Ensino Médio e do Sistema de Seleção Unificada, como mecanismo de acesso às instituições públicas a partir de 2010, tendo como locus da pesquisa a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). O objetivo deste texto é analisar os dados preliminares do levantamento quantitativo da evasão dos estudantes nessa instituição. O embasamento teórico discutirá os conceitos interligados de evasão, fracasso e abandono escolar relacionado ao contexto da educação superior bem como as implicações da globalização para o entendimento do fenômeno. A fundamentação será norteadada pelos estudos Marchesi & Pérez (2004); Tavares & Santiago (2000); Tinto (1993) sobre evasão, fracasso escolar e abandono escolar. Também serão analisados os aspectos influenciadores da evasão a partir dos estudos de Bourdieu & Passeron (2014), Coulon (2008), entre outros. Nesta primeira fase da pesquisa, a abordagem metodológica será fundamentalmente de natureza quantitativa, com recurso ao método do estudo de caso. O estudo focou-se na análise dos verificados no período de 2010 a 2013 e identificou os cursos com maior número de evadidos por semestre letivo, bem como, os cursos de graduação com maior incidência de abandono. Os resultados preliminares apontam que, dos 9.661 estudantes registrados no período, 303 concluíram o curso e 3.713 não estão na instituição o que indica um percentual inicial de 38,43% estudantes evadidos, cujos motivos precisam ser investigados a partir de um enfoque qualitativo

**Projetos não-formais de rádio escolar e o combate às desigualdades em educação.** E4 (172), Rachel Neuberger e José Augusto Palhares

**Abstract:** Neste estudo, trata-se da desigualdade no âmbito escolar, realizando um contraponto entre a sociologia da educação proposta por Pierre Bourdieu & Jean-Claude Passeron (1992), que entendem a escola como uma instituição onde se reproduz a sociedade e a perspectiva menos fatalista de Bernard Lahire (1997, 2002), que defende um “ator plural” e ativo, formado a partir de múltiplas e até divergentes socializações ao longo de sua vida. Buscar-se-á, ainda, discutir, à luz da sociologia da educação não-escolar (Afonso, 2001) - que enfatiza outras formas de educação para além da formal, ou seja, não-formal e informal - qual é o contributo de projetos extracurriculares de rádio escolar no que tange ao combate às desigualdades em educação já que podem proporcionar outras possibilidades de aprendizagens, partindo, geralmente, dos conhecimentos prévios, interesses e necessidades dos envolvidos. As perspectivas aqui destacadas partem de constatações advindas de uma investigação de doutoramento em desenvolvimento pela Universidade do Minho (Portugal), em Ciências da Educação, na área de Sociologia da Educação, que envolve, do ponto de vista empírico: o mapeamento de projetos de rádios escolares tanto no Brasil quanto em Portugal; a aplicação de inquéritos a coordenadores de rádios escolares; a caracterização socioeconômica e de desempenho acadêmico das escolas; além da realização de estudos de caso que contam com entrevistas a diretores, coordenadores de projetos, professores participantes e estudantes, a fim de se conhecer mais a fundo tais



atividades e seus contributos educacionais. De um modo geral, o que se pode observar até o presente momento é que os projetos não-formais de rádio escolar fazem parte das estratégias pedagógicas da escola no sentido de contribuir com o ensino formal/disciplinar, mas de forma mais aberta, participativa, lúdica e personalizada valorizando, assim, aprendizagens significativas.

**Desigualdades de Recursos e de Oportunidades na Educação: um estudo exploratório.** E4 (121), Inês Tavares

**Abstract:** A presente comunicação consiste em analisar as desigualdades de recursos e de oportunidades na Educação, foca-se teoricamente na operacionalização dos conceitos de capital económico e capital cultural de Pierre Bourdieu, em articulação com os de capital social e capital simbólico. Trata-se de um estudo que se propõe cruzar a sociologia da educação com os quadros teóricos da sociologia das classes sociais e da estratificação social na abordagem da mobilidade social e das desigualdades sociais, tendo como instrumentos metodológicos indicadores de desigualdades estatísticas e de medidas de desigualdades, nomeadamente o Coeficiente de Gini, a classe social atual em comparação com a classe social de origem ou comparações entre classes sociais tendo por base o PISA 2012. Nesta comunicação comparam-se realidades nacionais diferentes, de países-tipo como Portugal, Suécia, Brasil, Japão e EUA. Conclui-se que as desigualdades de recursos, manifestas através dos capitais acumulados que os indivíduos possuem, conduzem a desigualdades de oportunidades. Assim, existe uma reprodução social de capitais que conduz a uma imobilidade social, tornando as classes sociais de origem um factor decisivo para o futuro dos indivíduos e sendo a escola um mecanismo para manter esta desigualdade, através da exclusão ou da inclusão em sectores menos reconhecidos. Porém, a escola também pode ser um mecanismo de mobilidade social, através das aprendizagens e qualificações. Surge, então, uma discussão clássica na sociologia da educação em que se perspectivam as teorias da seletividade social do insucesso escolar, inseridas nas teorias da reprodução e a visão meritocrática da escola. Atualmente, embora contraditórias, ambas as teorias são passíveis de verificação empírica no mesmo sistema. Se por um lado, a nível geral das instituições, existe efetivamente uma forte reprodução social na escola, por outro lado, com a massificação do ensino, tem-se proporcionado mobilidade social ascendente.

**Inclusão de estudantes com deficiência na educação superior: dificuldades na prática pedagógica.** E4 (128), Aline Matos e Susana Pimentel

**Abstract:** O acesso de pessoas com deficiência às Instituições de Educação Superior (IES) está garantido em documentos legais, porém, a sua permanência também precisa ser efetivada. Para tanto é necessário o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas por parte dos docentes que atuam junto a essas pessoas. Realizada mediante uma pesquisa qualitativa, através de um estudo de caso, o presente estudo, o qual faz parte de uma investigação mais ampla, objetivou identificar e analisar as dificuldades apresentadas pelos docentes da UFRB no desenvolvimento de uma prática pedagógica inclusiva diante de estudantes com deficiência matriculados em cursos de graduação. Para atingir o objetivo proposto, definiu-se a UFRB como locus da pesquisa de campo e os docentes que atuam com estudantes com deficiência como participantes da investigação. Nesse sentido, para o processo de coleta de dados foram utilizadas a aplicação de questionário e realização de entrevistas com os referidos participantes. O embasamento teórico fundamentou-se nos normativos legais brasileiros e institucionais, e em autores diversos, tais como: Pimentel (2013); Castro (2011); Almeida (2012); Cunha (2012), dentre outros. Os resultados demonstraram que no desenvolvimento da prática pedagógica os docentes relataram a ausência de formação para atuar junto a estudantes com deficiência como a principal dificuldade apresentada, seguida da carência de recursos. A falta de apoio institucional e a impossibilidade

de fazer um atendimento específico em função das demandas do conteúdo do componente curricular e dos demais estudantes também foram pontuadas como barreiras para a garantia efetiva da inclusão. Ressalta-se ainda, que dos respondentes 24% informaram não ter nenhuma dificuldade para atuar junto aos estudantes com deficiência, sendo, portanto, um dado bastante significativo que sinaliza para a utilização de práticas docentes inclusivas que favorecem a inclusão destes estudantes na Educação superior.

## **EIXO 4**

### **ESCOLA PÚBLICA, POLÍTICAS DE ESCOLHA E DESIGUALDADES EM EDUCAÇÃO**

[3 OUT: 09,00/11,00; SALA 10; MESA 4.5]

#### **As lógicas de mercado no “texto” da política educativa – a “escolha de escola” como objeto de análise. E4 (20), Carlos Pires**

**Abstract:** Na presente comunicação pretende-se problematizar o fortalecimento da presença de lógicas e mecanismos de mercado na agenda política da educação, inscritos nos discursos oficiais do Governo. Elege-se a “escolha de escola” como objeto de análise a partir de quadros cognitivos e normativos que potenciam a revelação dos significados e das representações presentes na argumentação da “autoridade pública”, que, de alguma forma, atribuem sentido(s) às suas opções e “lógicas de posição”. Procura-se, assim, fazer emergir as “ideias” enquanto “variáveis explicativas” da fundamentação daquelas opções políticas, aparentemente, não baseadas em evidências, mas em crenças e ideologias. Numa primeira etapa do processo de análise, propõe-se a apresentação do resultado do mapeamento da inscrição e da construção da ideia de “escolha de escola” no “texto” da política educativa do XIX Governo Constitucional (ao longo dos quatro anos de governação), tendo como material empírico os discursos recolhidos na legislação produzida, nos comunicados oficiais e na imprensa escrita, durante esse período de tempo.

#### **O jovem estudante do ensino-médio no contexto das escolas municipais de educação infantil da cidade de Santa Maria – Brasil: investigações sobre políticas públicas de qualidade. E4 (73), Rosa Maria Bortolotti de Camargo e Rosane Carneiro Sarturi**

**Abstract:** O presente trabalho foi realizado com apoio do Programa Observatório da Educação, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/Brasil, na Universidade Federal de Santa Maria, e, tem por objetivo analisar as políticas públicas que orientam o jovem estudante, da etapa do Ensino Médio, de escolas públicas da cidade de Santa Maria, do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil, para estarem atuando, através de estágios remunerados, como auxiliares pedagógicos das Escolas Municipais de Educação Infantil. Considerando que a prática de estágio está alicerçada sobre a Lei 11.788 (2008), a qual define o estágio como um ato educativo supervisionado, concomitantemente aos seus estudos obrigatórios, visando à preparação para o mercado de trabalho, o problema de pesquisa consiste em indagar-se sobre: Como as políticas públicas que orientam o jovem estudante do Ensino Médio a estar atuando como monitor pedagógico no contexto das Escolas Municipais de Educação Infantil de Santa Maria interferem na qualidade de formação das crianças e jovens envolvidos no processo de atender e ser atendido? Conclui-se, que a falta de força de trabalho especializada para auxiliar na etapa da educação infantil, bem como a implementação da Emenda 59 (2009), que torna obrigatória a idade

escolar a partir dos 4 anos de idade, tem aumentado a demanda de contratos. Porém, este atendimento, ainda que sustentado pela Lei do Estágio, tem gerado problemas estruturais no momento de formar tanto os jovens para o mercado do trabalho; uma vez que estes jovens exercem funções que não coincidem com os seus estudos e vontades pessoais, quanto para as crianças pequenas e suas infâncias, pois acabam sendo atendidas por profissionais que não são capacitados para realizar tal atendimento.

**A escola de serviço público e a busca de resultados em contexto concorrencial: Um estudo de caso numa escola secundária.**E4 (193), Roberto Lopes

Abstract: As escolas nos últimos anos depararam-se com a necessidade de apresentar resultados, para que estes fossem anunciados aos encarregados de educação e população em geral através da comunicação social. O 'contrato' educativo a que estas estavam sujeitas para com os seus alunos ficou dependente também da comparação entre escolas. Surgiu, assim, um mercado concorrencial entre instituições a que estas não ficaram totalmente indiferentes. As 'lógicas de ação' que as escolas têm vindo a apresentar são diferentes, também quanto às suas necessidades e propósitos, no entanto, as lógicas de mercado ganharam expressão na necessidade de cativar os melhores alunos para assim se conseguirem os melhores resultados. A expressão serviço público apresenta-se com características de industrialização da educação e uma regulação centrada no produto. O trabalho realizado inscreve-se nos estudos de caso, numa escola secundária de uma cidade de média dimensão. Foram realizados inquéritos por questionário e por entrevista, o que nos levou ao tratamento de dados quantitativos e qualitativos. A questão de partida apresentada foi: 'A regulação por resultados pode condicionar os procedimentos, processos e lógicas de ação de uma escola secundária na busca da eficácia e destaque nos resultados dos exames nacionais?' Os percursos educativos dos alunos terão sido influenciados por esta nova era do mercado concorrencial; a orientação para uma fileira formativa de menor exigência académica parece ter sido a solução para responder às dificuldades dos alunos. Os recursos académicos e económicos das famílias também condicionam a opção por determinados percursos, por não os almejarem e por não possuírem os meios necessários para obterem sucesso. A origem geográfica é igualmente uma condicionante para alcançarem melhores resultados, principalmente por a escola básica de origem ter sido, para além do curso, o fator principal a considerar na constituição das turmas à entrada do ensino secundário.

**As escolhas vocacionais dos alunos em contextos de desigualdade territorial.** E4 (152), Ernesto Martins e Susana Martins

Abstract: Os jovens que transitam do regular para os cursos vocacionais/profissionais apresentam uma falta de orientação (escolar, pessoal e profissional) na (in)decisão vocacional e no seu percurso formativo, devido às dificuldades territoriais, condições socioeconómicas e adaptação educativa, mas também porque o aluno submete para segundo plano a sua vocação e envereda pelos cursos disponíveis. Pretendemos perceber quais as problemáticas que apresentam os alunos que frequentam os cursos vocacionais e profissionais em dois Agrupamentos de Escola (TEIP) da região de Castelo Branco (AENACB=urbano; AEJSR=rural) e as respostas dadas por estes estabelecimentos às dificuldades apresentadas pelos jovens. É objectivo compreender até que ponto esta dualidade de território e a falta de orientação são determinantes. Trata-se de um estudo descritivo, metodologia quantitativa (inquérito) realizado em 2014, utilizando como técnicas: questionário a uma amostra de n1=36 alunos; entrevistas semiestruturadas a amostra n2= 8 professores dos cursos; observações participantes; notas de campo; triangulação de dados. Os resultados obtidos demonstram que os alunos destes agrupamentos têm dificuldade em se inserirem no mercado de trabalho, apresentam dificuldades pedagógicas, gostam do estágio,

valorizam as aulas mais práticas e os professores que os compreendem nas suas problemáticas e necessidades (vocacionais e inserção laboral).

**Estudar no ensino superior. A questão da igualdade de oportunidades de sucesso no Ensino Superior Público.** E4 (19), Fernando Diogo e Maria José Araújo

**Abstract:** Desde a massificação do ensino e o prolongamento da escolaridade obrigatória que as diferenças entre os estudantes e a forma como aprendem tem suscitado alguma reflexão no meio académico. Como referem Firmino & Lopes (2008), "a formação de nível superior deixou de representar, antes de mais, um status prestigiante de uma minoria extremamente reduzida da população, para se constituir numa aquisição certificada de conhecimentos e competências de alta qualificação por parte de um conjunto cada vez mais vasto de pessoas". Dada a atual conjuntura política, a entrada para o Ensino Superior é experienciada pelos estudantes com grande expectativa e ansiedade. São múltiplas as mudanças e exigências que ocorrem em termos pessoais, sociais e académicos, suscitando a necessidade de se perceber que estratégias comuns podem ser despoletadas para que os estudantes possam aproveitar plenamente as atividades académicas que lhes são propostas isto é, ter igualdade de oportunidades no sucesso académico. Este artigo é baseado num estudo de caso, realizado em conjunto com estudantes que estão a frequentar o Ensino Superior Politécnico público. Os dados utilizados foram recolhidos a partir de inquéritos por questionário, entrevistas semi-estruturadas e focus group, para além da observação participante. Neste texto discutimos alguns dos resultados desta pesquisa, nomeadamente: i) tipo de dificuldades de aprendizagem, adaptação ao discurso e à escrita académica; ii) gestão do tempo de estudo; iii) métodos e técnicas de trabalho pedagógico. Seguindo as propostas do interacionismo simbólico, atribuímos uma grande importância aos discursos e percursos sociais e escolares dos estudantes.

**Os efeitos do capital económico, social e cultural no sucesso escolar dos alunos do Instituto Federal do Rio Grande do Norte campus Natal central.** E4 (27), Raimundo Nonato Camelo Parente e Maria José Casa-Nova

**Abstract:** A maioria dos alunos brasileiros são segregados segundo a hierarquia dos tipos de escolas. Normalmente as escolas públicas acolhem os filhos de famílias sem capital económico e cultural na aceção de Pierre Bourdieu e carecem de infraestruturas adequadas, enquanto as escolas privadas, com boas infraestruturas e bem equipadas, são escolhidas pelas famílias detentoras de capital económico e cultural para colocar seus filhos. Com efeito, as escolas privadas formam os melhores alunos para ingressarem nos cursos de maior prestígio das universidades brasileiras. Porém, existem os Institutos Federais que oferecem o ensino médio integrado articulado com o ensino técnico e que são escolas públicas com reconhecida qualidade que nada lembra o padrão tradicional de escola pública no Brasil. Por lei, estes Institutos reservam uma cota de 50% das vagas para beneficiar filhos de família de baixa renda, e, dentro daquela, uma sub cota para as minorias. As vagas relativas aos outros 50%, de livre concorrência, são majoritariamente ocupadas por alunos oriundos de escolas privadas. Esse artigo apresenta uma parte de um estudo em desenvolvimento no Instituto Federal no estado do Rio Grande do Norte no campus central da cidade de Natal, onde, entre outros objetivos, procurou-se identificar os efeitos do capital económico, social e cultural no sucesso escolar dos alunos. Foi escolhida a turma do 2º ano do curso técnico de administração acompanhada em dois anos letivos (2013 e 2014), utilizando-se, como técnica de recolha de dados, a observação em sala de aula e a análise estatística dos dados de desempenho académico dos alunos. Os resultados apresentados demonstraram os efeitos, no rendimento escolar, das diferentes formas de capital acumuladas pelos alunos, bem como das

práticas docentes e da ação pedagógica do IFRN, ambas influenciando diferentemente o aprendizado dos alunos cotista e dos alunos não cotistas.

## **EIXO 4**

### **ESCOLA PÚBLICA, POLÍTICAS DE ESCOLHA E DESIGUALDADES EM EDUCAÇÃO**

[3 OUT: 09,00/11,00; SALA 2065; MESA 4.6]

#### **Development index assessment of basic education: a study in de municipalities of Rio Grande do Norte (2007-2013). E4 (195), Maria Rocha e Lincoln Moraes**

**Abstract:** The article is part of the result of research, still in progress, that seeks to analyze the results of the Basic Education Development Index - IDEB in the context of teaching quality, specifically, with regard to the negative indices of public school students of basic education in Brazil. It is in this scenario that emerges the need for evaluation of public policies, such as social research. In this particular, the policies for education in Brazil, gain importance in contributing to the study of the results they represent. That is, at least in its formal aspect, the IDEB is an indicator to measure the quality of education in public schools, with a view to achieving the results of said state reforms to the education sector. Thus, the study This study aims to analyze what contributes to the results of IDEB in state RN? Its main objective is to evaluate the results of IDEB, in the final years of elementary school in the state of RN. Proceeded to the literature and public documents. Referenced on the studies of Draibe (2001), Figueiredo and Figueiredo (1986), Januzzi (2001,2002).The ongoing study is being developed through a process of evaluation, developed from a multiple case study with quantitative and qualitative approach. Yin (2010). Moreover, we do not adopt an experimental procedure, seeking to carry out an evaluation process with IDEB data, as a criterion for measuring the results, though there is so far that the conceptions of IDEB and Rio Grande do Norte, RN, has important differences that bounce on window profile

#### **As políticas educativas na arena da educação: o futuro dos Infantários públicos. E4 (212), Ana Gouveia**

**Abstract:** A temática aqui desconstruída, advém da inquietação emergente de um líder educativo que ao longo da sua caminhada, tem vindo a questionar-se quanto à continuidade dos Infantários públicos na Região Autónoma da Madeira. É sabido que nos bastidores, atuam as políticas educativas responsáveis pela encenação de todo um jogo de interesses que coloca em risco, não apenas a qualidade educativa, como ainda, a oferta da mesma. Esta investigação tem como objetivo, aferir as causas que levam ao encerramento dos infantários públicos, iniciando-se pela diminuição de salas, como ainda, perceber o seu impacto perante a comunidade educativa e a sociedade que os envolve. Relativamente à metodologia aplicada, foi um estudo de natureza qualitativa, com cariz etnográfica através de um enfoque exploratório e interpretativo. Recorreu-se a entrevistas e análise de documentos destacando-se um conjunto de variáveis. Assim sendo, apraz-nos na voz da diretora de um Infantário público (observadora participante) que mediante uma visão holística da realidade atual, deixa transparecer ansiedades e constrangimentos sentidos. Desde, a multiplicidade da burocracia, à mobilidade de funcionários, à diminuição da frequência de crianças, ao tardio atendimento de situações que colocam em causa a qualidade de

oferta como instituição de apoio às famílias. Questões levantam-se da constante reflexão perante um cenário que teima em surgir, procurando nas respostas, as soluções para a melhoria da qualidade do sistema educativo, valorando a educação de infância, como uma etapa crucial à formação do ser humano. Para que tal aconteça, há que investir numa educação saudável, criadora de futuros cidadãos responsáveis e felizes. Esta é sem dúvida alguma, uma utopia possível, desde que seja dignificada pelos órgãos governamentais. Sabe-se que todos os alicerces construídos na infância são a sustentabilidade do homem, no Amanhã.

**“Apagão docente” no contexto educacional brasileiro: endereçamentos ao trabalho e identidade docente, a partir de uma política de formação.** E4 (126), Gabriel dos Santos Kehler, Eucaris Joelma Rodrigues Ferreira e Álvaro Moreira Hypolito

Abstract: Este estudo constitui-se como recorte de uma pesquisa de Doutorado em Educação e tem como objetivo mais amplo: analisar como são negociados os endereçamentos políticos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), diante do quadro de “apagão docente” no país e, seus efeitos sob linhas de fuga(s) - resistência(s) ao trabalho e identidade de futuros professores para o Magistério de Educação Básica. Metodologicamente, o mesmo tem caráter qualitativo e abordagem pós-estrutural, sendo utilizada a técnica de Análise de Conteúdo proposta em Bardin (2011) a fim de analisar os discursos, considerando o contexto do Ciclo de Políticas desenvolvido por Ball e Bowe (1992). O estudo, ainda que parcialmente, aponta que o PIBID pode ser caracterizado, no âmbito político, como uma medida paliativa, principalmente se considerarmos que trata-se de um programa de governo, que sob o afã do imediatismo, tenta suprir as carências de profissionais na carreira docente, não realizando as mudanças estruturais necessárias de valorização salarial dos professores. Por outro lado, pode ser apontado como uma política de endereçamentos de perfis e identidades à docência de “novo tipo”, em que na sua maioria jovens, são inseridos precocemente no contexto escolar e constituem seus respectivos processos de formação profissional orientados subjetivamente por apelos como: a redenção, o empreendedorismo e a articulação pragmática com a prática. Aspectos culturais são mobilizados, visando solucionar tanto a falta de docentes nas escolas, bem como o redirecionamento dos Currículos dos Cursos de Licenciaturas, acusados pelas políticas públicas neoliberais, como excessivamente teóricos, com restritas horas de práticas (estágios) docente e características pouco eficientes.

**O ensino da matemática no Curso de Pedagogia: a ludicidade como alternativa no ensino e na aprendizagem.** E4 (188), Jussara Bueno De Queiroz Paschoalino, Cláudia Amaral e Maria Geralda Oliver Rosa

Abstract: O ensino da matemática ainda representa uma conotação de dificuldade para os futuros professores na sua prática pedagógica. Herdeiros de uma prática que valorizava de forma acentuada a memorização, os saberes da matemática, nesta lógica ficam esvaziados e repetitivos. Neste sentido, as dificuldades para o exercício do ensino se intensificavam, pois os próprios professores da educação básica permanecem com lacunas na sua formação. Este estudo analisa a pesquisa realizada com uma turma do Curso de Pedagogia de uma Universidade pública situada no Estado de Minas Gerais sobre a importância da ludicidade no ensino da matemática. A pesquisa teve a metodologia qualitativa e abordagem da pesquisa ação. Os instrumentos utilizados foram o diário de bordo que coletava as ações dos estudantes de pedagogia frente ao ensino de matemática pautado pela ludicidade e entrevistas semiestruturadas com os estudantes para melhor compreender o percurso alcançado, que teve o intuito de desnaturalização das práticas pedagógicas do ensino da matemática. A avaliação da perspectiva trabalhada teve a sua

culminância na ação docente dos estudantes durante o período do estágio curricular obrigatório. Os referenciais utilizados para interlocução com os dados empíricos foram: Alves (2001), Azevedo (2014), D'Ambrosio (2001), Freire (1980-1987), Lorenzato (2006) e Paschoalino (2009-2015). As considerações deste estudo evidenciaram o valor de compreender a matemática inserida no cotidiano e também a importância do lúdico para o processo de ensino e a aprendizagem. Concluiu-se também que a ludicidade não está presente na vida cotidiana dos alunos, favorecendo que o ensino nessa perspectiva seja recebido como uma novidade, e, portanto, estimulante do interesse dos alunos.

**Quem se senta hoje nas cadeiras da sala de aula das nossas escolas? O fenômeno da medicalização da Educação** E4 (50), Sofia Castanheira Pais, Isabel Menezes e João Arriscado Nunes

Abstract: Numa era pautada pelo discurso de ter que ser (em vez de aprender a ser, Delors, 1991) e pelo exercício de prova, no qual predominam práticas de controlo social, educativo, económico, etc. transversais a profissionais de Educação, alunos e famílias, a escola parece ser lugar de angústia para muitos dos seus agentes. Uma dessas angústias e preocupações recai sobre o elevado número de alunos com diagnóstico e medicação para patologias como Hiperatividade com Deficit de Atenção, etc. (Poitras & Meredith, 2009). Denota-se, pois, que na vivência do espaço escolar a tendência para uma objetivação baseada em paradigmas biomédicos e centrados em lógicas de resistência à diversidade (Fraser, 2010) está hoje sentada nas cadeiras da sala de aula carregando na mochila um conjunto substancial de riscos e incertezas. De facto, a emergência do fenómeno da medicalização constitui um desses riscos, uma vez que implica que aspetos da vida humana sejam considerados problemas médicos, quando anteriormente não eram entendidos enquanto patológicos (Maturó, 2012: 123) e seus efeitos possam ser efetivamente desempoderantes. Este estudo insere-se, assim, numa investigação sobre as implicações sociais e educativas da medicalização e resulta da identificação de inquietações de inúmeros intervenientes que se movem no contexto escolar. Visa conhecer as perceções, as estratégias e as dificuldades daqueles cujas experiências perpassam este fenómeno. Para o efeito, realizaram-se entrevistas semi-estruturadas, na zona Norte do país, com profissionais de Educação e famílias de crianças e jovens em idade escolar que, em algum momento, foram envolvidas em processos de diagnóstico menos claros e indicação terapêutica de pendor farmacológico. Os dados foram tratados através de análise de conteúdo e permitem tecer considerações acerca da qualidade de vida dos alunos medicados e das perceções de eficácia na performance académica e nas suas relações de sociabilidade.

**O fazer gestão na escola Farol: dilemas e táticas.** E4 (85), Danieli Tavares

Abstract: Este artigo posiciona o exercício da gestão como fenómeno coletivo, resultante de práticas construídas pelos atores organizacionais. O objetivo central é apresentar como se configura o fenómeno da gestão, no cotidiano de uma escola pública, tendo como referência alguns conceitos apresentados por Certeau. O cotidiano escolar é evocado como locus onde atores sociais desenvolvem “artes do fazer”, por meio de suas práticas. O estudo empírico foi realizado em uma escola pública de ensino fundamental e médio, neste artigo, denominada Farol, componente do sistema de educação básica do estado de São Paulo, no Brasil. A estratégia metodológica foi baseada na pesquisa qualitativa, desenvolvida por meio de pesquisa de campo, complementada por entrevistas. Neste sentido, a articulação entre o conhecimento e o fazer, no contexto da compreensão das “artes do fazer”, das “táticas” e das “invenções”, é fortemente influenciada pela interação dos seguintes fatores: tipos de conhecimentos mobilizáveis; natureza das políticas; tipos de atores; modos de regulação. Ao colocar o olhar sobre alguns dos caminhos

trilhados por uma determinada política e identificar as contradições entre aquilo que as autoridades articulam e aquilo que delas é aceito, sobretudo pela equipe gestora, evidencia-se o visível e o opaco da credibilidade em torno da política e, também, uma maior centralização das decisões estratégicas no cotidiano escolar. Os “fragmentos” aqui apresentados ilustrativos do cotidiano escolar na escola Farol apontam para a complexidade das “artes do fazer” de uma gestão marcada por uma rede de interseção de atores e suas práticas. Com esse raciocínio, ensina-se que este artigo suscite diálogos com interessados em estudos que tratam da gestão escolar como prática social com destaque para o cotidiano das organizações.

**Teorias da aprendizagem: contributos para a compreensão do fracasso escolar.** E4 (138), Janete Santos

Abstract: O presente trabalho evoca uma reflexão teórica acerca das teorias da aprendizagem e sua relação com o fracasso escolar. Tem por objetivo discutir como o processo de aprendizagem contribui para a compreensão do fracasso escolar, fenómeno responsável pela exclusão de estudantes do ambiente estudantil. O texto destaca as correntes filosóficas que explicavam a aprendizagem, e em seguida, as teorias da aprendizagem do ponto de vista da Psicologia, cujo embasamento epistemológico originou-se da filosofia. Em prosseguimento, destaca as teorias da aprendizagem cognitivista que teve como principais expoentes os interacionistas, Jean Piaget e Lev. S. Vygotsky, bem como os escritos sobre fracasso escolar de Tavares & Santiago (2000), Rovira (2004) e Fernández (1990). Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem metodológica qualitativa. Os resultados apontam que o fracasso escolar é resultado de interferências variadas, sendo a aprendizagem uma dessas, não obstante, destaca-se que o conhecimento sobre o processo de aprendizagem é importante para entender o porquê desse fracasso no contexto escolar.

## **EIXO 5**

### **CENTRALIZAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO, AUTONOMIA E (HÍPER)BUROCRACIA**

[1 OUT: 16,45/18,45; AUDITÓRIO IE (PEQUENO); MESA 5.1]

**Autonomia e governo das escolas: uma análise aos efeitos (des)centralizadores do contrato de autonomia.** E5 (22), Henrique Ramalho

Abstract: O grau com que se equaciona a introdução de práticas de autonomia no interior das escolas tem efeitos decisivos sobre as possibilidades, mais ou menos efetivas, de serem adotadas matrizes descentralizadas na sua governação. Teoricamente, partimos da compreensão do modo como os conceitos de contrato e autonomia se intercedem no quadro da perceção do governo mais ou menos (des)centralizado das organizações escolares. Procuramos caracterizar as interseções ocorridas nos percursos delimitados pela produção legislativa sobre a direção, gestão e autonomia das escolas e a sua tradução em contratos de autonomia, celebrados entre a administração central e as periferias. Debruçamo-nos, especificamente, sobre cinco contratos de autonomia em vigor desde 2012, oriundos de cinco regiões do país (Alentejo, Algarve, Centro, Lisboa e Vale do Tejo e Norte). Metodologicamente, procedemos a uma análise de conteúdo sistemática ao corpus legislativo de referência e aos contratos de autonomia em



estudo. Procuramos compreender como as escolas formalizam o arquétipo da autonomia e, nesse encaixe, como são, convencionalmente, equacionados os modelos governativos que lhes subjazem. Trata-se, conquanto, de dirimir os moldes em que a descentralização (ou a ausência dela) se manifesta no governo formal dessas instâncias periféricas, balizados e mediados, precisamente, pela relação, convergente ou divergente, estabelecida entre a burocracia central, que regulamenta o formato e a substância dos contratos e pela configuração prescritiva que tais contratos acabam por assumir ao nível de cada escola. Concludentemente, aferimos à ideia de o contrato de autonomia obedecer, muito mais, às regras heterónimas da administração central, funcionando, no essencial, como instrumento do reforço da matriz centralista do Sistema.

**A ambivalência na instrumentação da ação pública quanto aos modos de regulação: A contratualização da autonomia das escolas revisitada.** E5 (120), José Hipólito Lopes

Abstract: No contexto do fim dos «trinta gloriosos», na década de 1980 emerge como questão pública a ineficácia das políticas públicas, cuja origem é atribuída ao problema do acompanhamento da sua implementação por parte da autoridade pública (implementation gap). Enceta-se, pois, a mudança da regulação institucional mobilizando «novos» dispositivos, que têm como orientação fazer face ao problema da implementação, sem no entanto desaparecer a mobilização dos «velhos» dispositivos, orientados pelo referencial da centralização, assente numa burocracia ao serviço do «fetichismo da decisão» (Lascoumes e Le Galès, 2007). Contudo, nestes novos dispositivos de ação pública não há uma linearidade, mas a presença de uma ambivalência quanto aos modos de regulação, embora tenham como denominador comum a implementação das políticas públicas como problema. Assim, nestes dispositivos, por um lado, podemos encontrar uma orientação no sentido de uma burocratização (Hibou, 2012), uma hiperburocracia (Lima, 2012), uma «burocratização formal das burocracias» ou “burocratização ao quadrado” (Bezes, 2015), que se traduz em processos de diferenciação, especialização e racionalização. Por outro, pode estar também presente uma orientação pós-burocrática, de «desdiferenciação» (Birnbaum, 1985), interpretada como a emergência do «referencial global de mercado» (Muller, 2004), inscrita nos processos de ajustamento mútuo, de concorrência e negociação. No âmbito da sociologia política da ação pública, esta comunicação pretende enquadrar as iniciativas de mudança da administração do sistema educativo e do governo das escolas, conhecidas como «políticas de reforço da autonomia das escolas» (Barroso, 2006, 2011; Lima, 2011), no contexto de uma mudança mais alargada, ou seja, na dinâmica do Estado em recomposição e das reformas da administração pública, e pôr em evidência, com base num estudo de caso, a ambivalência da instrumentação da ação pública no que à contratualização da autonomia se refere.

**O governo das escolas: Estado, Escolas e Município.** E5 (164), Filomena Correia

Abstract: A discussão em torno do governo das escolas expandiu-se e aprofundou-se, introduzindo novos atores no ato educativo. O objeto de estudo é ancorado no título da tese, por nós denominada: “Possibilidade e limites da autonomia das escolas”. A definição do problema de investigação constituiu-se em torno da interseção de três eixos, distintos, porém complementares: O território educativo da comunidade (Agrupamentos de Escola); O território educativo do município; o Estado e a relação com as unidades que o compõem. Esta comunicação tem por objetivo geral apresentar os resultados obtidos, no que concerne à participação da comunidade no governo das escolas, enquanto ação dos atores, no quadro de transferência de competências para os municípios, em matéria educativa. A construção da nossa matriz de investigação, ancora o conceito de autonomia, no quadro de uma teoria do Estado, onde a outorga e a capacidade de ação dos atores, constitui-se como princípio nuclear de análise. Do mesmo modo, e considerando a autonomia no quadro da teoria do Estado, opõe-se-lhe por definição, a descentralização e a

desconcentração como instrumentos de governação. Uma investigação, em que o objeto de estudo é constituído pelo(s) o(s) território(s) educativo(s) do Concelho de Gondomar, sendo que pretendemos através de uma abordagem qualitativa, e uma triangulação de métodos e técnicas reconhecer a multiplicidade de sujeitos que o compõem. Na presente investigação foram aplicados 139 Inquéritos por Questionário (N=173), aos membros dos Conselhos Gerais de Escolas Agrupadas do Concelho de Gondomar; e realizadas entrevistas semiestruturadas aos Diretores dos Agrupamentos de Escola (n=8). No que se refere às entidades políticas do Município de Gondomar foi entrevistado o Vereador da educação, bem como ao presidente da Assembleia Municipal. Os resultados obtidos permitiram-nos identificar lógicas contraditórias, bem como distintas formas de legitimação da ação, no território educativo do município.

**A (des)construção da autonomia num agrupamento de escolas: discursos e práticas.** E5(197), Virgínio Sá e Daniela Silva

Abstract: Esta comunicação toma como referência os dados de uma investigação em curso subordinada ao tema “A governação e gestão das escolas públicas: o(a) diretor(a) em ação”. Este projeto, desenvolvido no âmbito do Centro de Investigação em Educação, do Instituto de Educação da Universidade do Minho, procura responder, entre outras às seguintes questões: i) . Em que sentido as reformas da administração escolar em Portugal, ao longo da última década, têm contribuído para a erosão dos processos de democratização e das práticas de participação nas escolas/agrupamentos?; ii) Quais os principais efeitos da mudança do “modelo de gestão” na autonomia das escolas/agrupamentos? Este estudo desenvolve-se em duas dimensões de investigação: uma de natureza mais extensiva, concretizada através da aplicação de um inquérito por questionário ao universo dos diretores de escolas/agrupamento, e outra de natureza mais qualitativa, materializada na realização de quatro estudos de caso. Os dados aqui mobilizados foram recolhidos num desses estudos de caso e decorrem da aplicação de entrevistas a alguns informantes privilegiados e da análise de conteúdo de alguns documentos estruturantes do agrupamento, nomeadamente, o projeto educativo, o regulamento interno, o plano anual de atividades e o contrato de autonomia.

**A Autonomia Escolar e o Programa Mais Educação.** E5 (63), Elisangela Maria Pereira Schimonek

Abstract: Este estudo objetiva analisar as implicações do Programa Mais Educação para a autonomia das escolas brasileiras. O Programa vincula-se ao atual Plano de Desenvolvimento da Educação e prevê a ampliação da jornada escolar a partir da oferta de atividades complementares realizadas no contraturno das aulas regulares. Para tanto, o Ministério da Educação seleciona previamente as escolas sob o critério de baixo Índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb) e/ou em função de sua localização (região de vulnerabilidade social). Para a implantação do Programa e em nome da autonomia escolar, são descentralizados recursos diretamente para as escolas gerenciarem e aplicarem nas categorias: capital (materiais permanentes) e custeio (materiais de consumo e pagamento de voluntários - oficinairos). Ao prever o envolvimento de voluntários e estabelecimento de parcerias público-privadas, a política combina princípios democráticos e privatizantes, visando à responsabilização da escola pela melhoria dos resultados e diminuição das desigualdades educacionais. Trata-se de um estudo qualitativo, apoiado em análise documental e revisão bibliográfica, cujo referencial teórico se pautará em autores brasileiros (como Theresa Adrião, Vera Peroni, Dermeval Saviani, Moacir Gadotti), portugueses (como Licínio C. Lima, João Barroso, Almerindo J. Afonso) entre outros consagrados no campo da política educacional. O estudo evidencia uma política focalizada, pautada no discurso da autonomia escolar e descentralização como mecanismo de assunção de responsabilidades do

Estado, que passa a não se envolver diretamente na prestação de serviços, mas assume novas formas de controle e regulação dos resultados educacionais.

**As Consequências das Avaliações Externas em Larga Escala no Trabalho Docente.** E5 (210), Edna Martins Borges e Virgínio Sá

Abstract: A partir de resultados preliminares de pesquisa de campo com professores da rede pública estadual de Minas Gerais/Brasil, no âmbito da pesquisa de Doutorado na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, o artigo discutirá as consequências das avaliações externas em larga escala para o trabalho docente. Inicialmente, serão analisados os principais eixos das reformas educacionais da década de 1980 e 1990 e as condições que favoreceram a sua expansão na América Latina e, particularmente, no Brasil. Serão apresentadas as características do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Básica (SIMAVE), e os seus impactos no trabalho docente. Na fundamentação teórica, serão trabalhados os conceitos de regulação, accountability e qualidade da educação. Por fim, serão abordados: a importância da avaliação como estratégia de monitoramento das políticas públicas; os cuidados necessários com os usos dos resultados; a melhoria do sistema de divulgação dos seus dados e a necessidade de outras estratégias da parte dos gestores educacionais para a avaliação dos sistemas de ensino.

## **EIXO 5**

### **CENTRALIZAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO, AUTONOMIA E (HÍPER)BUROCRACIA**

[1 OUT: 14,30/16,30; SALA 2065; MESA 5.2]

**O gerencialismo nas universidades portuguesas: quando o gestor substitui o professor.** E5 (82), Catharina Meirelles

Abstract: Este trabalho tem por objetivo identificar a influência do gerencialismo na forma de governação das universidades portuguesas, a partir da homologação do novo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) de 2007. De forma a compreender o conceito de gerencialismo e identificar sua presença nos modelos de gestão adotados pelas universidades portuguesas, são usados como referenciais teóricos, textos de autores portugueses que tem debatido o tema, dos quais se destacam: Licínio Lima, Almerindo Janela Afonso, Rui Santiago, Antonio Magalhães, Teresa Carvalho, Ana Maria Seixas, entre outros. Foram utilizadas como dispositivos metodológicos, a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Entre as principais conclusões, é possível afirmar que as universidades portuguesas têm sido alinhadas aos imperativos da economia e aos interesses de organismos supranacionais. No conjunto de transformações em andamento, merecem destaque os sistemáticos cortes no financiamento, a ênfase na busca da eficiência interna e do crescimento da produtividade das instituições, a hiperburocracia, entre outras. Neste contexto, é possível identificar a forte presença do gerencialismo nas universidades a partir nas alterações impostas pelo RJIES, através da constatação de que o controle democrático nos processos de tomada de decisões nas universidades, tradicionalmente exercido pela administração acadêmica, tem sido substituído pelo poder dos gestores profissionais e por ampla tecnoestrutura subsequente.

**Os novos modos regulação e avaliação no ensino superior e suas implicações na profissionalidade docente: representações de sujeitos da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.** E5 (175), Alessandra Queiróz Almeida e José Augusto Palhares

Abstract: Mecanismos de avaliação e regulação têm seus critérios assentados na supervalorização da figura do gestor e do controle. Os Rankings passam a ter maior relevância e evidenciam a necessidade constante de atender às cobranças por excelência na prestação de serviços educativos. Há uma tendência em atribuir responsabilidades e fixar sanções às instituições que não alcançam os indicadores de qualidade exigidos, aproximando-se do que Afonso (2009) caracteriza como formas de Accountability em educação. Emerge a hiperburocracia, uma racionalidade ainda mais sofisticada, fruto da associação entre técnicas e mecanismos de gerenciamento e novas tecnologias de informação (LIMA, 2012). Nesse contexto, a condição dos docentes se complexifica, uma vez que os mesmos estão diante de uma multiplicidade cada vez maior de deveres a cumprir (GATTI; BARRETO; ANDRÉ, 2011). Que implicações os novos modos de regulação trazem à profissionalidade docente? Que impactos são percebidos pelos próprios sujeitos no exercício da profissão? Para discutir este tema foi proposto um estudo, de caráter exploratório, junto aos docentes de um Centro de Ensino da UFRB. Objetivos: 1. Avaliar o nível de conhecimento dos docentes sobre os atuais mecanismos de regulação e avaliação da educação superior; 2. Descrever as percepções dos docentes sobre a própria profissionalidade neste contexto. Os sujeitos da pesquisa atuaram como coordenadores de curso entre 2012 e 2014. A coleta de dados deu-se através de análise documental e aplicação de questionários. É possível concluir, até então, que há uma crescente exigência sobre o trabalho docente, acompanhadas por um cenário de precarização das condições de trabalho. Além dos autores citados, estão presentes na bibliografia que orienta este estudo as contribuições de Ball (2001), Teodoro (2010), Lüdke (2004), Goergen (2008) e Silva (2004).

**Organização administrativa de projetos em EAD: do Pró-Licenciatura à Universidade Aberta do Brasil.** E5 (109), Laura Wunsch e Eduardo P. C. Leite

Abstract: As políticas públicas educacionais são entendidas como meio de constituir articulações entre as administrações mantenedoras da educação básica e as instituições responsáveis pela formação de professores. O Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício no Ensino Fundamental e no Ensino Médio (Pró-Licenciatura) e o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) são duas políticas do Governo Federal com objetivo de incentivar a educação a distância (EAD) que foram implementadas desde 2005 como forma de ampliar o acesso à educação superior e melhorar os índices escolares do País. Tais políticas são coordenadas pelo Ministério da Educação (MEC) que é responsável pela gestão, financiamento e regulação dos programas. As instituições públicas de ensino superior (IPES) são responsáveis pela oferta dos cursos, que na maioria das vezes são executados na forma de projetos, tendo em vista que os recursos são disponibilizados por descentralização orçamentária, necessitando uma organização administrativa diferenciada dos demais processos da Instituição. Este artigo, de cunho qualitativo, tem por objetivo identificar aspectos inerentes à execução de projetos em EAD vinculados ao Pró-Licenciatura e ao sistema UAB em uma IPES, apontando possíveis impactos e repercussões. Por meio de análises bibliográficas e documentais, com auxílio das ferramentas da análise de conteúdo de Bardin (2011), pode-se identificar que mesmo as universidades desfrutando de autonomia didática e pedagógica para implementação das suas ações, a descentralização de recursos baseada em parâmetros já determinados produz impactos na forma em que as atividades são desenvolvidas na prática. Ao mesmo tempo em que os programas promovem a expansão do ensino superior brasileiro, engessam essa mesma expansão quando delinham ações negando a realidade das instituições.

**Políticas e modelos na governança do Ensino Superior em Angola.** E5 (101) Mário Pinto de Andrade, David Boio e Mbangula Katúmua

Abstract: A gestão das Instituições de Ensino Superior (IES) em Angola, como em outras partes do mundo, é fortemente condicionada pela conjuntura macrossocial e, sobretudo, por fatores de ordem política e ideológica. Tendo em conta o conjunto das transformações sociais que tiveram lugar nas últimas duas décadas, o assunto tem vindo a ganhar uma maior centralidade no debate teórico e académico nacional. O presente texto procura dar conta de algumas transformações que tiveram lugar no plano legal, político e burocrático e suas implicações na gestão das IES em Angola, recorrendo, analiticamente, aos contributos de Silva (2014), Manuel (2013), Mendes (2012), de forma a problematizar as principais perspectivas sobre teóricas sobre a gestão das IES. Verificou-se que a gestão das IES angolanas é, ainda, feita de forma centralizada e alvo de múltiplas interferências externas prejudiciais ao seu funcionamento e desenvolvimento, porque limitam a autonomia e liberdade dos atores e pouco valorizam o mérito académico e científico na disputa e distribuição dos lugares a nível da gestão. O estudo baseou-se na consulta bibliográfica e documental, tendo como objecto de estudo “as universidades e institutos superiores politécnicos” em virtude de serem o rosto mais visível das IES em Angola.

**Formação de professores em cursos a distância: interlocuções entre políticas públicas e práticas pedagógicas na educação básica.** E5 (161), Naila Cohen Pomnitz, Fernanda Cristofari Machado e Laura Wunsch

Abstract: O presente trabalho, realizado com apoio do Programa Observatório da Educação, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/Brasil, tem como objetivo analisar as políticas públicas que balizam a formação de professores em cursos a distância em relação à atuação profissional na Educação Básica. Procurou-se refletir sobre os principais aspectos que permeiam as políticas públicas de fomento à Educação a Distância (EAD), considerando as interlocuções entre Educação Superior e Educação Básica promovidas pelas atuais políticas de formação de professores. Realizou-se um estudo documental e bibliográfico com abordagem quanti-qualitativa, (TRIVINÓS, 2008), como forma de inferir conceitos relacionados às políticas públicas para EAD e às práticas pedagógicas dos profissionais da educação básica formados pelos programas. A base teórica constituiu-se de documentos normativos do Governo Federal, de obras de autores como Imbernón (2009, 2010), Arroyo (2000) e Kenski (2013), bem como da base de dados disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) no que concerne ao Censo da Educação Superior dos anos de 2007 a 2012. Também foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com estudantes dos cursos de formação e professores inseridos no contexto da EAD, como forma de perceber como os aspectos teóricos permeiam a prática efetivamente. Para compreensão dos dados utilizou-se a análise de conteúdo de Bardin (2011) a fim de ler criticamente os objetos que constituem o escopo desta pesquisa. Observou-se que as atuais políticas de fomento de programas para formação de professores na modalidade a distância têm possibilitado o aprimoramento profissional daqueles que atuam ou pretendem atuar na Educação Básica. Tais políticas produzem diversos impactos, como a contínua dependência das instituições promotoras dos cursos de recursos distribuídos pelo Governo Federal para manutenção das ações.

**A realidade de uma instituição escolar atípica. Contributos para a compreensão organizacional do IFRN a partir do ponto de vista dos alunos.** E5 (166), André Oliveira

Abstract: É notável o crescimento quantitativo pelo qual passaram nos últimos anos os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia por todo o Brasil. No estado do Rio Grande do Norte

não foi diferente. Assim, neste artigo, serão apresentados os modelos e teorias organizacionais tomando por base o caso do IFRN. Em se tratando de uma Instituição que possui características atípicas para uma organização educacional, visto que possui o ensino médio e superior sob a mesma administração e organização escolar, procura-se, agora, através de uma visão pluriangular e levando-se em consideração as poli-imagens organizacionais e suas metáforas, fazer uma análise sob o ponto de vista dos alunos para obter um olhar inverso ao tradicional e assim compreender de forma mais ampla este tipo de organização. Para a realização deste estudo será levado em consideração um inquérito por questionário que está sendo aplicado aos alunos egressos do Ensino Médio na modalidade integrada que concluíram o curso de Informática entre os anos de 2010 e 2013. Esse inquérito faz parte de uma pesquisa de doutoramento em desenvolvimento na Universidade do Minho, na especialidade de organização e administração escolar, e tem como público-alvo 900 alunos da instituição citada. Assim sendo, a fim de que se forme o quadro teórico de estudo e se perceba as dinâmicas institucionais, serão abordadas e discutidas as tipologias de quatro modelos organizacionais preconizados por Per-Erik Ellström (1984) (Sistema Social, o Anárquico, o Racional Burocrático e o Político não se dispensando também os modelos Cultural e da Ambiguidade e a recente perspectiva sobre a hiperburocracia (Lima 2012), para se compreenderem as especificidades organizacionais do IFRN.

## **EIXO 5**

### **CENTRALIZAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO, AUTONOMIA E (HÍPER)BUROCRACIA**

[2 OUT: 16,45/18,15; SALA 9; MESA 5.3]

**Modos de regulação das escolas de educação infantil do município de Belo Horizonte: entre o controle e a autonomia.** E5 (59), Mércia Pinto e Adriana Duarte

**Abstract:** Este artigo apresenta um estudo da política de educação infantil do município de Belo Horizonte. Nesta investigação, a política de educação infantil é apreendida no âmbito da descentralização do sistema educacional brasileiro como uma ação pública multirregulada, que envolve múltiplos atores, em diferentes níveis. À luz de um entendimento alargado do conceito de política, a partir de um conjunto de pressupostos teóricos relacionados à ação pública, à regulação e à descentralização das políticas educacionais, a análise realizada não se limita às normas e regras definidas pela administração municipal, mas busca explicar a forma como estas são apropriadas pelas docentes no contexto das escolas. Diante desse quadro analítico, este trabalho tem como finalidade identificar, descrever e analisar os processos e efeitos da regulação em duas escolas de educação infantil da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte, por meio da ação coletiva das docentes. Para isso, foi utilizada a metodologia qualitativa, com a pesquisa de campo em uma Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) e em uma Unidade Municipal de Educação Infantil (UMEI), envolvendo várias estratégias para a coleta de dados (observação, pesquisa documental e entrevista) e a análise de conteúdo do respectivo acervo documental (notas de campo, documentação das escolas e protocolos das entrevistas). Os resultados do trabalho empírico evidenciam a intercessão entre o controle e a autonomia, no que concerne à regulação institucional exercida pelo Estado e à regulação situacional definida pela ação concreta das docentes nas escolas.

**Planos Municipais de Educação (PMEs) metropolitanos e o Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas locais.** E5 (105), Donaldo Bello Souza e Alzira Batalha Alcântara

**Abstract:** É possível afirmar que são poucos os estudos sobre os Planos Municipais de Educação (PMEs) aprovados no Brasil ao longo do período de vigência do PNE 2001-2010, especialmente os relativos às Regiões Metropolitanas (RMs), tampouco que visem suas conexões com outros instrumentos de gestão local da educação, cuja necessidade de conhecimento se torna ainda mais evidente em face dos desafios postos pelo PNE 2014-2024 à reformulação desses planos locais – Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Assim, o presente artigo visa à análise das vinculações previstas em PMEs relativas ao Projeto Político Pedagógico (PPP) de escolas pertencentes às redes locais de ensino de 10 (dez) municípios da RM do estado do Rio de Janeiro, aprovados no período 2001-2012, com vistas ao delineamento de eventuais problemas internos, também relacionados ao planejamento em escala metropolitana. Trata-se de um estudo resultante de uma investigação de maior amplitude, que além de focar as vinculações desses PMEs com outros instrumentos de gestão da educação, também objetivou aos processos de sua implantação, acompanhamento e avaliação local, de caráter exploratório, metodologicamente ancorado na análise de conteúdo de documentos legislativos. Como conclusão mais geral aponta, de um lado, nítidas desvinculações entre esses PMEs e o PPP, expressão da sua pouca valorização pelos sistemas de ensino para a construção da autonomia das unidades escolares e da gestão democrática local da educação, e, de outro, ausência de um enfoque regional-metropolitano nesses mesmos planos. Postula, ainda, que tais enlaces são passíveis de previsão a partir da compreensão de que um plano de educação não constitui um instrumento independente e suficiente de gestão e, embora se afigure numa espécie de registro de coordenação e sistematização das decisões previstas para a condução das políticas educacionais no município, é parte integrante dessas mesmas políticas, e não estranha a elas.

**O FUNDEB Brasileiro como instrumento de descentralização de recursos para estados e municípios: a valorização do magistério.** E5 (192), Fádyla Alves, Magna França e Janaína Barbosa

**Abstract:** O artigo é resultado de uma pesquisa que analisa a valorização do magistério no contexto do seu financiamento, especificamente, no que se refere à carreira e a remuneração de professores de escolas públicas da educação básica no Brasil enquanto política pública educacional voltada para a valorização do magistério a partir do processo de reformulação do Estado brasileiro com o objetivo de descentralizar suas ações na garantia de gerenciamento dos recursos pelos estados e municípios com a criação de um fundo contábil – Fundeb – para a manutenção da educação básica e a valorização do magistério, incentivando a uma melhor remuneração, a partir da determinação, em legislação específica, que seus recursos destinem-se à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Básica pública (máximo de 40%) e à Valorização dos trabalhadores em educação, incluindo sua remuneração (mínimo de 60%). Desse modo, o estudo visa analisar as implicações da política de Fundos, especialmente, o Fundeb, no período 2006-2014, no financiamento da remuneração de professores da rede estadual de ensino do estado do Rio Grande do Norte, Brasil. Procedeu-se à análise bibliográfica e documental. Referenciou-se nos estudos de Gatti (2009) e Arelaro (1999). O estudo conclui que, a política de Fundos, enquanto mecanismo de descentralização financeira, apresenta, ainda, um distanciamento do ideal para se valorizar o profissional do magistério e que a implementação das políticas voltadas aos profissionais dessa categoria está, algumas vezes, relegada às condições e interesses políticos dos gestores de cada município ou estado. Mesmo sendo uma determinação constitucional, os governos locais descumprem a legislação ou, até mesmo, encontram estratégias para não efetivar o direito legal dos professores.

**A gestão educacional do plano de ações articuladas (PAR): o papel dos entes federados na trajetória do federalismo brasileiro.** E5 (198), Emmanuelle Arnaud Almeida Cavalcanti e Antonio Cabral Neto

Abstract: A forma de organização político-territorial efetivada no Brasil traz repercussões importantes para o funcionamento da democracia contemporânea. A compreensão das questões que envolvem a trajetória do federalismo brasileiro perpassa por um exame das condições históricas sob as quais o Brasil organizou sua concepção de Estado, tendo como marco regulatório a Constituição Federal (CF) de 1988. No campo da educação, tais alterações têm configurado a implementação das políticas educacionais e proclamado novas tendências, tais como a utilização dos modelos técnicos de planejamento que tomam o mercado como exemplo de eficiência, traduzindo-se em estratégias como descentralização, inovações na gestão, novas tarefas e responsabilidades. Para entender o processo de adensamento da reforma do Estado na gestão educacional dos municípios brasileiros, o artigo analisa as diretrizes do Plano de Ações Articuladas (PAR), que compreende a elaboração de um diagnóstico da situação educacional local e de planos de ação com metas que envolvem o compartilhamento de competências políticas, técnicas e financeiras para a execução de programas de manutenção e desenvolvimento da educação básica. Tomando como referencial a literatura que versa sobre o federalismo e suas nuances, a reforma do Estado e as diretrizes que regem o PAR, este artigo visa discutir seus limites e avanços, estabelecendo relações com o contexto social e político em que se insere a temática. Buscou-se, primeiro: discutir a trajetória do federalismo brasileiro; segundo, investigar limites, contradições e avanços do PAR, considerando as circunstâncias que os produziram, e, por fim, tecer considerações sobre a gestão educacional do PAR, analisando-o mediante o regime de colaboração. Conclui-se que o PAR se equilibra e se sustenta em relações intergovernamentais baseadas no gerencialismo/regulação, uma visão sistêmica de educação que responsabiliza seus atores sociais, empreendendo uma lógica empresarial dentro da educação.

**Agentes de implementação de políticas educacionais: atores, ideias e práticas.** E5 (190), Lívia Reis

Abstract: Considerando a lacuna existente na literatura no tocante à relevância e centralidade dos agentes de implementação, entendemos que o tema merece maior atenção nas análises de políticas públicas, visando compreender a atuação desses atores e suas influências sobre os processos de produção de políticas e ações governamentais. Quem são esses atores? O que fazem? Como atuam? Com quem se relacionam e de que forma influenciam a gestão de políticas públicas? O texto apresenta uma possibilidade analítica sobre a implementação de políticas públicas e lança novos olhares às políticas educacionais, enfatizando a importância dos agentes envolvidos. Situamos o percurso de construção de uma pesquisa que analisa o processo de implementação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, operacionalizada por meio dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Os estudos sobre agentes de implementação possibilitam um ponto de vista privilegiado no processo de conhecimento de ações governamentais. A discussão sobre os agentes implementadores pode trazer à tona dilemas individuais desses personagens, dando visibilidade às práxis que permeiam o cotidiano da implementação de uma política. Trata-se de um olhar apurado, visando conhecer não somente questões relacionadas aos resultados das políticas públicas, mas também aos diversos aspectos do relacionamento entre formuladores, implementadores e os cidadãos. Conclui-se que os atores moldam as políticas públicas durante os processos de implementação. Nesse sentido, torna-se fundamental verificar como isso acontece e quais as consequências para os resultados das políticas públicas. A implementação da política pública, para além de mera



execução do plano, constitui espaço de tomada de decisões que influencia sua configuração. Nessa perspectiva, a trajetória da implementação é influenciada pela interação entre seu desenho normativo e as ideias e visões de mundo dos atores envolvidos.

## **EIXO 6**

### **PODER LOCAL E EDUCAÇÃO**

[1 OUT: 14,30/16,30; AUDITÓRIO MULTIMÉDIA; MESA 6.1]

**A Autarquia e a Escola: dinâmicas de partilha na gestão dos recursos humanos.** E6 (4), Armando Paulo Felizardo e Maria João de Carvalho

Abstract: Em Portugal assistimos, atualmente, à mudança gradual do paradigma das políticas educativas. Entre o incremento da autonomia das escolas/agrupamento de escolas, inaugurando ou alargando os níveis e os tipos de decisão, e a transferência de competências da administração central para o poder local (municípios), tem ficado evidente a opção por uma descentralização focada nesta última e que os Decretos-Lei n.os 7/2003, 144/2008 e 30/2015, os quais estabelecem o regime de delegação de competências nos municípios, expressam. Com efeito, o poder local tem progressivamente adquirido novas competências no domínio da educação, nomeadamente no âmbito da gestão do pessoal não docente, sendo que é neste contexto de processo de descentralização e da crescente municipalização da educação que procuramos conhecer o modo como se articulam as lideranças autárquicas com as lideranças escolares na gestão do pessoal não docente. Ao definirmos como objetivos específicos conhecer os fatores que determinam as dinâmicas de poder/decisão; problematizar as comunidades educativas locais como locus de tensão/conflito ou de colaboração e analisar se o fator proximidade, no confronto com a centralidade, é potenciador de uma gestão de recursos humanos mais eficientes, fizemos uso, essencialmente, da análise documental e da entrevista semiestruturada enquanto instrumentos de recolha de dados. Do estudo já realizado, mas ainda em curso, foi possível concluir que a relação que se estabelece entre escola e autarquia, apesar de curial, nem sempre se revela articulada e que o pessoal não docente, afeto à autarquia, não tem uma representação simbólica dessa dependência. Concorre para esse facto o processo de avaliação e a atribuição de competências que é levado a cabo pela própria organização escolar

**Adesão à transferência de competências na área da educação: O caso dos municípios de Viana do Castelo e de Esposende.** E6 (40), Luís Gaivoto

Abstract: A base deste estudo releva a pertinência dos novos modelos de gestão, os quais estão a ser aplicados na racionalização dos recursos públicos, de modo a obter novas formas de otimização. A temática da descentralização não é recente. Pelo contrário, sendo objeto de várias linhas de abordagem, esta tem vindo, ao longo dos tempos, a ser aplicada aos mais variados campos disciplinares, em conjunturas diferentes e na prossecução de fins diversos. No que concerne ao campo da Administração Pública, assume-se como área de estudo pertinente, mantendo estreita relação com as dimensões que se propõe estudar mais aprofundadamente: as políticas educativas e a sua implementação, a eficácia e eficiência na aplicação dos recursos, bem como na boa gestão da “coisa pública”. Isto tendo em mente o objetivo premente de trazer uma maior rentabilidade à administração pública, na aplicação dos recursos financeiros que se

encontram distribuídos anualmente no orçamento de Estado. O trabalho baseou-se num estudo comparativo entre dois municípios, um dos quais onde houve transferência de competências no campo da educação (município de Viana do Castelo), e outro no qual tal não aconteceu (município de Esposende). A metodologia utilizada neste estudo utilizou o inquérito por entrevista e fundamentou-se na análise de conteúdo das entrevistas efetuadas.

**Descentralizar para otimizar processos de ensino-aprendizagem.** E6 (69), Luis Castanheira e Carla Guereiro

**Abstract:** A modernidade nas escolas passa por uma boa organização e gestão. Essa melhor administração terá maior sucesso quanto mais os dirigentes estiverem perto dos atores educativos. Por isso, é fundamental serem os atores sociais locais a gerirem e governarem as escolas locais, através de preocupações, estratégias e medidas adaptadas a cada realidade. Dada a importância, cada vez mais invocada, da intervenção dos municípios na educação e do debate do tema, na atualidade, procuraremos, conhecer os fundamentos da descentralização territorial municipal e como nela evoluíram os municípios. Para a concretização deste objetivo, analisaremos a evolução das competências das autarquias, em matéria de educação, desde o pós-“25 de Abril” à atualidade, interpretando-as à luz dos contributos teóricos e legais existentes. Demonstraremos como o poder local se pode apresentar como um agente com competências próprias, para tal necessitando de se organizar para que proporcione, de um modo correto, a audição e implicação das forças sociais, culturais e económicas da sua área geográfica e deve apresentar ideias claras quanto ao tipo de educação que preconiza, dentro das condições regionais e locais, concretizando-as em articulação com os vários agentes sociais e culturais, seus parceiros. Para a consecução da nossa investigação apoiar-nos-emos num referencial teórico constituído por um corpus autoral de referência (Fernandes, 2005, Ferreira, 2007, Formosinho, 2010, Lima, 2009) e em revisão bibliográfica pertinente e atualizada.

**A regulação do poder central no processo da construção das Cartas Educativas e a homogeneização dos discursos.** E6 (155), Dora Castro, Irene Figueiredo e Fernando Diogo

**Abstract:** O artigo que apresentamos resulta de um recorte da investigação “Os Planos Municipais de Educação (Brasil) e as Cartas Educativas Municipais (Portugal): perspectiva comparada entre as Regiões/Áreas Metropolitanas do Rio de Janeiro e do Porto”. Apresentamos algumas conclusões que se referem à realidade portuguesa (Área Metropolitana do Porto) e, apenas, às dimensões conceção e avaliação das Cartas Educativas. A existência de fortes regulações exercidas pelo poder central (através da produção de diretrizes e recomendações) no processo de construção das Cartas Educativas, levou-nos a tentar perceber qual o seu impacto na criação dos referidos documentos. Procurámos perceber, através da análise da construção discursiva presente nas Cartas Educativas, como é que os atores, ao nível local, conceberam o documento e como perspetivaram a sua avaliação/monitorização. Foram analisadas dezasseis Cartas Educativas da Área Metropolitana do Porto, utilizando-se a investigação de natureza quantitativa e qualitativa. A abordagem quantitativa foi utilizada de modo a podermos ter uma ideia mais geral acerca das semelhanças e distinções entre os conteúdos cognitivos das Cartas Educativas, a partir das quais se aplicou o aparelho estatístico habitual. Por seu turno, a abordagem qualitativa privilegiou a análise dos dados recolhidos nos documentos utilizando para a sua análise e interpretação o sistema de pattern-matching que consistiu na associação desses dados ao modelo teórico construído, baseado nas categorias e subcategorias analíticas criadas. A análise do discurso presente nas Cartas Educativas revela que os atores, ao nível local, conceberam e desenvolveram estes instrumentos seguindo o quadro das recomendações emanadas pelo poder

central, vinculando-os essencialmente a um discurso técnico-burocrático, sendo clara uma homogeneização dos discursos.

**Planeamento da educação em municípios brasileiros: as ações de gestão educacional em âmbito local.** E6 (168), Regina Tereza Cestari de Oliveira

Abstract: O Plano de Ações Articuladas (PAR) instituído pelo Decreto 6.094/2007, no segundo mandato do Governo Luiz Inácio Lula da Silva, adquiriu centralidade na política educacional brasileira, no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Trata-se de um instrumento de planejamento estratégico, elaborado pelos estados e municípios, para recebimento de assistência técnica e financeira do Ministério da Educação (MEC), estruturado em quatro dimensões, entre elas, Gestão Educacional. Este texto apresenta resultados de pesquisa que tem como objetivo analisar o processo de implementação de ações definidas no PAR em cinco municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, de modo a verificar as implicações para a gestão democrática da escola pública. O foco nos municípios deve-se à importância que adquiriram no federalismo brasileiro, ao assumirem o status de entes federados, atribuído pela Constituição Federal de 1988, com responsabilidades e deveres próprios. Para tanto, foram utilizados como procedimentos metodológicos: análise documental e realização de entrevistas semiestruturadas com atores locais, responsáveis pelo acompanhamento do PAR. Os resultados mostraram, por um lado, o caráter centralizador do governo federal, pois o MEC elaborou, previamente, critérios e indicadores para definição de ações e, por outro, que esse Ministério induziu à implantação de ações, que podem ser consideradas fundamentais à gestão democrática da educação, como: acompanhamento e avaliação do Plano Municipal de Educação; criação do Conselho Municipal de Educação; implantação de conselhos escolares; elaboração coletiva do projeto pedagógico nas escolas e, ao mesmo tempo, divulgação e análise dos resultados de avaliações oficiais do MEC. As demandas instituídas no PAR podem reafirmar as relações de poder ou conduzir à democratização da gestão da educação básica, dependendo das condições estruturais, do planejamento e da capacidade de respostas na esfera de implementação local e das escolas.

**A qualidade anunciada no plano nacional de educação como norte para ações da política pública brasileira.** E6 (209), Maria Alice de Miranda Aranda e Franciele Ribeiro Lima

Abstract: O objetivo do estudo é analisar a qualidade anunciada no Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE), diretriz básica para a efetivação de ações atuais da política pública brasileira, a exemplo do Plano de Ações Articuladas (PAR) e do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Metodologicamente o estudo está fundamentado na pesquisa bibliográfica e documental. O PNE é composto por 14 Artigos, 20 Metas e 254 Estratégias e o tema da qualidade está explicitado em 2 dos seus 14 Artigos, bem como em 9 das suas 20 metas, abarcando 25 estratégias das 254 que o compõe na totalidade. O rol de imperativos legais constantes no PNE legitima obrigações assumidas no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e em decorrência no Plano de Metas e Compromissos de Todos pela Educação em relação à qualidade da educação e do ensino, sendo então a qualidade categoria central presente no direcionamento da política pública de educação, cuja implantação, implementação e avaliação têm nessa diretriz meio e fim. Portanto, o tema da “qualidade” pode ser entendido como o eixo de sustentação pelo qual será possível ter um parâmetro de busca em direção ao alcance dos objetivos educacionais estabelecidos, bem como no processo a ser implementado pelos sujeitos sociais e educacionais. Entretanto, pode-se depreender que a qualidade na educação não está imune a entendimentos dúbios, incertos, imprecisos, servindo a interesses vários, por isso é preciso buscar compreendê-la em relação à totalidade das relações sociais, com base em uma concepção “histórico-social”.

Por este caminho pode-se começar a visualizar possibilidades de um projeto de sociedade, de educação e de ser humano sustentado por uma qualidade socialmente referenciada para todos.

## **EIXO 6**

### **PODER LOCAL E EDUCAÇÃO**

[1 OUT: 14,30/16,30; SALA 0054; MESA 6.2]

#### **A Escola, o Movimento Social e a Política. E6 (14) José Adelson Cruz**

Abstract: As Manifestações de Junho de 2013 configurou-se como potencial social inovador e denunciou a contradição entre democracia e vida societária, ou seja, revelou o fosso entre sistema político e sociedade brasileira. Foi uma insurgência contra a ideia de sociedade civil “virtuosa” e as abordagens das teorias de transição democrática que formatou o consenso administrado por cooptação desde meados dos anos 1980. O objetivo da pesquisa é compreender os sentidos e significados da educação, sobretudo, a escola pública, presentes nas Jornadas de Junho. Investigamos a problemática a partir de pesquisas de opiniões, depoimentos, reportagens e bibliografia, visando apreender a relação entre escola e espaço público, como lugares e modos específicos de agir que condense a cidadania e a democracia. Posto isto, o objetivo do texto é socializar os primeiros achados da pesquisa. Refletir nexos e tensões entre políticas educacionais e os gritos das ruas à luz das teorias dos novos movimentos sociais. Constatamos que o conjunto de práticas desenvolvidas pelas organizações sociais, ao entender a gestão democrática da escola pública como atividade de especialistas, contradiz as demandas dos protestos. Sobretudo, que renovação dos sujeitos políticos e das práticas sociais, a partir das Manifestações assinala que é no âmbito societário, que reside à capacidade de instauração da democracia e da cidadania. Por fim, o texto evidencia que o contexto e substância da cidadania política é a experiência social de lutas, em especial, moradia, escola, transporte, saúde, segurança, consumo e saneamento.

#### **A categoria cidadania no contexto escolar: endereçamentos discursivos na fabricação e consumo de identidades estudantil. E6 (126), Gabriel Dos Santos Kehler e Joacir Marques da Costa**

Abstract: Este ensaio teórico tem por finalidade problematizar algumas discussões acerca dos movimentos discursivos que disputam à categoria cidadania e, seus efeitos polissêmicos na “fabricação e consumo” de identidades estudantis no/do/sob o contexto escolar neoliberal. A presente proposta configura-se teórico-metodologicamente como um estudo bibliográfico de abordagem qualitativa. Ademais, são múltiplas as confluências de sentidos endereçadas às práticas escolares, legitimadas por meio de políticas públicas de um “Estado de quase mercado”. Não obstante, faz-se mister compreender que, pela unilateralidade do viés mercadológico, significando a representação vazia sobre o termo, compreende-se que mesmo em propostas escolares ditas “progressistas”, o que prevalece é o consumo de uma cidadania voltada às necessidades de um projeto neoliberal, sendo impossível a sua plenitude, pois esta, encontra-se constantemente em renegociação com o meio o qual se insere, a própria sociedade capitalista. Prontamente, a escola imbricada à preceitos de cidadania na formação de seus estudantes, tende a ser aquela comprometida com as novas exigências contemporâneas, baseada nas competências e habilidades empreendedoras. Destarte, através da competitividade individual

endereça-se a fabricação de uma identidade estudantil de “novo tipo”, como gestores “de si”, que negociam subjetivamente com as necessidades do capital, que de alguma forma, passam a ser suas. Em contrapartida, defende-se que a organicidade efetiva da cidadania em termos mais amplos, só seria possível na/pela crítica radical, o que se torna um martírio àqueles que se orientam por um viés ideal para a categoria, pois como postulado por Michel Foucault na obra *A Ordem do Discurso*: “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos nos apoderar” (FOUCAULT, 1971, p. 10).

**Modernização urbana e a construção da cidadania no período do Estado Novo em Cuiabá – Brasil.** E6 (111), Gino Francisco Buzato e Elizabeth Sá

**Abstract:** Apresenta-se uma análise da dimensão educativa da cidade de Cuiabá, em Mato Grosso–Brasil, no período nacionalmente denominado de Estado Novo (1937-1945), marcado por uma política de integração e modernização nacional. Pela convivência na/com a cidade os indivíduos forjam sua cidadania, uma vez que, em amplo sentido, a cidade constitui-se como espaço educativo no qual as ações sociais empreendidas por seus diferentes atores configuram-se tão ou mais educadoras que as experiências ocorridas nos espaços eminentemente escolares. Certeau (1994), afirma que a cidade é concebida como campo investigativo para a educação em geral na perspectiva investigativa de “quem educa quem?”, uma vez que os indivíduos, ao mesmo tempo em que moldam as novas construções arquitetônicas da cidade, sofrem as interferências destas no seu processo de formação cidadã. Esse questionamento norteia a análise dos dados, constituídos de documentos escritos e fotografias, coletados no Arquivo Público do Estado, na perspectiva da História Cultural proposta por Chartier (1989), que preconiza uma explicação mais global dos fenômenos sociais a partir do estabelecimento de uma relação direta entre história e representações, as quais traduzem as diversas formas de apropriação da realidade. O estudo realizado mostra que as transformações urbanas promovidas pelo “Estado Novo” em Cuiabá, produziram espaços educativos no ambiente citadino tais como o Cine Teatro, Liceu Cuiabano, Grande Hotel, Centro de Saúde, entre outros. Esses espaços, ao promover redes de sociabilidades entre seus frequentadores, incentivaram a troca de ideias e a produção de novos conhecimentos, desencadeando a adoção de novas posturas e atitudes.

**Políticas Públicas para a Educação Infantil e os desafios do poder local frente à universalização.** E6 (139), Silviani Monteiro Sathres e Jucemara Antunes

**Abstract:** O presente artigo apresenta uma síntese de uma pesquisa em andamento do projeto intitulado “Interlocuções entre políticas públicas e ações pedagógicas: limites e possibilidades” desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa Elos da Universidade Federal de Santa Maria, e conta com apoio do Programa Observatório da Educação, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/Brasil. Articula-se ao evento com o eixo temático Poder local e Educação. Objetiva-se apresentar algumas reflexões a partir da análise das atuais Políticas Públicas Educacionais para a Educação Infantil (EI) e os desafios impostos à gestão educacional em âmbito municipal para implementá-las, tomando como referência a universalização do atendimento para esse nível da educação. Para tanto, optou-se neste trabalho pela abordagem qualitativa e análise documental das políticas públicas educacionais para a Educação Infantil, além da consulta aos dados do Instituto de Pesquisa Anísio Teixeira (INEP). Como referencial teórico utilizamos Ramos de Oliveira (2013), Campos (2010), Rosemberg (2002 e 2003), Didonet (2014), Sanches (2010), Neri (2005) e Pedrosa de Andrade (2010). Ao avaliarmos os dados preliminares do INEP a EI foi à etapa da Educação Básica que registrou aumento significativo de matrículas. Esse aumento é decorrência da aprovação de políticas públicas para a Educação

Infantil determinando a obrigatoriedade do ingresso, o direito da criança e responsabilidade dos poderes públicos em oferecer a vaga nessa etapa da Educação Básica. Concluímos que são importantes esforços coletivos tanto em âmbito nacional estabelecendo metas, apoiando financeiramente e realizando um monitoramento das ações, quanto em âmbito municipal para buscar concretizar as ações previstas no que se refere a ampliar a oferta e garantir o atendimento à EI com vistas à universalização.

**Direito versus obrigatoriedade para a Educação Infantil: um diálogo com a escola pública e os desafios do poder local.** E6 (140), Jucemara Antunes e Silviani Monteiro Sathres

**Abstract:** O presente trabalho foi realizado com apoio do Programa Observatório da Educação, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/Brasil e apresenta uma síntese de uma pesquisa em andamento que tem como objetivo analisar as atuais Políticas Públicas Educacionais para a Educação Infantil, observando o direito de atendimento nas instituições de ensino e a obrigatoriedade do poder público em garantir para que possa ser legitimado. Optou-se pela abordagem qualitativa e análise documental das políticas públicas educacionais para a Educação Infantil e consulta aos dados do Instituto de Pesquisa Anísio Teixeira (INEP). Como teórico utilizamos Ramos de Oliveira (2013), Campos (2010), Rosenberg (2002 e 2003), Didonet (2014) e Pedrosa de Andrade (2010). A partir da análise dos textos das atuais políticas públicas educacionais para a Educação Infantil pode-se dizer que a obrigatoriedade diz respeito aos pais e ou/responsáveis e aos poderes públicos. Os pais são responsabilizados pelo não cumprimento da obrigação em matricular seu filho na Educação Infantil. Com relação aos Poderes Públicos, o não oferecimento importa em responsabilidade da autoridade competente, podendo nesse caso responder por crime de responsabilidade. Concluímos que ao analisar as políticas públicas para garantir o acesso à Educação Infantil como um direito da criança, visualiza-se nesse cenário, avanços que vêm ocorrendo progressivamente em nosso país, desde 1988, com a constituição Federal, a LDBEN (BRASIL, 1996) que marca o delineamento das políticas públicas para a Educação Básica, até chegarmos a legislações atuais.

**Desafio da ética das profissões: ‘ser bom profissional’ no desempenho docente do ensino superior.** E9 (160), Ernesto Martins

**Abstract:** A profissão é uma atividade social humana, pela qual o indivíduo presta um serviço específico à sociedade, de modo institucionalizado. O acesso ao exercício de uma profissão tem processo contínuo de capacitação e especialização formativa, a qual tem como objetivo o desenvolvimento pessoal e profissional. Um bom profissional entrelaça as competências e habilidades com a capacidade valorativa. A literatura especializada de ética das profissões diz-nos que o profissional no seu desempenho valoriza competências de índole científico, social, técnico-organizacional, ética e afetivo-emocional. Neste sentido realizamos uma investigação quantitativa (estudo de caso exploratório e descritivo), em 2014 para analisar os valores e as atitudes dos professores do ensino superior na sua profissão (IPCB). Nortearam-nos os seguintes objectivos: Quais características dos docentes ensino politécnico de ‘ser bom profissional; Quais Valores/atitudes valorizados por esses profissionais no desempenho profissional. Aplicamos 2 instrumentos a uma amostra de n=30 docentes: entrevista semiestruturada de 5 características ‘Ser bom Profissional’ seguido da valorização em inventário das características mais valorizadas; questionário de 55 ítems sobre valores/atitudes perante a profissão. Os dados demonstraram que os docentes valorizam mais a competência técnico-organizativa, seguida da ética e da científica o que coincide com estudos internacionais e num cenário atual que se questiona a ética da profissão.

**“À mulher de César não basta ser honesta, tem de parecer honesta” – Uma análise institucional à luz de valores, relações de gênero e de poder. E9 (207), Maria Custódia Rocha**

Abstract: Apoiando-nos nas premissas das perspectivas (neo) institucionais, analisando o conteúdo do provérbio “À mulher de César não basta ser honesta, tem de parecer honesta”, temos como principal objetivo, neste texto, mostrar como suposições racionalistas e teses institucionais, na sua correlação (Ellström, 1992), assentam em racionalidades várias e conformam-se com os sistemas de valores que permeiam as organizações institucionalizadas. Estes sistemas de valores e os processos de institucionalização, de (re)institucionalização e de (de)sistitucionalização que os assistem conformam-se, também eles, com sistemas de valores mais amplos que não podem deixar de estar associados a poderes e a significados instituídos sobre o que se entende por masculinidades e feminilidades nas sociedades ocidentais.

**EIXO 6**

**PODER LOCAL E EDUCAÇÃO**

[2 OUT: 16,45/18,15; SALA 10; MESA 6.3]

**Instrução pública local: CUIABÁ/MT/BRASIL (1889-1910) E6 (16), Nilce Vieira Campos Ferreira**

Abstract: Nos anos propostos para essa investigação a educação mato-grossense sofreu mudanças acarretadas por decretos que regulamentavam a instrução pública. Diante da falta de uma proposta unificadora para a instrução pública nacional brasileira, estados e municípios assumiram certa autonomia organizacional em termos de instrução com a possibilidade de organizarem independentemente ou complementarmente um “sistema” de ensino marcado por leis de instrução, regulamentos, criação de escolas, destinação de verbas para gasto com custeio no âmbito local. Procuro responder: como o município de Cuiabá se fez presente? Houve autonomia municipal frente ao domínio explícito dos presidentes do estado, política e economicamente, no território mato-grossense? Procedo a uma incursão pelos caminhos da legislação e análise documental ponderando a instrução pública cuiabana à luz de decretos, regulamentos e mensagens emitidas pelos presidentes de estado. O estudo abrangeu fontes oficiais depositadas na Câmara Municipal de Cuiabá/MT e Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Mensagens dos presidentes de estado foram consultadas no Center for Research Libraries. Averiguo que o estado de Mato Grosso atuou expressivamente na consolidação da instrução pública. Regulamentos delineavam uma ação educacional com indícios da presença de uma legislação descentralizadora da gestão do ensino promovendo a regulamentação local dessa obrigação. Averiguo, ainda incipiente, uma posição decisória no campo educacional ações para encetar um “sistema de educação” nas sucessivas reformas para difundir a legislação concernente ao ensino oficial. Nas decisões presidenciais mato-grossenses identifiquei percepções educativas circulantes de uma proposta educativa coerente com as concepções modernas que a República brasileira tencionava instalar. Com isso lanço um novo olhar sobre a instrução pública mato-grossense, e pondero a organização da instrução pública cuiabana mato-grossense no período.

**Ação do governo local em políticas de educação profissional: o caso do PROEJA FIC em Salvador.** E6 (66), Gilmara Conceição

Abstract: O presente texto apresenta a discussão da pesquisa que vem sendo realizada no âmbito do Mestrado em Educação da Universidade Federal de Pernambuco e tem o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos - PROEJA como objeto de estudo. A pesquisa em questão se propôs a apresentar uma análise do processo de implementação da política do PROEJA no Sistema Municipal de Educação de Salvador. Para isso, buscou problematizar as dificuldades e impasses vivenciados nesse processo, além de identificar as percepções e expectativas dos sujeitos implementadores da política. A pesquisa pautou-se na abordagem qualitativa, tendo como enfoque teórico o materialismo dialético. A opção por essa base teórica justificou-se porque a mesma considera o contexto do fenômeno social que se estuda, privilegiando a prática e o propósito transformador do conhecimento. Quanto aos procedimentos técnicos a pesquisa foi desenvolvida por meio do estudo de caso. A fim de atender aos objetivos propostos, foram utilizados como técnica de coleta de dados os seguintes instrumentos: análise de documentos e entrevistas semi-estruturadas. As conclusões preliminares permitem inferir que a política vem sendo executada de forma fragilizada e faz-se necessário buscar estratégias de acompanhamento e avaliação a fim de que a mesma

**A Formação Inicial de Professores do Ensino Básico e as TIC: Um cenário para a convergência das políticas e a sua concretização.** E6 (149), Rosana E. Martínez Barcellos, Carlinda Leite e Angélica Maria Monteiro

Abstract: Os avanços científicos e tecnológicos do fim de S. XX e o decorrer do S. XXI (Castells, 2000; Coll, 2009; Litwin, 2009), tem marcado um sentido possível no desenvolvimento de políticas em Educação. Nomeadamente, a nível mundial, as políticas têm reforçado a necessidade de acompanhar estes processos salientando a importância que tem, para um ensino adequado as novas necessidades da aprendizagem, o desenvolvimento de capacidades vinculadas às TIC. Considerando que o Ensino Básico (EB) é fundamental na socialização dos indivíduos com às TIC, e necessita de professores capacitados, que tenham vivenciado experiências que outorguem sentido a seu uso no ensino, propomos por objetivo: analisar o lugar que é dado às TIC na Formação Inicial de Professores (FIP) de EB, discutindo as tensões existentes entre as agendas internacionais e nacionais em Portugal, e refletindo acerca das possibilidades reais que tem as instituições de re-escrever essas políticas (Ball, 2001; Bowe, Ball, & Gold, 1992), de acordo às necessidades. A componente empírica do estudo constitui-se da análise de documentos que orientam às políticas internacionais e nacionais em relação às TIC e sua presença na FIP. Ao nível local, foram analisados os marcos legais que regulam a FIP de EB em Portugal, e os planos e programas de uma instituição universitária. Para conhecer aspetos da gestão institucional na re-escrita das políticas, recorreremos a entrevistas a diretores de cursos de FIP de 1º e 2º Ciclo de EB. O estudo permitiu concluir, que ainda as TIC tenham ocupado um lugar importante nos discursos políticos internacionais, nomeadamente no que respeita a Educação, e consequentemente na FIP, existem políticas que limitam o campo de atuação das instituições na elaboração de processos de formação para o uso das TIC no ensino. Finalizamos revalorizando o potencial transformador das instituições e seu lugar fundamental na produção de novos caminhos para as políticas de FIP em relação com a tecnologia educativa.



**O Plano de Ações Articuladas (PAR) e a qualidade no ensino fundamental público brasileiro: um olhar a partir das práticas pedagógicas em municípios de Mato Grosso do Sul, uma pesquisa em andamento.** E6 (154), Maria Isabel Soares Feitosa e Marília Fonseca

Abstract: Trata-se de uma investigação, em andamento, do mestrado em Educação da Linha de Pesquisa Política e Gestão da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Integra-se a uma pesquisa em rede interinstitucional denominada “Gestão das políticas educacionais no Brasil e seus mecanismos de centralização e descentralização: o desafio do PAR em escolas de ensino fundamental” envolvendo docentes, mestrandos e doutorandos de 05 universidades sul-matogrossenses. A pesquisa, em curso, objetiva compreender o modo como as Secretarias Municipais de Educação atuam, em colaboração com as escolas da rede de ensino público fundamental, para a concretização das ações propostas no Plano de Ações Articuladas (PAR) voltadas para a melhoria da qualidade educacional dos municípios sul-matogrossenses de Corumbá, Coxim, Ponta Porã e Dourados. Referencial teórico utilizado: Palumbo (1994), Haddad (2008), Ferreira e Fonseca (2013) Saviani (2009), Abrucio (2010) entre outros. Insere-se na modalidade quali-quantitativa, utilizando-se dados estatísticos socioeconômicos e educacionais de cada município. A investigação qualitativa será realizada por meio de: a) análise das políticas públicas voltadas para a melhoria da educação básica brasileira, sob o olhar de autores que tratam conceitualmente sobre o tema, sobretudo o federalismo, a qualidade educacional e as práticas pedagógicas que são as categorias de estudo; b) análise documental da legislação sobre planejamento educacional nacional e local, leis federais e documentos oficiais sobre o PAR; c) entrevistas semiestruturadas com gestores das secretarias municipais, d) entrevistas com gestores de 04 escolas públicas municipais de Dourados, MS. Neste momento está em curso estudo bibliográfico sobre: federalismo, políticas educacionais e planejamento educacional. Em concomitância acontece a pesquisa documental tendo como referência as leis federais, estaduais e municipais sobre educação básica.

**Poder local e ensino de história regional no Maranhão.** E6 (194), Dayse Martins

Abstract: Abordagem sobre o enfoque de conteúdos referentes à História regional no nível Médio da Educação Básica da rede pública estadual do Maranhão, ressaltando os impactos da atuação do poder local na seleção de conteúdos e práticas docentes. O estudo terá como referência as contribuições da Nova História especificamente em História Cultural a partir da abordagem de Roger Chartier. Na análise sobre Currículo serão considerados os princípios teórico-metodológicos da Nova Sociologia da Educação de Ivor Goodson e André Chervel que ampliam a compreensão do currículo para além da dimensão técnica ressaltando seu aspecto político e as contradições presentes em sua constituição. A pesquisa é documental, qualitativa com método de abordagem hipotético-dedutivo e método de procedimento comparativo. A obtenção de dados enfocou as propostas curriculares da rede estadual de ensino do Maranhão bem como registros que demonstram a atuação de governantes locais na modelação do currículo em torno da caracterização cultural do maranhense trabalhada nas escolas.

## EIXO 6

### PODER LOCAL E EDUCAÇÃO

[2 OUT: 16,45/18,15; Auditório Multimédia; Mesa 6.4]

**O papel do conhecimento na construção de políticas locais de educação** E6 (6), Clara Freire da Cruz e Luís Miguel Carvalho

Abstract: O conhecimento especializado vem ganhando maior presença na fabricação e na gestão das políticas públicas, seja como fonte de legitimação seja como elemento constituinte das próprias políticas. Paralelamente – e no quadro, mais amplo, da ação pública –, vem sendo notada a crescente capacidade de muitos atores sociais para mobilizarem conhecimento para contraporem aquelas orientações ou, mesmo, para proporem novas orientações e dispositivos de ação coletiva. Com base nestas constatações, geradas em estudos anteriores, abordamos nesta comunicação o tema do papel do conhecimento na construção de políticas locais de educação, procurando ampliar a compreensão acerca da relação ativa – e mutuamente constitutiva – entre política e conhecimento, agora em contextos locais. Assim, a partir dos conceitos-chave de regulação e de regime de conhecimento, o nosso estudo pretende: (a) identificar e caracterizar diferentes modalidades de presença e de uso de conhecimento(s) na ação pública local, em momentos de problematização da situação educativa local e/ou de preconização de soluções para a ação educativa local; (b) 'testar' a hipótese segundo a qual diferentes regimes de conhecimento estão associados a diferentes modalidades de regulação local da educação. Sustentamos empiricamente o nosso trabalho na análise secundária de dados provenientes do estudo desenvolvido em 11 municípios pertencentes à Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo. Da análise dos dados resulta uma tipificação dos casos encontrados, em função (a) das modalidades de entendimento e de mobilização do conhecimento na construção de políticas educativas locais e (b) das modalidades de regulação historicamente constituídas e prevalecentes em cada contexto. Assim, os nossos resultados referenciam: quem mobiliza – e como mobiliza – o conhecimento para a ação pública; a intencionalidade política associada a essa mobilização; os efeitos do uso do conhecimento nos processos de construção das políticas educativas locais.

**Gestão dos Recursos Públicos para a Educação Infantil: concepções dos secretários de educação e conselheiros do Fundeb em municípios do nordeste Brasileiro.** E6 (74), Patrícia Maria Simões, Juceli Lima e Manoel Zózimo Jr.

Abstract: A implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais de Educação – Fundeb – fortaleceu o debate nacional sobre o uso de recursos públicos e o investimento na Educação Infantil. A escolha por uma política de inclusão das crianças pequenas nas creches e pré-escolas vem se dando no país a partir da importância que a primeira infância vem assumindo na agenda societária e governamental. Este estudo analisou as percepções de Secretários Municipais de Educação e Conselheiros Municipais do Fundeb em 382 municípios do Nordeste brasileiro sobre a utilização desses recursos na Educação Infantil. Trata-se de uma pesquisa de natureza quantitativa, cuja amostra foi probabilística estratificada, com a participação de 382 secretários e 2.489 conselheiros. De forma geral, os dois segmentos, secretários e conselheiros, convergiram em suas opiniões, apenas foi revelada uma visão mais positiva dos secretários sobre a adequação das formas de investimento. Os participantes assinalaram o uso dos recursos do Fundeb tanto para a ampliação do atendimento, como para a melhoria da qualidade. Foi registrada uma divergência no que se refere à aplicação

maior na formação docente, afirmada pelos secretários, enquanto os conselheiros destacaram o maior investimento no aumento de salários. Como conclusão, este estudo dialoga com estudos anteriores que apontam para a priorização dos investimentos dos municípios no ensino fundamental, mesmo considerando que as vagas nas creches ainda são insuficientes, embora seja de responsabilidade do poder local. Por fim, discute-se que para a implantação de uma política de inclusão das crianças pequenas na Educação Infantil, faz-se necessário uma mudança cultural na concepção dos diferentes atores e segmentos da sociedade sobre o direito da criança a um atendimento educacional de qualidade.

**Elementos Políticos-Estratégicos na Formação Contínua dos Gestores Escolares: o caso do Programa de Desenvolvimento Educacional do Paraná (PDE/PR), E6 (167), Marta Croce**

Abstract: O Programa de Desenvolvimento Educacional do Paraná (PDE/PR) pode ser entendido como uma estratégia política de governo, que possui caráter inovador no modelo de oferta e no processo de capacitação contínua dos gestores de escolas públicas. Neste texto questiona-se o estabelecimento do consenso na criação desta política educacional, focando os elementos políticos-estratégicos de Governo, que envolve as universidades públicas e o sindicato de classe, enquanto tripé estrutural do Programa. Os resultados indicam que esta política de formação continuada sofre desmonte gradativo, o que trará prejuízos para os professores, universidades e escolas de educação básica, no que concerne à gestão administrativa e pedagógica.

**Relação Autarquia/Escola. A Construção do Projeto Educativo Municipal. E6 (176), Miguel Oliveira**

Abstract: Apresentamos nesta comunicação o processo de construção do Projeto Educativo Municipal para o concelho de Óbidos. Um processo que inclui a participação de inúmeros intervenientes, nomeadamente a escola, a autarquia, as famílias e a comunidade. A conceção do espaço educativo, na contemporaneidade, merece ser alargada e tornar-se num conceito de expansão, inclusão e reflexão intencional de participação e ativação de comunidade(s). É na construção de uma escola de qualidade assente na criatividade e nas potencialidades do aluno e do território, que o Município deve ter um papel essencial estabelecendo um padrão de proximidade e complementaridade aos processos educativos definidos por um Ministério que estabelece linhas de ação nem sempre exequíveis tendo em conta as características territoriais, demográficas e sociais específicas. O Projeto Educativo Municipal de Óbidos surge assim, do desejo de desenvolver um conceito de educação próprio, assente num projeto que emana da comunidade, com um identidade própria e se dissemina em conjunto com algumas das melhores práticas internacionais.

**Premiação e avaliação em larga escala: há lugar para a ciência dos atores? E6 (189), Flávia Werle**

Abstract: No cenário de descentralização, de criação de sistemas municipais de ensino, de corresponsabilidade dos colegiados de diferentes níveis (Conselho Nacional de Educação até Conselhos Escolares), de avaliações em larga escala que se tramam e sobrepõem, de multiregulação, de performatividade, várias questões podem ser formuladas. A questão central que aqui propomos é: como municípios que são transpassados por múltiplas políticas educacionais criadas, implementadas e avaliadas por outras instâncias (em especial a federal) alcançam desempenhos escolares significativos? O estudo desenvolve-se no contexto do projeto Observatório de Educação Inep/Capes, intitulado Indicadores de qualidade e gestão democrática, especificamente no subprojeto designado Gestão da educação municipal, indicadores de

qualidade e gestão democrática cujos objetivos são: \* discutir dimensões da gestão escolar no âmbito municipal identificando que elementos do contexto escolar influenciam nos resultados de aprendizagem dos alunos; \* descrever processos de mediação realizada pela gestão da educação municipal ensaiando relações explicativas para os níveis de desempenho alcançado. O foco desta comunicação é a ação dos atores da rede do Município de Nova Petrópolis, no Rio Grande do Sul, reconhecido em nível estadual pelo alto nível educacional alcançado por três de suas escolas, o que lhe valeu, em 2014, o Troféu Educacional Governador Leonel Brizola. Trata-se de uma distinção atribuída pela Assembléia Legislativa do Estado a escolas das redes públicas estadual e municipal que alcançaram um alto índice de desenvolvimento da educação básica. A investigação envolveu entrevistas com gestores municipais, diretores de escolas e professores, assim como análise de documentos. A comunicação descreve políticas educacionais que incidem sobre as redes municipais, as condições e tradições locais bem como as estratégias criadas pelos atores para desenvolver e consolidar o nível educacional coerente com o contexto.

## **EIXO 7**

### **PROJETOS DE ESCOLA/AGRUPAMENTO, LIDERANÇAS E CULTURAS DE AUTONOMIA**

[1 OUT: 14:30/16,30; Auditório IE (pequeno); Mesa 7.1]

#### **A importância da liderança na formação de turmas como instrumento de combate ao insucesso escolar. E7 (30), Paula Romão e Fátima Fradinho**

Abstract: Num momento em que o Conselho Nacional da Educação alerta para a problemática dos níveis elevados de retenção dos alunos do ensino básico e secundário; num momento em que o relatório PISA 2014 refere que em Portugal os alunos com melhores desempenhos (7,4%) estão abaixo da média da OCDE (11,4%) e, num momento em que o relatório Talis 2013, alerta para a necessidade de se reforçar a formação dos diretores escolares, apresentamos um estudo levado a cabo no concelho da Maia que evidencia esta realidade. É um estudo de caso, relativo a seis anos letivos, contextualizado no concelho da Maia, com cariz longitudinal de metodologia mista, cuja recolha de dados foi feita essencialmente através de análise documental (pautas de avaliação) e entrevistas aos diretores das escolas. Foram recolhidos dados de 970 turmas, abrangendo 22.412 alunos. Neste contexto, analisamos qual a importância da existência de critérios na constituição de turmas no 3º ciclo tendo em vista o sucesso escolar dos alunos e também qual o impacto que as direções das escolas/agrupamentos podem ter no combate ao insucesso escolar através da criação e implementação de projetos. Conclui-se sobre a influência que a constituição das turmas, no 3º ciclo, tem numa escola para todos no âmbito do sucesso escolar. Detalha-se o caso de uma escola que, no 3º ciclo, obteve uma taxa de sucesso escolar de 95,77% entre os anos letivos 2007/2008 e 2011/2012, cujas turmas foram construídas de forma mais homogênea, de acordo com as competências dos alunos, em que os resultados por eles obtidos foram francamente superiores aos registados nas restantes escolas do concelho da Maia. Conclui-se que, tanto nas turmas constituídas por competências, como nas dos alunos mais proficientes foi possível recuperar os alunos com mais dificuldades e, simultaneamente, promover a excelência académica dos alunos mais proficientes. Por último conclui-se sobre a importância de a liderança ser a base da organização escolar.

**Práticas de liderança de coordenadores de departamento curricular.** E7 (169), Ana Isabel Freitas e Lúcia da Conceição Grave-Resendes

**Abstract:** A ação dos líderes escolares é hoje reconhecida na literatura da especialidade como uma das variáveis determinantes da mudança e da melhoria das organizações escolares. Todavia, a responsabilidade pela gestão e liderança das escolas deixou de ser uma atividade apenas atribuída aos líderes de topo, passando, assim, a fazer parte das funções dos líderes intermédios. Além de terem de estabelecer a relação entre os líderes de topo e os seus pares, a sua ação deve fazer sentir-se, essencialmente, ao nível do processo de ensino e de aprendizagem. Entre os líderes intermédios nas escolas encontra-se o coordenador de departamento curricular. A criação de departamentos curriculares no ensino secundário é relativamente recente no nosso país, assim como a função de coordenador de departamento curricular. Mais do que nunca, estes líderes escolares assumem um papel fulcral a nível organizacional e espera-se que exerçam lideranças pedagógicas que apelem à participação e ao self-engagement dos docentes por vontade própria, para a melhoria da qualidade escolar. Esta comunicação pretende apresentar os resultados de uma investigação sobre as práticas de liderança dos coordenadores de departamento curricular de uma escola secundária da Região Autónoma da Madeira, Portugal. Seguindo uma investigação de natureza mista, com a aplicação de entrevistas e questionários a todos os docentes da escola em estudo, concluímos que a prática de liderança mais exibida pelos coordenadores de departamento tem a ver com a possibilidade de “Permitir que os Outros Ajam”. Os professores consideram que, apesar de se sentirem apoiados na tomada de decisões, os coordenadores de departamento deixam margens aos colegas para a realização do seu trabalho, tornando, assim, possível o seu desenvolvimento pessoal e profissional.

**O Diretor de Curso na Universidade: Líder Pedagógico ou Gestor Administrativo?** E7 (41), Marta Oliveira

**Abstract:** A gestão das universidades portuguesas, com uma tradição de coabitação entre hierarquia e colegialidade, assume agora novos posicionamentos nos modos de gestão e na procura de mercados e clientelas. O novo gerencialismo público influenciou a gestão das universidades através da introdução de novas lógicas e metodologias de governo, quer ao nível de topo, quer intermédio. O presente estudo foca-se no estilo de liderança do Diretor de Curso da universidade, considerando o seu desempenho numa organização como a universidade. Pretende-se apurar se este assume um perfil de líder pedagógico ou se, fundamentalmente, se centra na gestão de procedimentos administrativos. Através da “lente” das imagens organizacionais, pretende-se analisar e compreender as funções deste líder intermédio, tendo em conta, em particular, a cultura organizacional enquanto modo de descrever a vida da organização e a sua conceção de liderança. O paradigma da investigação é o descritivo-interpretativo e o procedimento metodológico a seguir é o estudo de caso, socorrendo-se, de entre outros instrumentos de recolha de dados, do inquérito por questionário. Os Diretores de Curso são tidos como atores-chave nas mudanças da universidade no que se refere ao ensino e aprendizagem e à própria gestão académica. Esta função, para além das académicas, exige competências interpessoais, sociais, de comunicação e gestão. Neste sentido, como resultados desta investigação pretende-se identificar e caracterizar os tipos de liderança do Diretor de Curso, especificamente: liderança pedagógica, gestão administrativa ou titularidade formal.

**Brincando de “ser sateré-mawé”: contextos lúdicos diversificados como elementos de construção das culturas infantis.** E7 (9), Roberto Sanches Mubarak Sobrinho

**Abstract:** O presente artigo consiste na apresentação dos resultados da pesquisa realizada junto à comunidade indígena da etnia Sateré-Mawé – a partir de uma inserção participante e de viés etnográfico em seus contextos cotidianos. A comunidade pesquisada se localiza em uma área urbana na cidade de Manaus, estado do Amazonas, Brasil, tendo como sujeitos um grupo de 12 crianças entre 04 e 12 anos que durante 08 meses foram nossas interlocutoras e nos evidenciaram, através de diversas linguagens – desenhos, escrita, fala, músicas e brincadeiras – como elas vivem e constroem suas culturas da infância, tendo tanto os elementos tradicionais da cultura de seu povo quanto as diversas influências do meio urbano, elencados nos seus “jeitos de viver” sua cultura de maneira lúdica. O texto reflete juntamente com as crianças a importância da valorização da cultura Sateré-Mawé através das brincadeiras, dos desenhos, das músicas tradicionais e da língua, e como neste “lugar fronteiro” – o espaço urbano – são construídas estratégias para garantir seus “jeitos” próprios de ser indígenas, de viver e construir suas culturas da infância, de ser da etnia Sateré-Mawé e, ainda de se relacionar com o “mundo” e a escola do “branco”. A pesquisa nos demonstrou a importância de olhar e compreender a infância sob a ótica das crianças Sateré-Mawé, entendendo que neste grupo indígena o conceito de infância é bastante distinto dos conceitos veiculados nos espaços acadêmicos, e o quanto, a partir desta compreensão, passamos a respeitar os seus modos de viver a criança. Não aquela criança que se enquadra nos padrões das sociedades de consumo e que tem no brinquedo industrial e na mídia, a definição da imagem de si mesma. Mas, a visão das próprias crianças, que ao valorizarem suas culturas lúdicas, mostraram-nos o quanto vale a pena ser diferente num mundo que tanto impõe a padronização.

**Infância em Cena no Museu Amazônico** E7 (32), Evelyn Lauria Noronha, Carolina Brandão Gonçalves, Débora de Souza e Gyane Karol Santana Leal

**Abstract:** O presente trabalho visa descrever as atividades realizadas pelo projeto de extensão intitulado “Infância em Cena” através de uma parceria entre a Universidade do Estado do Amazonas- UEA com o Museu Amazônico, órgão suplementar da Universidade Federal do Amazonas-UFAM. Tivemos como foco aprofundar os estudos da infância numa perspectiva interdisciplinar promovendo espaços de diálogo que possibilitassem ampliar o debate sobre a infância e os direitos humanos contribuindo para a compreensão do reconhecimento da criança como sujeito de direitos e estimular a promoção de políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes em Manaus. Para tanto, buscamos embasamento em autores como Sarmento (2011), Noronha (2010) e outros. As ações do projeto incluíam a exibição de filmes, documentários e debates com crianças, adolescentes e adultos interessados. Os encontros foram realizados em caráter alternado entre escolas públicas, Museu Amazônico e Universidade do Estado do Amazonas. Os filmes e documentários possibilitaram uma reflexão aprofundada onde os participantes puderam compreender os problemas e propor soluções para os dilemas enfrentados pelas crianças amazonenses, na perspectiva de tornarem-se promotores e defensores dos direitos humanos, em especial das crianças e adolescentes. A proposta também permitiu trabalhar no exercício da cidadania, buscando articular o compromisso da Universidade com a sociedade, favorecendo a integração com a comunidade para conhecimento das demandas sociais que poderão surgir a partir dos encontros. Concluímos que o referido projeto trouxe contribuições para a sociedade e para uma maior integração entre os envolvidos no projeto e a comunidade, e observamos que essa parceria colaborou para construir um olhar sensível entre as partes envolvidas para essa temática que é de grande importância para a sociedade de maneira geral.

**As Imagens de Ciências mediante as Crianças do Liceu de Artes e Ofícios Claudio Santoro – Manaus/Am. E7 (110), José Cavalcante Lacerda Junior e Evelyn Lauria Noronha.**

**Abstract:** Enquanto elemento da condição humana, a capacidade de produzir imagens, através dos desenhos, movimenta a utilização dos órgãos sensoriais que exigem informações e conhecimentos que fazem parte de cada sujeito, dinamizando hábitos, referências e sentidos, que coadunam diante daquilo que aparece. O presente artigo emerge como uma síntese da pesquisa de dissertação, “Das imagens das Crianças às Imagens de Ciências: o encontro da cultura infantil com a cultura científica”, a qual teve como objetivo geral conhecer quais imagens as crianças produzem acerca das Ciências em um espaço de Cultura Científica. A pesquisa foi realizada com 11 crianças, que manifestaram interesse em participar da pesquisa, bem como a autorização de seus pais. Todas as crianças frequentam o curso de Desenho para Criança do Liceu de Artes e Ofícios Claudio Santoro – LAOCS, o qual é considerado uma “escola livre de artes” na cidade de Manaus. Dessa forma, para esse artigo apresentaremos a discussão teórica baseada em pesquisa bibliográfica acerca das imagens de Ciências ao longo de nosso percurso histórico sustentada em Marques (2002); Chauí (2001); Demo (2010). Trataremos, ainda, em um segundo tópico da metodologia utilizada nesta pesquisa, descrevendo as etapas que constituíram a interação dos pesquisadores com a crianças, destacando os instrumentos utilizados para a coleta de dados. Por fim, será apresentada as “vozes” das crianças no que diz respeito aos primeiros contatos entre os pesquisadores e as crianças para a elaboração do percurso investigativo. Assim, evidenciaremos a necessidade da pesquisa com crianças ter por base uma postura de alteridade e reconhecimento das falas das crianças.

**A cultura da invisibilidade da violência nas escolas: omissão ou inoperância? E7 (39), Alice Botler**

**Abstract:** A pesquisa teve por objetivo relacionar gestão escolar democrática com resultados educacionais obtidos em escolas públicas brasileiras, via análise do desenvolvimento das ações materializadas pelos gestores escolares eleitos em processo democrático, bem como de entrevistas sobre suas respectivas concepções de justiça e violências nas escolas da Rede Municipal de Educação do Recife. Abordamos conceitos como os de justiça (Estevão), violências (Marriel, 2006; Waiselfisz, 2013) e cultura (Torres, 2008; Botler, 2010) para analisar o tema, bem como investigação empírica com base em entrevistas realizadas em escolas, tomando como recorte as ações ali vivenciadas, com vistas a aprimorar estudos abrangendo a escola numa perspectiva cultural, ou seja, via análise dos valores democráticos e de aspectos sociais. Dentre os resultados, observamos que nos relatos sobre a ocorrência de conflitos e violências nas escolas, os sujeitos afirmaram a existência de exemplos de violência no âmbito escolar, porém nenhum deles fez comentários acerca de medidas preventivas e de contenção destes casos.

**Escola indígena de povos indígenas: políticas de educação. E7 (58), Marcia Montenegro e Roberto Mubarak**

**Abstract:** O presente artigo é fruto de pesquisa que se propõe pensar a escola indígena a partir das concepções indígenas do mundo e do homem e das formas de organização social, política, cultural, econômica e religiosa desses povos. Reconhecer primeiramente que estes povos têm o domínio de um saber tradicional acumulado historicamente pelas vivências comunitárias fundamentado na relação com a natureza. Os dados foram fruto de observação e acompanhamento de professores em seus trabalhos de pesquisa e intervenção em suas

comunidades durante o curso de formação para professores indígenas em seus trabalhos de conclusão de curso. Tomamos como embasamento teórico Gramsci em sua Concepção Dialética da História e autores como Bartomeu Meliá, Antonella Maria Imperatriz Tassinari, Aracy Lopes da Silva e Luís Donisete Benzi Grupioni que tratam das questões indígenas no Brasil. É preciso, portanto, que as lideranças indígenas assumam e assegurem esses avanços, problematizando as propostas apresentadas e definindo novas estratégias e alianças para enfrentar desafios numa perspectiva de realização de uma política indigenista, que cumpra as determinações constitucionais sem, contudo se deixar levar ao exagerado economicismo de inclusão mecânica no mercado nem ao ideologismo imobilizante da supervalorização de suas culturas.

## **EIXO 7**

### **PROJETOS DE ESCOLA/AGRUPAMENTO, LIDERANÇAS E CULTURAS DE AUTONOMIA**

[2 OUT: 14:30/16,30; SALA 10; MESA 7.2]

#### **Associação de Escolas e Mega-Agrupamento: da Autonomia Conquistada à Autonomia Confiscada E7 (2), Luís Santos e Robert Wagner Santos**

**Abstract:** A criação recente de mega-agrupamentos relançou a discussão sobre as modalidades de organização da rede escolar. Esta comunicação tem por base um estudo de caso sobre uma experiência singular de uma escola do norte do país que, bastante antes da primeira fase da constituição dos agrupamentos, dinamizou a criação de uma Associação de Escolas, construída de "baixo para cima" de modo participativo e em torno de um projeto educativo partilhado. Pretendeu aferir-se se a especificidade do processo conduziu a resultados diferentes da subsequente criação de agrupamentos, bem como perceber o papel da liderança e eventuais vantagens para os alunos. Dada a unicidade do caso, e o não ter sido objeto de estudos precedentes, foram tidos em consideração os contributos teóricos de diversos autores sobre os agrupamentos de escolas (Pires, Lima, Pacheco, Barroso & Almeida, Leite & Fernandes, Flores), enquanto processos com algum paralelismo. A investigação recorreu, por um lado, à análise documental e, por outro, a inquéritos por entrevista (incluindo ao protagonista do processo de constituição da referida Associação de Escolas). Os resultados apontam como relevante que a iniciativa parta das escolas e vá de encontro a problemas sentidos, que correspondam a processos negociados, que seja tido em conta o contexto específico, e sublinha o papel muito relevante da liderança no processo. Evidenciam, ainda, que, apesar dos largos anos passados, ficaram claras marcas na cultura de escola.

#### **Implementação de projetos de autonomia: entre discursos e práticas da liderança escolar. E7 (131), Carla Martins e Cláudia Neves**

**Abstract:** A educação escolar é atualmente colocada nos guiões dos atores escolares, sociais e culturais e não o contrário. Isto significa que a escola tem de se tornar reclamada e não simplesmente atribuída. O que se pretende é que possa ser alcançada através de um processo contínuo de desenvolvimento de práticas educativas e de liderança. Não se pode continuar a subsidiar a escola na sua forma tradicional, que tinha por objetivo adaptar o indivíduo à sociedade, proporcionando a sua normalização. Nos dias de hoje, a multiplicidade dos



problemas que afetam as escolas, a ambiguidade dos seus objetivos e a pluralidade dos sujeitos que as frequentam, requerem por parte dos líderes escolares uma perspectiva de intervenção inovadora. Este é o novo compromisso estratégico do líder, que resulta da imprevisibilidade relativamente ao futuro, do reconhecimento de que a escola não é um todo homogêneo, pré-determinado e manipulável, mas que é constituída por atores que devem de dispor de autonomia no processo de transformação da escola. Também o Estado português tem vindo a apresentar progressivamente, um conjunto de medidas de carácter legislativo que visam a atribuição da autonomia aos estabelecimentos de ensino público. No entanto, as múltiplas reformas implementadas, algumas delas meramente retóricas, nem sempre têm sido prosseguidas na prática. O artigo que se apresenta está equacionado para a identificação dos estilos de liderança dos diretores das escolas do 1.º ciclo do concelho de Machico da Região Autónoma da Madeira. Pretende também averiguar se há analogias entre os estilos dessa mesma liderança com a sua própria competência em envolver e aproximar a comunidade escolar na elaboração e implementação de projetos que promovem a autonomia construída e finalmente, verificar se as suas estratégias constituem uma coadjuvante às normas específicas de atuação do poder central e regional.

**A (re)construção da cultura organizacional em mega-agrupamentos de escolas: tensões e contradições.** E7 (89), Mário Sanches e Leonor Torres

**Abstract:** Integrado num projeto de investigação em curso, este texto pretende analisar o processo de (re)construção da cultura organizacional em mega-agrupamentos de escolas, em particular as tensões surgidas no contexto de estudo a propósito dos valores e significados partilhados sobre o funcionamento da organização. Ao nível do enquadramento teórico, entende-se o mega-agrupamento como modalidade especial de organização escolar, caracterizado pela existência de um campo organizacional e um campo interorganizacional, mobilizando-se metáforas e imagens de carácter interpretativo para esta dupla análise. Por outro lado, adota-se uma perspectiva multifocalizada e multiparadigmática na análise do processo de (re)construção da cultura organizacional, tendo em vista identificar os fatores intervenientes e o grau de partilha da cultura, geradores de configurações múltiplas. O projeto de investigação enquadra-se no paradigma interpretativo, adota uma abordagem mista e elege, como modalidade de investigação, o estudo de caso. Apesar da diversidade de técnicas de investigação previstas, nesta fase de desenvolvimento do projeto apenas se mobilizam dados recolhidos através da observação e da análise documental. Como principais conclusões, ainda provisórias, destacam-se: a existência de contradições na (re)construção dos valores e significados partilhados, geradoras de tensões internas; a assunção do controlo da organização pela liderança da escola-sede, em articulação com o grupo dominante e grupos da comunidade, face a contradições na regulação pela administração educativa; um processo de (re)construção da cultura organizacional marcado pela diferenciação e pela fragmentação.

**Do Pé no Chão à Lei 10639/03: Análise da importância do ensino afro nas escolas de São Luís de Montes Belos / Goiás / Brasil.** E7 (151), Fernando Rodrigues

**Abstract:** – A presente comunicação propõe uma discussão acerca da aplicabilidade da lei 10639/03 na Educação Básica, em especial nas escolas da rede municipal de São Luís de Montes Belos / Brasil. Para tanto, buscar-se-á observar os fundamentos das teorias do arbitrário cultural dominante e da violência simbólica bourdieuniana para pensar a respeito da real situação sócio-cultural, em que comunidades afrodescendentes foram, ao longo do tempo, silenciadas e/ou demonizadas pelos dominadores. Nesse sentido, far-se-á necessário retomar o processo histórico da escravização no contexto brasileiro para criar nexos entre a História e a realidade

do presente de modo que seja possível constituir a formulação de uma interpretação da herança cultural, a partir da visão de Roger Bastide (2001) e Gilberto Freyre (2010). A lei 10639/03 modificou o dispositivo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, tornando obrigatória a inserção da temática História e Cultura Afro-Brasileira em todas as modalidades de ensino no país. A referida lei instituiu ainda o dia 20 de novembro no calendário escolar como o Dia da Consciência Negra. Com essa lei, os currículos abrem espaço para a reflexão acerca das desigualdades sócio-raciais e étnico-culturais que ainda persistem na sociedade e acabam sendo legitimadas no sistema escolar por meio do silenciamento das minorias afrodescendentes. Essa inclusão significa constituir uma educação voltada para todos efetivamente e organizar o sistema de ensino direcionado a diversidade dos saberes que abarcam tanto a cultura europeia quanto as culturas africanas, as indígenas locais, as quilombolas. Essas últimas ficaram emudecidas ao longo da consolidação do processo educacional brasileiro.

**A atuação da Universidade do estado do Amazonas junto à formação de professores indígenas.** E7 (97), Adria Simone Duarte de Souza e Célia Aparecida Bettiol

Abstract: O trabalho objetiva socializar as experiências de formação de professores indígenas, bem como refletir sobre o processo de implantação e desenvolvimento dos cursos ofertados pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). A oferta de Curso de Formação para professores Indígenas teve início com o Projeto do Curso de Licenciatura para Professores Indígenas do Alto Solimões no ano de 2006. A continuidade da oferta de cursos para as populações indígenas pela UEA deu-se no ano de 2009 com o curso, ofertado por meio do Programa de Formação do Magistério Indígena/PROIND em 52 municípios e desenvolveu-se por meio de ensino presencial mediado por tecnologia. O curso de Pedagogia Intercultural na Universidade do Estado do Amazonas/UEA que está em andamento desde junho de 2014, ocorreu devido à demanda apresentada pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo de Olivença/AM por meio da plataforma Paulo Freire, por meio do financiamento do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR). A metodologia da pesquisa organizou-se em dois momentos, no primeiro realizou-se o levantamento das literaturas sobre Formação de Professores Indígenas no Brasil e no segundo momento buscou-se analisar a partir dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Formação como as propostas de formação foram desenvolvidas pela UEA. Para fundamentar análise do material utilizamos as reflexões propostas por Cavalcante (2003), Grupioni e Monte (2002), Monte (2006) estas literaturas apontam a necessidade de refletir sobre a formação de professores indígenas a partir do cotidiano, bem como pensar alternativas curriculares que atendam a real necessidade de formação destas populações.

**Desenvolvimento de competências de sustentabilidade e cidadania nas comunidades ribeirinhas do município de Coari Amazonas: Um estudo com professores e alunos do ensino fundamental.** E7 (203), Jascqueson Oliveira e Patrícia Sá

Abstract: A necessidade dessa investigação se deu ao constatar a falta de desenvolvimento sustentável nas comunidades ribeirinhas do Estado do Amazonas, que vem sofrendo acelerado esgotamento das potencialidades naturais, tais como: a prática da biopirataria, a cobiça nacional e internacional, sendo mais evidentes nos últimos tempos em relação as riquezas naturais da região. Essa problemática tem colocado os ribeirinhos em situação difícil, Isso foi motivo de discutir as práticas dos professores e professoras para o desenvolvimento da sustentabilidades no interior da Região que viabilizasse a implementação de uma educação para o desenvolvimento sustentável e competências, que favoreçam aos povos da floresta, indígenas, caboclos e ribeirinhos. O estudo que se apresenta busca em promover o desenvolvimento de

competências de sustentabilidade e cidadania nos professores e alunos do ensino fundamental (do 6º ao 9º ano de escolaridade) do município de Coari - Amazonas. Para tal, temos como objetivo, implementar e avaliar um programa de formação destinado ao referido nível de escolaridade e orientações de educação para desenvolvimento sustentável (EDS). A identificação e análise das concepções que professores, alunos, comunidade e empresas locais evidenciem as competências a desenvolver nos munícipes de Coari do século XXI. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa a desenvolver numa perspectiva de investigação-ação com finalidades explicativa e descritiva, que está dividido em três fases. A primeira, revisão da literatura sobre o contexto das problemáticas, orientações internacionais sobre EDS e competências a desenvolver no século XXI. A segunda parte assentará na implementação e avaliação do programa de formação de professores e alunos, a terceira, a divulgação do programa e seus resultados. O presente estudo possibilitará as competências de sustentabilidade e cidadania consideradas essenciais para o município de Coari do século XXI.

**Formação autônoma e crítica em educação profissional de trabalhadores em saúde no Brasil: a escola pública democrática em risco?** E7 (91), Maria Inês Bomfim, Valeria Morgana Pezin Goulart e Lêda Zoraide de Oliveira

Abstract: Em que pese o crescimento recente da oferta pública de educação profissional, fruto das lutas pela qualidade do Sistema Único de Saúde –SUS, a hegemonia do setor privado na formação dos trabalhadores da área ainda é uma realidade no Brasil. Trata-se de um mercado rentável, de poucos riscos, uma vez que a procura pelos cursos é constante. Entre os efeitos mais visíveis dessa realidade estão a precarização das relações de trabalho docente, a ausência de participação e controle democrático da escola. O objetivo deste trabalho é refletir sobre o sentido dos projetos de educação profissional na área da saúde em disputa no Brasil. O foco é a escola que forma trabalhadores do Sistema Único de Saúde, em um contexto de acentuada mercantilização da educação, políticas públicas de inspiração gerencialista (Clarke e Newman, 1996) que, no caso brasileiro, estimulam a expansão, com recursos públicos, da qualificação privada e definem perfis profissionais conforme interesses mercantis. Do ponto de vista metodológico, a categoria Totalidade é central, buscando-se a análise do tema em sua relação com a dinâmica social. Observa-se, nas conclusões, que as escolas públicas representam o espaço privilegiado para a crítica, problematização das práticas em saúde, democratização das decisões e acesso ao conhecimento sistematizado que são negados aos trabalhadores do setor no cotidiano dos serviços. Entretanto, estas escolas, submetidas a controles rígidos e a um “currículo mínimo” centralizado, proposto pelo Ministério da Educação, por meio de um Catálogo Nacional que acentua interesses do mercado, têm sua autonomia cerceada, o que permite indicar que a escola pública de educação profissional em saúde, como espaço promotor de valores democráticos, está em risco.

## EIXO 8

### O/A DIRETOR/A EM AÇÃO: ESTUDOS

[1 OUT: 16,45/18,45; Sala 9; Mesa 8.1]

#### **O Diretor entre muros: um estudo caso.** E8 (38), Élia de Sousa Alves

**Abstract:** Vivemos numa época em que a governação das escolas está sujeita às políticas de “reformas modernizadoras”, fruto da globalização e da “New public management”. Do 75/2008 advém a necessidade de um “rosto” a quem possam ser assacadas as responsabilidades, devendo este prestar contas ao Conselho Geral (CG). Esta comunicação visa apresentar o estudo que decorreu na Escola Spontaneus no ano letivo 2013-2014. Trata-se de um estudo qualitativo, cujo método é o estudo de caso intrínseco. O Diretor entre muros visou compreender o que está a mudar na escola com o órgão unipessoal e aferir como este decide o “plano da ação”. O instrumento protagonista foi a entrevista semiestruturada. Partindo da ideia da Orquestra Sinfónica de Peter Drucker (2002) e da Orquestra de Jazz de Diogo (2004), procuramos que a amostra tivesse uma variedade tímbrica, sendo constituída por vários atores sociais. O corpus de análise teve um total de 200 páginas e foi alvo da análise de conteúdo. Os referentes internos permitiram-nos caracterizar o contexto e proceder à triangulação em conjunto com as atas do Conselho Pedagógico e CG. Inspirados no modelo díptico de Lima (1998) criamos o modelo de análise, usando as lentes do modelo burocrático ao modelo anárquico. O CG ganha poder na escola. A par da subscrição do “rosto da escola” emerge a “alma da escola”. A “loucura sensata” revela-se na auscultação dos atores sociais anunciando alguma inovação e denotando uma cultura de escola que faz a simbiose de fatores exógenos e endógenos (Torres, 1997). Desnadam-se laivos de democracia e colegialidade revelando algumas “infidelidades normativas” (Lima, 1998). As plataformas e os diferentes tipos de avaliação denunciam formas de controlo dando lugar à hiperburocracia (Lima, 2003) denunciando a máquina do estado e um cânone gerencialista.

#### **O Diretor do Centro de Formação de Associação de Escolas e a Formação Contínua de Professores.** E8 (203), Jorge Cardoso, Lídia Grave-Resendes e Antónia Barreto

**Abstract:** A investigação, de abrangência nacional, teve como objetivo saber quais são as perceções dos Diretores dos Centros de Formação de Associação de Escolas (CFAE) acerca das políticas e dinâmicas destas estruturas organizativas e do próprio sistema de Formação Contínua de Professores (FCP). Para isso, começámos por definir um quadro teórico que analisou as perspetivas teóricas da FCP, as perspetivas organizacionais dos CFAE e a evolução diacrónica no que concerne às políticas delineadas e às dinâmicas desenvolvidas. Deste modo, a informação pertinente analisada permitiu-nos desenvolver um estudo empírico aplicando uma triangulação de técnicas de recolha e tratamento de dados, designadamente: entrevistas a Diretores de CFAE de diferentes regiões do Continente e cuja análise de conteúdo foi importante para a elaboração do questionário aplicado a uma amostra de 64 Diretores dos Centros de Formação de Associação de Escolas, constituindo cerca de 70 % do universo atual destas entidades a nível nacional. A recolha de dados das entrevistas e a análise estatística (descritiva e inferencial) do questionário possibilitou-nos atingir os objetivos da investigação e retirar as seguintes principais conclusões: os Diretores dos CFAE percecionam positivamente a sua ação de proximidade a nível local e negativamente o apoio e os incentivos da administração educativa. Também, verificámos a existência de algumas variações estatisticamente significativas com o perfil pessoal e profissional

dos inquiridos. Por outro lado, podemos afirmar que as políticas e dinâmicas da FCP não são consentâneas com as políticas e dinâmicas dos CFAE.

#### **O Diretor de Agrupamento de Escolas - entre a realidade e o sonho!, E8 (54), Luísa Supico**

Abstract: A presente comunicação apresenta os resultados de um trabalho de investigação de carácter qualitativo e descritivo sobre o dia de trabalho de um diretor com o objetivo de captar as suas prescrições e autoprescrições sobre o cargo, e de descrever o campo de atuação do diretor, tentando compreender a distância entre a sua perceção do que faz e a sua prática quotidiana. Deste modo, os instrumentos de recolha de dados seleccionados foram a observação, a entrevista semiestruturada e a análise documental. O trabalho filia-se numa perspetiva em que a política é entendida como ação pública e recorre ao conceito de regulação, mobilizado a partir do quadro da teoria da regulação social. O estudo evidenciou um alargamento da responsabilização do cargo de diretor no plano jurídico-normativo, entendido como um modo de regulação de controlo, alargando as prescrições do cargo; o trabalho empírico centrado na figura de um gestor escolar mostrou a existência de interpretações e práticas diferenciadas, bem como de possibilidades de recriação dos normativos que enquadram a ação do gestor, permitindo, assim, evidenciar processos de regulação autónoma.

#### **Da análise de Projetos de Intervenção aos Saberes e Práticas de Diretores de Escolas e Agrupamentos. E8 (92), Filinto Lima, Elisabete Ferreira e Rui Trindade**

Abstract: Compreender a formação de dirigentes das escolas e agrupamentos é uma preocupação recente no nosso país que ganhou relevância com o atual modelo de autonomia e gestão configurado no Decreto-lei n.º 75/2008, de 22 de Abril, e é o objetivo geral deste estudo. Importa-nos compreender como se formam os diretores em contexto de trabalho, perceber os seus (per)curso e as suas práticas de decisão com o intuito de esclarecer a aquisição de competências e exigências para o cargo a desempenhar. Neste contexto, procura-se saber, através dos projetos de intervenção, como são influenciadas pelos saberes e práticas proporcionados pela formação em contexto de trabalho, as tomadas de decisão do diretor em prol do organismo que dirige, trazendo consequências para a gestão e trabalho daquela figura, “Não esquecendo que os saberes dos profissionais, são sempre «práticas» informadas (consciente e inconscientemente) por teorias, e que os saberes dos académicos e investigadores são sempre teorias que visam a sua aplicação prática (e desejavelmente informadas por essas mesmas práticas)” (Barroso, 2001: 42). O trabalho apresentado cingir-se-á aos agrupamentos de escolas situados num concelho a sul do Porto, compreendendo temporalmente o período de vigência de dois diplomas legais relativos ao regime jurídico da autonomia, administração e gestão das escolas. Sendo os primeiros projetos de intervenção dos diretores das escolas e agrupamentos de escolas públicas, pode concluir-se pela análise efetuada, do cuidado que esteve presente na elaboração e redação dos mesmos, por forma a convencer o júri respetivo do mérito. Verificou-se a preocupação no tratamento dos dados apresentados e nas intenções expressas, muitas delas coincidentes com a agenda política dos nossos governantes. Não existindo matriz alguma para a elaboração dos projetos de intervenção, percebe-se que os diretores tiveram em atenção três domínios: Resultados, Prestação do serviço educativo e Liderança e gestão.

#### **Movimento associativo dos diretores das escolas e agrupamentos - do trabalho solitário às práticas solidárias. E8 (94), Filinto Lima, Elisabete Ferreira e Rui Trindade**

Abstract: Realizaram-se entrevistas individuais semi-estruturadas aos dois presidentes das associações representativas dos diretores e dirigentes das escolas públicas portuguesas

(Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas – ANDAEP, e Associação Nacional de Dirigentes Escolares – ANDE), a cinco diretores de agrupamentos de escolas e escolas secundárias não agrupadas, e aos dois presidentes do Conselho das Escolas, órgão consultivo do Ministério da Educação e Ciência, formulando-se três questões de investigação:

1. Será que o Movimento associativo dos diretores dos agrupamentos de escolas e das escolas secundárias não agrupadas aumentou a influência nas decisões da tutela?
2. Que valor acrescentado trouxe à política educativa portuguesa, o aparecimento das duas associações? E aos diretores?
3. O Conselho das Escolas influenciou os decisores políticos na sua ação?

Procedeu-se à recolha e análise documental (quadro legal, projetos educativos, projetos de intervenção, recortes de imprensa, documentos diversos, etc.), consultou-se e recolheu-se documentação variada, referente a diferentes anos letivos com o objetivo de conhecer a unidade organizacional o mais profundamente possível, bem como as duas associações e o órgão consultivo do Ministério da Educação e Ciência. O “favorecimento da constituição de lideranças fortes” está expresso no preâmbulo do Decreto-lei n.º 75/2008, de 22 de abril ...procurando perceber como são influenciadas pelos saberes e práticas proporcionados pela formação em contexto de trabalho, as tomadas de decisão do diretor em prol do organismo que dirige, ou seja, tendo em conta sobretudo a segunda condição alternativa acima apresentada. Ganha assim relevo a figura do diretor-líder, entendendo-se por líder aquele que “tenta comprometer os outros nos valores em que ele próprio acredita” (Beare, Caldwell e Millikan, cit. in Barroso, 2001: 288).

#### **O diretor escolar em Portugal: esboço de um perfil.** E8 (196), Virgínio Sá e Guilherme Silva

**Abstract:** Esta comunicação toma como referência os dados de uma investigação em curso subordinada ao tema “O Diretor em Ação”. Este projeto, desenvolvido no âmbito do Centro de Investigação em Educação, do Instituto de Educação da Universidade do Minho, tem como um dos seus principais objetivos responder às seguintes questões: Qual o perfil-tipo dos diretores de escola/agrupamento? Como se posicionam em relação aos processos de administração e gestão? De que modo regulam a sua atuação no contexto da organização escolar? Como se relacionam com a comunidade e o município? Os dados em que se sustenta esta comunicação foram recolhidos através da aplicação de um inquérito por questionário, aplicado online. Foram solicitados a responder todos os diretores de escolas/agrupamento de Portugal continental, mediante o envio de um email-convite. Sendo o diretor escolar uma figura administrativa recente em Portugal, com origem no Decreto-Lei n.º 75 de 2008, e considerando a centralidade que lhe vem sendo reconhecida, justifica-se plenamente o interesse em conhecer as racionalidades subjacentes às motivações para o exercício do cargo, bem como a influência deste novo órgão de administração e gestão nos processos e dinâmicas organizacionais. No texto da nossa comunicação mobilizaremos apenas dados parciais da investigação a que nos reportamos acima, conferindo destaque ao perfil socioprofissional dos diretores escolares que responderam ao nosso questionário, caracterizando-os quanto a um conjunto de variáveis adequadas aos objetivos pretendidos, nomeadamente género, idade, formação profissional, e motivações para o exercício do cargo.

#### **Um estudo sobre os diretores das escolas não agrupadas/agrupamentos dos distritos de Viana do Castelo e de Braga.** E8, Maria Barbosa.

**Abstract:** A problemática da liderança escolar tem sido objeto de particular atenção reflexiva e empírica, em particular nos anos 80 do século passado, devido em larga medida à sua ligação intrínseca não só ao desenvolvimento em torno das teorias das organizações, mas também à ideia de ser uma condição de sucesso do serviço prestado pelas escolas. Com efeito, existe uma

aturada investigação sobre liderança escolar, tendo em conta a sua relação com a “organização escolar” (cultura, comunicação, clima, normas, práticas, etc.) e o modo como se configura em termos de modelos/estilos, tais como os que são apresentados por Glanz (2003) e Bass e Avolio (2004). Neste sentido, o presente estudo pretende conhecer a forma como a gestão das escolas não agrupadas e agrupamentos se está a desenvolver no presente quadro normativo (Decreto-lei nº75/2008, de 22 de abril e alterações), sobretudo no que concerne à caracterização do modelo/estilo de liderança dos diretores de agrupamento e das escolas não agrupadas, respondendo, assim, à seguinte questão: que modelo/estilo de liderança desenvolvem os diretores das escolas não agrupadas e dos agrupamentos de escolas dos distritos de Viana do Castelo e de Braga? Para o efeito, utilizou-se um design/plano de investigação multimétodo, com uma abordagem quantitativa recorrendo ao inquérito por questionário de caracterização de estilo de liderança proposto por Glanz (2003) e ao inquérito por questionário Multifactor Leadership Questionnaire (MLQ) de Bass e Avolio (2004). Posteriormente, desenvolveu-se uma abordagem de carácter qualitativo com base em cinco entrevistas realizadas a cinco diretores escolhidos ao acaso (n=5). Os resultados permitem concluir que a maioria dos diretores participantes se enquadra no estilo de liderança “empático dinâmico”, de acordo com Glanz (2003). Por outro lado, a aplicação do instrumento MLQ de Bass e Avolio (2004), corroborou empiricamente “a liderança transformacional” como a mais eficaz.

## **EIXO 8**

### **O/A DIRETOR/A EM AÇÃO: ESTUDOS**

[2 OUT: 14,30/16,30; SALA 6; MESA 8.2]

#### **O Diretor de Escola- contributos para um estudo comparativo entre Brasil e Portugal. E8 (51), Elianeth D. K. Hernandez e Marília Evangelina S. Favinha**

**Abstract:** Este texto tem a intenção de analisar de forma comparativa o que ocorre no Brasil e em Portugal, com relação aos encaminhamentos das políticas educacionais que definem o perfil do gestor escolar, bem como dos direcionamentos de sua prática. Com esta finalidade, abordamos os contextos e as concepções que têm orientado as legislações atuais que regem o trabalho do gestor escolar, e que, por sua intencionalidade e alcance, têm direcionado a gestão escolar, nesses países, para um alinhamento cada vez mais próximo dos paradigmas empresariais, deixando de considerar a especificidade do trabalho educativo. Para análise do caso brasileiro, optamos por priorizar o que está sendo proposto para o Estado de São Paulo, pela atualidade da normatização do cargo de Diretor de Escola, no que se refere à Lei Complementar nº 1256, de 06 de janeiro de 2015. No caso de Portugal e como qualquer outra organização social, a escola representa um contexto, necessariamente propício ao desenvolvimento de complexas transformações culturais, que têm o objetivo último de progressão civilizacional. O estudo sobre os processos de gestão perspectivados como reflexos da cultura organizacional da escola é fundamental em todos os momentos. A partir de 1998, com a publicação do Dec. Lei nº 115-A, o poder político visou responder a uma das mais reclamadas medidas, o desenvolvimento da autonomia das escolas, nesse sentido, o Conselho Executivo passa a ser o órgão de gestão da escola, com poderes nas áreas pedagógica, cultural, administrativa e financeira. Com a publicação do Dec. Lei nº 75/2008 revisto pelo Dec. Lei nº 137/2012, a liderança, como fator determinante no funcionamento das

escolas, passou a ser unipessoal, funcionando na lógica de prestação de contas, da racionalização de recursos e na regulação dos resultados. Assim, nosso objetivo é debater questões que julgamos serem pertinentes para o estudo da gestão educacional, e do papel que os Diretores de Escola desempenham, em Portugal e no Brasil.

**Situações de conflito, indisciplina e violência: o campo de tensão na gestão de escolas públicas.** E8 (68), Angela Martins, Cristiane Machado e Maria Bravo

**Abstract:** Este trabalho é parte integrante de investigação maior - Conflitos no espaço escolar: a gestão de escolas públicas em contextos vulneráveis - que busca analisar a relevância que o tema das situações de conflito, indisciplina e violência vem logrando no campo das políticas públicas de educação (Ceccon, 2008; Bourdieu, 2005; Dubar, 2005, 2009; Charlot, 2002), por meio de programas específicos e/ou de questões em avaliações externas, como a Prova Brasil. No Estado de São Paulo (Brasil), a Secretaria de Estado da Educação implementou, desde 2011, o Sistema de Proteção Escolar (SPE), com o objetivo de instaurar na rede de escolas estaduais a resolução de conflitos, por meio das funções atribuídas ao Professor Mediador Comunitário, responsável por articular ações de mediação no espaço escolar. O estudo original partiu do pressuposto que no cotidiano escolar e nas relações que se estabelecem entre equipes de gestão e os demais atores escolares, instituem-se processos de (re) interpretação do conjunto normativo e legal, preconizado por órgãos centrais. Tomando por base essa premissa, foram sistematizadas as respostas de diretores de escolas estaduais do município de Guarulhos registradas nos questionários contextuais da Prova Brasil de 2011, referentes às questões de violência. Na sequência, realizou-se um aprofundamento dessas questões, por meio de pesquisa qualitativa com 45 diretores de escolas da rede estadual de ensino em Guarulhos, inseridas no Sistema de Proteção Escolar, com vistas a apreender os significados atribuídos por esses profissionais às situações de conflito e violência no espaço escolar.

**A Percepção de Gestores Escolares sobre a Participação da Família na Escola** E8 (93), Ione Leal Oliveira Jatobá, Cristiane Vasconcelos Regina Dourado, Anita Almeida Reis e Leandro Nascimento Gileno Militão

**Abstract:** Este estudo foi realizado por pesquisadores do Núcleo de Gestão e Formação de Gestores (NUGEF), da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, com gestores de escolas públicas do Estado da Bahia/Brasil. Teve como objetivo analisar como os gestores escolares percebem a participação da família nas decisões da escola. A gestão participativa é uma experiência que propõe a construção de uma administração organizada com o objetivo de desenvolver uma educação de qualidade em que a família possa assumir a responsabilidade não só de matricular seus filhos na escola, bem como de acompanhar seus estudos e participar ativamente da escola. Para a realização desse estudo foi adotado uma metodologia de cunho qualitativo, a partir da análise de literatura e aplicação de questionário. Na análise de conteúdos, foi possível observar a percepção que os gestores têm da importância da participação desse segmento, não só para o bom funcionamento da escola, bem como para o desenvolvimento escolar dos alunos, além de identificar causas ou motivos da ausência da participação de algumas famílias nas escolas. Conclui-se que, o que os gestores almejam é uma participação das famílias na vida da escola, que venha contribuir com a melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem dos alunos, porém, algumas mudanças na postura do gestor poderão favorecer a efetividade na participação dos pais.



**Práticas de gestão de políticas públicas: uma análise sócio-organizacional do campo escolar em Pernambuco.** E8 (128), Jamerson Moura

**Abstract:** A partir do processo de redemocratização no Brasil ganhou destaque, dentre outros, a proposta de descentralização da gestão pública e por consequência, a possibilidade de uma maior participação da sociedade no que tange às decisões relativas à educação. Entretanto, entendemos que o êxito de uma política pública, desenvolvida por secretarias estaduais de educação com fins propositivos, dependerá da maneira como a mesma é trabalhada junto às unidades de ensino, uma vez que cada escola dinamiza suas práticas de gestão de maneira particular. Dessa maneira, a pesquisa objetiva compreender a influência da cultura organizacional de escolas públicas em Pernambuco sobre a apropriação e viabilização da política pública de gestão democrática da educação. A esse respeito, os trabalhos de Luc Brunet, Rui Canário, Cândido Gomes e Leonor Torres se apresentam para nossa pesquisa como importantes referências no que tange o entendimento sobre cultura em organizações escolares. Ainda quanto à análise dos dados produzidos a partir da pesquisa de campo, encontramos em Norbert Elias, aquilo que ele denomina como Teoria Sociológica dos Processos, a partir da qual ressalva que as mudanças históricas de cada sociedade devem ser o viés de análise a partir de uma abordagem sociológica-processual. Para o desenvolvimento deste trabalho estamos realizando uma abordagem etnográfica, visando a articulação necessária entre os contextos de interação social, as práticas dos atores e as significações das ações para a compreensão dos comportamentos humanos e organizacionais. Associamos a essa abordagem a análise de conteúdo e do discurso no que tange, respectivamente, o material do órgão estatal e as práticas dos seus agentes, bem como uma análise quantitativa que permita iluminar as características socioprofissionais dos demais atores que compõem o campo. Ressalvamos, porém, que a pesquisa ainda está em andamento em vista da escrita de nossa tese de doutoramento.

**Gestão democrática: interlocuções entre ações, políticas públicas e práticas pedagógicas no contexto de uma escola de educação infantil.** E8 (159), Naila Cohen Pomnitz e Natalia Pergher Miranda

**Abstract:** O presente trabalho, realizado com apoio do Programa Observatório da Educação, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/Brasil, tem como objetivo analisar as influências da gestão democrática no cotidiano da Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) Nosso Lar localizada na cidade de Santa Maria/RS/Brasil. Procurou-se refletir acerca das interlocuções entre as políticas públicas que balizam esta etapa da educação básica e as práticas pedagógicas que surgem a partir das ações dos gestores, analisando o contexto da EMEI Nosso Lar no que concerne as ações que balizam as práticas pedagógicas. Para tanto, realizou-se um estudo documental e bibliográfico como forma de inferir conceitos relacionados às políticas públicas e ao conceito de gestão democrática, entrevistas com professores e gestores que atuam na instituição, bem como pesquisa na base de dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) no que concerne ao censo da Educação Básica dos anos de 2009 a 2014. A base teórica constituiu-se de documentos legais dos Governo Federal e Municipal, bem como de autores como Lück (2006), Libâneo (2007, 2008), Paro (2000), entre outros. A metodologia proposta contempla uma abordagem quanti-qualitativa (TRIVINÕS, 2008), do tipo estudo de caso, através da análise documental das políticas públicas educacionais atuais para a formação de professores e dos dados coletados através da plataforma do INEP. Para compreender os dados utilizou-se a Análise de Conteúdo de Bardin (2011) como forma de ler criticamente os objetos que constituem o escopo

desta pesquisa. Por meio das análises realizadas percebe-se que as práticas pedagógicas escolares não podem estar dissociadas de uma gestão democrática quando elenca-se como foco uma educação de qualidade, sendo o diretor o mediador deste processo

**Diretores(as) de escolas nas barras da justiça: análise da legislação brasileira e de alguns casos judiciais com a respectiva jurisprudência.** E8 (199), Tereza Baraldi

Abstract: O objetivo desta pesquisa foi analisar as relações escolares decididas pela Justiça no Brasil. O método de pesquisa utilizado foi a análise documental (legislação e casos judiciais). O trabalho aborda a judicialização das relações escolares, principalmente as que têm como atores(as) os(as) diretores(as) da escola pública no Brasil. A judicialização das relações escolares têm como eixo central a ação da Justiça - Poder Judiciário - no universo escolar e nas relações escolares, resultando em condenações das mais diferentes formas. Como resultado desta pesquisa, percebemos que os principais atores da educação no Brasil não estão sabendo lidar com as perspectivas que caracterizam as relações escolares. Para o desenvolvimento do texto, analisamos a legislação brasileira que estabelece os deveres instituídos para os educadores, contidos em leis como Constituição Federal de 1988, Código Civil, Estatuto da Criança e do Adolescente e Código de Defesa do Consumidor. Tais leis, na maioria das vezes, não são objeto de estudo dos educadores no Brasil. Analisamos, também, exemplos de casos ocorridos na escola que são levados à Justiça brasileira, trazendo a respectiva jurisprudência formada pelos Tribunais. Finalizamos o texto propondo novas condutas dos atores educacionais, envolvendo professores, diretores e comunidade escolar com o objetivo de contribuir para a educação dos educadores no contexto escolar para que se tornem efetivos protagonistas de relações escolares dialogantes.

**Diretores e diretoras de escolas públicas em Portugal e no Brasil – Uma análise estatística inferencial.** E8 (208), Maria Custódia Rocha e Tânia Brabo

Abstract: Este estudo de casos múltiplos, de cariz explanatório/analítico, integrando-se no âmbito de uma investigação de cariz qualitativo mais vasta – Projeto: Gênero e Gestão Escolar no Brasil e em Portugal – visa dar conta, a partir de uma das técnicas de investigação contempladas na sua base empírica – aplicação de inquéritos aos diretores e diretoras de Escolas do Ensino Secundário (Portugal Continental, Açores e Madeira) e de Escolas Estaduais de Ensino Médio (Estado de São Paulo) dos primeiros resultados obtidos a partir de uma amostra representativa dos universos de investigação. A análise estatística (descritiva e inferencial) dos questionários suporta a análise de conteúdo que aqui apresentamos e com a qual tentamos captar imagens institucionais de uma gestão escolar em ação.